

TERMOS DE REFERÊNCIA, OPORTUNIDADE E PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE POMBAL

MAIO 2024

MUNICIPIO DE POMBAL

Ficha Técnica do documento

Título	TERMOS DE REFERÊNCIA, OPORTUNIDADE E PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS
Descrição	Este documento tem como finalidade definir a oportunidade, os termos de referência e o cronograma de trabalhos, de base ao procedimento de 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal.
Versão	01
Data de produção	maio 2024
Data da última atualização	maio 2024
Serviço	Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana
Coordenação técnica	Sílvia Ferreira Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana
Equipa técnica	Ana Cardoso Geógrafa Ana Rita Freire Eng.ª Civil
Estado do documento	Versão a submeter a deliberação da CM

INDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ENQUADRAMENTO E OPORTUNIDADE DA 2ª REVISÃO	5
2.1	DINÂMICA DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL 2014/ 2024	9
3.	OBJETIVOS PROGRAMÁTICOS.....	13
4.	PROGRAMAS, PLANOS E ESTRATÉGIAS EM MATÉRIA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM INCIDÊNCIA MUNICIPAL	16
5.	FASEAMENTO E PROGRAMAÇÃO	27
6.	CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL.....	28
7.	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	29
8.	BASE CARTOGRÁFICA.....	30
9.	CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA.....	31
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
11.	ANEXOS.....	33

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o Plano Diretor Municipal, “é o instrumento de gestão territorial que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal”, tendo “por base a classificação e a qualificação do solo”. Estabelece ainda “as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal”.

O Plano assume-se como “um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais (planos de urbanização e planos de pormenor), bem como para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respetivas estratégias de ordenamento territorial”.

Sendo dinâmica a realidade concelhia sobre a qual incide o Plano Diretor Municipal e o superior interesse público que com ele se pretende servir, deve o mesmo ser sujeito a um processo de contínua monitorização, e conseqüente adaptação, de forma a fornecer uma resposta adequada às exigências do ordenamento territorial, à potenciação do desenvolvimento concelhio, a nível económico, social, ambiental e cultural, e à concretização do modelo territorial que se pretende adotar no concelho, pelo que é na resposta a esta exigência que são desencadeados os procedimentos de dinâmica previstos no RJIGT, nos quais se inclui o presente procedimento de Revisão.

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 115.º, do RJIGT, a revisão do Plano Diretor Municipal “implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas (...) do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais”.

Nos termos do artigo 124.º, a revisão do Plano Diretor Municipal “decorre da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração”, tendo em conta o relatório sobre o estado do ordenamento do território ((REOT) – Monitorização 2022, *vide* anexo 1)), o qual traduz a avaliação da execução da adequação e concretização do plano.

Tendo por base o REOT, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 24 de abril de 2024, concluiu-se pela necessidade de revisão do Plano, determinante para a estratégia de

atuação e para o modelo de desenvolvimento e de organização espacial do território, vinculativo para a administração e para os particulares.

Neste contexto, e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 76.º do RJIGT, com as devidas adaptações, o presente documento, enquadra e define a oportunidade de elaboração da 2.ª revisão ao PDM, define os respetivos termos de referência e objetivos programáticos e sistematiza a metodologia e o faseamento dos trabalhos subsequentes, constituindo o primeiro elemento de trabalho de todas as entidades a envolver no procedimento.

2. ENQUADRAMENTO E OPORTUNIDADE DA 2ª REVISÃO

Após a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM de Pombal, registaram-se alterações significativas, não só no âmbito do quadro de referência legal e estratégico em matéria de ordenamento do território, mas também no âmbito social, económico, ambiental e cultural, o que coloca em causa algumas propostas, premissas e conceitos plasmados no PDM em vigor, único instrumento de planeamento e gestão do território de âmbito municipal atualmente em vigor no território concelhio.

No âmbito do quadro de referência legal e estratégico, a publicação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), em 2014, e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em 2015, corresponde a um momento de mudança entre o quadro de referência que vigorou durante 15 anos, ao abrigo do qual foi elaborada a 1.ª Revisão do PDM, e um novo quadro, assente num modelo coerente de ordenamento do território capaz de assegurar a coesão territorial e a correta classificação do solo, minimizando a dispersão territorial em solo rural/ rústico e potenciando a consolidação dos perímetros urbanos.

De facto, a LBGPPSOTU e o RJIGT instituem um novo sistema de classificação do solo, impondo a obrigatoriedade de os planos municipais integrarem as novas regras de classificação do solo, inicialmente até 14 de julho de 2020, e posteriormente até 31 de dezembro de 2023, bem como a obrigatoriedade da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da manutenção do solo, inicialmente integrado em solo urbanizável, em solo urbano, e na transformação do solo rústico em urbano, através da análise de indicadores económicos, demográficos, sociais e urbanísticos, e dos níveis de oferta e procura do solo urbano.

De referir que as novas regras de classificação do solo foram integradas na 1.ª revisão do PDM de Pombal, no âmbito do procedimento de 2.ª alteração, publicada em Diário da República, sob o Aviso n.º 310/2024, de 8 de janeiro.

Aqueles dois diplomas integram, ainda, um conjunto de considerandos, tais como a obrigatoriedade dos planos integrarem orientações para a sua execução, nomeadamente no que respeita à identificação, à programação das intervenções consideradas estratégicas, com a estimativa dos custos individuais e dos respetivos prazos de execução, à ponderação da viabilidade jurídico-fundiária e da sustentabilidade económico-financeira das propostas, à definição dos meios e dos sujeitos responsáveis pelo financiamento e à estimativa da capacidade de investimento público.

No âmbito do quadro de referência legal e estratégico atente-se, ainda, para os seguintes diplomas:

- **Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto**, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do

solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional;

- **Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de setembro**, que procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo;

- **Decreto Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto**, que altera o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e estabelece que as delimitações da REN devem conformar-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco anos;

- **Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro**, que estabelece o sistema de gestão de fogos rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento, o qual, entre outras disposições, define condicionamentos à edificação dentro e fora, do que designa por áreas prioritárias de prevenção e segurança (territórios correspondentes às classes de perigosidade “alta” e “muito alta” identificados na carta de perigosidade de incêndio rural); e

- **Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro**, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria.

A nível estratégico ocorreram, dos últimos 10 anos, alterações em planos e/ ou programas de hierarquia superior, de âmbito nacional e regional, de incidência territorial no município de Pombal, o que é fundamental ter em consideração, atendendo a que a 1.ª Revisão do PDM em vigor data de 2014.

Neste âmbito, a publicação da 1.ª Revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), em 2019, introduziu um novo modelo territorial e novos desafios às políticas de ordenamento, bem como um conjunto de diretrizes a serem consideradas nos planos e programas de hierarquia inferior, como é o caso do PDM.

Entre outros aspetos, o PDM deve ter um conteúdo estratégico reforçado e limitar o conteúdo regulamentar, adotar orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um ordenamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão, e estabelecer princípios e regras gerais da reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem a estratégia bem como o modelo de organização territorial definido.

Ainda neste campo, entrou em vigor, em 2019, o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, que estabeleceu normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, e mais recentemente o Plano de Gestão da Região Hidrográfica (RH4A) do Vouga, Mondego

e Lis (2024) e o Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Região Hidrográfica (RH4A) do Vouga, Mondego e Lis (2024).

Atualmente encontram-se em elaboração o Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) que se prevê esteja concluído no final do ano 2024.

Note-se que este programa, à data designado de plano, teve uma versão concluída em 2010, que pese embora nunca tivesse sido publicada, assumiu-se como referencial na definição dos perímetros urbanos e nas regras de ocupação, uso e transformação do solo.

O período que se seguiu à publicação da 1.ª Revisão do PDM foi também marcado por significativas alterações e subseqüentes evoluções sociais, económicas, ambientais, e culturais que representam novos desafios ao modelo de planeamento e à gestão programada do território municipal.

Destaca-se a situação demográfica do município, que regista um decréscimo populacional nos últimos períodos intercensitários (pese embora se tenha verificado, nos últimos anos, um aumento da taxa de crescimento migratório), daqui decorrendo o progressivo envelhecimento da população residente, a diminuição de população em idade ativa, a estabilização da taxa de natalidade, entre outras dinâmicas demográficas associadas. Neste sentido, será essencial desenvolver esforços no sentido de fomentar a atração e fixação da população, especialmente de jovens ativos, sendo certo que a inversão da situação existente estará muito dependente do papel proativo no desenvolvimento de atividades económicas que permitam alterar a dinâmica de saída, atualmente registada.

No contexto económico, Pombal tem vindo a acompanhar a recuperação económica nacional, com efetivo aumento do número de empresas no território, a incidir essencialmente na indústria transformadora, comércio e construção, assim como, um elevado aumento do volume de negócios por empresa. A fixação e captação de novos investidores, é e deve continuar a assumir-se como um desígnio municipal, sendo, para tal, necessário promover a disponibilização de novas áreas devidamente infraestruturadas de localização estratégica, capazes de promover o desenvolvimento sustentável do território, contribuindo assim para o modelo de organização do sistema urbano municipal.

No âmbito ambiental as políticas de ordenamento do território deverão ser determinantes na mitigação dos riscos existentes no território concelhio, devendo integrar, entre outras questões, as associadas às alterações climáticas, à transição energética e neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050, assim como, as associadas à economia circular.

Ao nível da execução do PDM, após 10 anos de implementação e execução da 1.ª Revisão ao PDM de Pombal, é possível aferir que das 221 ações apresentadas, 30% já se encontram executadas, 41% encontram-se em execução, e 29% se encontram previstas.

Neste contexto evolutivo é essencial que o PDM continue a assumir-se como o instrumento estratégico fundamental no desenvolvimento territorial municipal, no garante da política municipal de solo, no ordenamento do território e no urbanismo, na determinação do modelo territorial municipal, nas opções de localização e gestão de espaços, equipamentos e infraestruturas, nas relações de interdependência com municípios contíguos, articulando, integrando e congregando as orientações emanadas por Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de ordem superior.

A 1.ª Revisão do PDM assumiu como estratégia “dinamizar de forma sustentada os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à promoção turística e à competitividade económica, por forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população”, tendo definido como grandes objetivos “Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico; Assumir Pombal como um destino do turismo de natureza; Valorizar de forma integrada os recursos naturais; e Melhorar a qualidade de vida da população”.

Importa agora robustecer o Plano em vigor, valorizando e integrando, entre outras questões, a sua importância:

Na preparação do território, em termos de equipamentos, serviços e atividades destinados a uma população mais envelhecida, a par da manutenção e potenciação da oferta destinada à população mais jovem, promovendo a sua fixação e permanência, e assim favorecer o sentimento de comunidade e melhorar a qualidade de vida dos munícipes de forma equitativa;

Na ponderação das áreas rurais e urbanas (solo rústico e solo urbano), com especial enfoque para as atuais Áreas de Edificação Dispersa (Solo Rústico), para as cadeias de valor económico e social, de acordo com o preconizado na legislação aplicável;

Na promoção de boas práticas e determinação de soluções sustentáveis de base natural, em termos de espécies e culturas, proteção do solo, infraestruturas verdes, desenho do espaço público, climatização natural;

Na visão prospetiva do território em matéria de desenvolvimento económico-tecnológico e gestão e valorização dos recursos territoriais, naturais e patrimoniais, em presença;

Na potenciação de novas formas de acessibilidade, mobilidade, conforto habitacional, “facilidades comunitárias”, bem-estar e felicidade.

2.1 DINÂMICA DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL 2014/ 2024

Através do cumprimento do referido no artigo 124.º do RJIGT, foram definidas as oportunidades para o procedimento de revisão, as quais permitem o desenvolvimento do presente documento que organiza e sintetiza os Termos de Referência, face à necessidade de adequação do Plano às grandes opções estratégicas, à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, consubstanciadas no REOT, e às regras estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, 19 de agosto.

De facto, a entrada em vigor do novo RJIGT, e subsequentes alterações, as quais incluem as decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro (Simplex Urbanístico) e as decorrentes da entrada em vigor do Decreto Regulamentar supra, determinam uma mudança de paradigma na ocupação do território concelhio, que importa avaliar e ponderar adequadamente, e que pese embora não alterem de forma significativa o modelo territorial preconizado para o concelho aquando da 1.ª revisão do PDM de Pombal, determinam a necessidade de promover o procedimento que aqui se inicia.

Aspetos como a habitação, economia e atividades económicas, sustentabilidade ambiental, alterações climáticas, biodiversidade e ordenamento rural, riscos, património natural e cultural, mobilidade, transportes, riscos, cultura, “felicidade”, infraestruturas, acessibilidades, afiguram-se essenciais no desenvolvimento do território e, conseqüentemente, da proposta de 2.ª revisão, permitindo, assim, robustecer e potenciar os objetivos subjacentes à 1.ª Revisão do PDM, criar novas dinâmicas e intensificar o desenvolvimento do concelho de Pombal.

A 1.ª Revisão do PDM de Pombal, assumiu como estratégia “dinamizar, de forma sustentada, os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à promoção turística e à competitividade económica, por forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população”. Para tal estabeleceu como objetivos:

- a. Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico;
- b. Assumir Pombal como um destino do turismo de natureza;
- c. Valorizar de forma integrada os recursos naturais;
- d. Melhorar a qualidade de vida da população.

Baseado nos objetivos, a 1.ª Revisão do Plano estabeleceu quatro vetores estratégicos, que se desdobravam em linhas de orientação estratégicas, consideradas prioritárias no quadro de ordenamento do concelho:

- a. Valorização do território e dos recursos naturais:
 - i) Ordenar o solo rural;
 - ii) Planear, transformar e gerir o solo urbano;
 - iii) Preservar e valorizar o património cultural e natural;
 - iv) Prevenir e minimizar riscos.
- b. Potenciação da competitividade e pulsação económica:
 - i) Revitalizar o setor agrícola e florestal;
 - ii) Promover e dinamizar a atividade económica;
 - iii) Potenciar o turismo como elemento estruturante.
- c. Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável:
 - i) Implementar políticas de coesão social;
 - ii) Promover a valorização e integração profissional;
 - iii) Otimizar a rede de equipamentos coletivos;
 - iv) Potenciar e promover mais mobilidade e acessibilidades;
 - v) Reforçar a qualificação das infraestruturas;
 - vi) Fomentar a sustentabilidade ambiental.
- d. “Co-cooperation” intermunicipal:
 - i) Maximizar a posição geo-estratégica do concelho;
 - ii) Impulsionar a coesão territorial.

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, foi publicada no Aviso n.º 4945/2014, do Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 10 de abril de 2014, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Após a entrada em vigor da 1ª revisão do PDM, e até à presente data, foram encetados alguns procedimentos previstos no âmbito da dinâmica dos IGT, tendo o Plano sido objeto dos procedimentos de retificação, correção material, suspensão parcial, alteração por adaptação e alteração, a saber:

- 1 - Retificação pela Declaração n.º 77/2015, de 20 de abril, a qual teve por finalidade a correção de lapsos gramaticais e de erros materiais nos artigos 35.º e 65.º do regulamento do Plano, respetivamente;
- 2 - Correção material, pela Declaração n.º 86/2015, 24 de abril, que incidiu sobre o artigo 96.º do regulamento do Plano e sobre a Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, na qual foi efetuado o acerto cadastral da delimitação de uma área classificada como Área de Exploração Agropecuária do Espaço Agrícola de Produção;
- 3 - Suspensão parcial, publicada pelo Aviso n.º 5299/2017, de 12 de maio, a qual visou acautelar o enquadramento do Centro Escolar de Vermoil nas normas legais e regulamentares aplicáveis, incidindo sobre as disposições constantes do n.º 1 do artigo 59.º do Regulamento do referido Plano;
- 4 - Alteração por adaptação, publicada pelo Aviso n.º 15686/2017, de 29 de dezembro, do PDM ao Programa para a Orla Costeira Ovar-Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto;
- 5 - Alteração com vista à adequação do PDM ao RERAE - Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, através da publicação do Aviso n.º 12533/2019, de 6 de agosto;
- 6 - Alteração por adaptação à revogação dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor concretizada após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM, publicada pelo Aviso n.º 16625/2019, de 17 de outubro;
- 7 - 1.ª Alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal (natureza regulamentar), publicada sob o Aviso n.º 17757/2019, de 8 de novembro;
- 8 - 2.ª Alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, publicada sob o Aviso n.º 310/2024, de 8 de janeiro;
- 9 – 2.ª Alteração por adaptação da Planta de Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas, ao RERAE (a decorrer).

Paralelamente ao processo de 1.ª Revisão do PDM, procedeu-se também à revisão da Reserva Ecológica Nacional (REN) no concelho de Pombal, tendo a aprovação da mesma completado aquele processo de revisão.

A REN, para o concelho de Pombal, foi publicada com a Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

De referir, por último, que desde a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM, foram revogados todos os Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) existentes, designadamente, o PP da Várzea, o PP Integrado do Parque Industrial de Pombal, o PU da Área Urbana do Carriço, o PU da Área Urbana da Guia e o PU da Área Urbana de Albergaria dos Doze. Pelo que, atualmente, apenas o PDM regulamenta a ocupação, uso e transformação do solo na área geográfica do concelho de Pombal.

3. OBJETIVOS PROGRAMÁTICOS

Nos termos do artigo 75.º do RJGT, a 2.ª Revisão do PDM, visa estabelecer os seguintes objetivos:

- a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos programas nacional e regional;
- b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- c) A articulação das políticas setoriais com incidência local;
- d) A base de uma gestão programada do território municipal;
- e) A definição da estrutura ecológica para efeitos de proteção e de valorização ambiental municipal;
- f) Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental, da integridade paisagística, da preservação do património cultural e de transição energética;
- g) Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, de equipamentos, de serviços e de funções;
- h) Os critérios de localização e a distribuição das atividades industriais, de armazenagem e logística, turísticas, comerciais e de serviços, que decorrem da estratégia de desenvolvimento local;
- i) Os parâmetros de uso do solo;
- j) Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- k) Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais programas e planos territoriais.

Da análise realizada no REOT que acompanha o presente documento, pode concluir-se que uma década após a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM, justifica-se a revisão deste instrumento de gestão territorial, determinante para a estratégia de atuação e para o modelo de desenvolvimento e de organização espacial do território, vinculativo para a administração e para os particulares, atento a duas premissas essenciais:

1. Alteração significativa do quadro legal e estratégico em matéria de ordenamento do território que esteve subjacente à elaboração da atual versão do PDM, o qual coloca em causa algumas propostas, conceitos e ações aí definidas;

- De referir que estão em alteração e elaboração planos e programas de hierarquia superior, como é o caso do PROT-C, que não poderão ser descurados no exercício do planeamento à escala municipal, devendo os mesmos ser devidamente entrosados com o atual procedimento de 2.ª Revisão do PDM; e
2. Evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que fundamentaram as opções definidas na 1.ª Revisão do PDM, sendo que a presente revisão deverá definir uma estratégia e modelo de desenvolvimento territorial capaz de correlacionar o disposto no novo RJGT, com o conjunto de desafios que se colocam, na atualidade, ao processo de planeamento e gestão urbanística, bem como ao desenvolvimento económico do território.

Neste sentido, as premissas e o modelo de desenvolvimento a preconizar no âmbito da próxima revisão do PDM, deverão assentar:

- a) Na valorização sustentável dos recursos naturais, da identidade do território, do património, da cultura e tradições, potenciando os recursos endógenos num território que se quer singular;
- b) Na resposta ao desafio colocado pelas alterações climáticas, pela transição energética e pelo desígnio nacional da neutralidade carbónica da economia;
- c) Nas pessoas e nas comunidades, garantindo qualidade de vida, maior igualdade de oportunidades e inclusão integral de todas as gerações, numa visão de atratividade e fixação da população;
- d) Na diversidade e sustentabilidade da base económica, com um reforçado espírito criativo e inovador, associado à qualificação contínua da população;
- e) No reforço da nucleação/ densificação da edificação, contenção da edificação em solo rústico, redução da pendularização e reaproveitamento de espaços abandonados, vagos ou livres em meio urbano;
- f) Na reavaliação da classificação e qualificação do solo, atento às necessidades de crescimento demográfico e desenvolvimento sócio-económico, e face às condições físicas e morfológicas do território, infraestruturação, e eventuais riscos existentes para pessoas, bens e ambiente;
- g) No reforço dos mecanismos de promoção da reabilitação urbana e da qualificação do espaço público;

- h) Na definição de políticas de desenvolvimento turístico, a partir da valorização da oferta existente;
- i) Numa política de transportes orientada para novos paradigmas e novas soluções de mobilidade e logística urbana, sustentáveis, flexíveis, complementares e integradas;
- j) Na valorização, salvaguarda e reforço da atual rede de espaços verdes e corredores ecológicos à escala municipal, bem como na valorização da paisagem;
- k) Na potenciação da posição geográfica de Pombal, para uma centralidade económica, cultural, desportiva e turística;
- l) Na definição de uma programação criteriosa, realista e sustentável do ponto de vista económico-financeiro de ações estruturantes para o desenvolvimento do território;
- m) Na promoção de uma participação cidadã ativa, visando a adoção de uma metodologia claramente participativa e continuada ao longo do processo de elaboração do plano.

4. PROGRAMAS, PLANOS E ESTRATÉGIAS EM MATÉRIA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM INCIDÊNCIA MUNICIPAL

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 22.º, e no n.º 4, do artigo 76.º, do RJIGT, a revisão dos planos territoriais obriga a identificar e a ponderar, nos diversos âmbitos, os Programas, os Planos, e os Projetos, com incidência na área em causa, considerando os que já existem e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações.

Assim, identificam-se os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e/ ou regional com incidência neste território, bem como diversos outros Planos, Programas, Estratégias e Documentos, que confluem para a definição das estratégias municipais de desenvolvimento do Ordenamento do Território concelhio.

Identificam-se ainda o conjunto de instrumentos de âmbito municipal, cuja pertinência e relevância, concorre para a potenciação do ordenamento do território concelhio, e que servirão de referencial para temáticas a abordar no âmbito da presente Revisão.

Quadro de Referência Estratégico (QRE) relevante para a 2.ª Revisão do PDM: Diploma de publicação, objetivos e diretrizes, com interesse em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável, associados aos Instrumentos de Gestão Territorial e aos documentos estratégicos

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
Nacional	Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio	Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) da União Europeia para o período 2021-2026, bem como a estrutura orgânica relativa ao exercício das competências de gestão estratégica e operacional, acompanhamento, monitorização e avaliação, controlo, auditoria, financiamento, circuitos financeiros e sistema de informação de reporte e transmissão de dados à Comissão Europeia.
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro	Ponderar a essência do PDM de se adotarem orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão. Estabelecer princípios e regras gerais da reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem a referida estratégia bem como o modelo de organização territorial gizado. Conciliar as orientações de reforço do carácter estratégico, de dinâmica adaptativa e de focagem de conteúdos do PDM com o objetivo de concentrar as disposições relativas ao uso do solo. Melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios. Capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do uso do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos legais e financeiros que condicionam a sua aplicação.

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			<p>Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial preconizado.</p> <p>Assumir a Avaliação Ambiental estratégica do PDM como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação dos PROT com os PDM em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação</p> <p>Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.</p> <p>Considerar a perspectiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade.</p> <p>Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.</p> <p>Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas.</p> <p>Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a relocalizar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias.</p> <p>Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano- florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas.</p> <p>Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem.</p> <p>Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. O solo rústico deve tendencialmente limitar-se a acolher as atividades económicas relacionadas com as utilizações que lhe são próprias. As novas construções destinadas a habitação, devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa, nestas últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.</p> <p>Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.</p>

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			<p>Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.</p> <p>Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração.</p> <p>Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.</p>
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e de Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	<p>A ENCNB 2030 é um instrumento fundamental da prossecução da política de ambiente e de resposta às responsabilidades nacionais e internacionais de reduzir a perda de biodiversidade</p> <p>À luz do contexto atual, evidência três vértices estratégicos: Melhorar o estado de conservação do património natural; Promover o reconhecimento do valor do património natural; Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade.</p>
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto	<p>Promover um Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;</p> <p>Melhor Ambiente e Valorização do Património;</p> <p>Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;</p> <p>Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território.</p>
	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2009 de 8 de setembro	<p>Uma zona costeira com identidade própria, apostando nos seus recursos e nos valores únicos naturais e culturais identitários desses territórios;</p> <p>Uma zona costeira sustentável, com salvaguarda e valorização dos seus recursos e valores naturais, patrimoniais e paisagísticos baseada numa gestão que privilegie as opções naturalizadas e adaptativas que melhor se coadunem com uma abordagem integrada das questões sociais, económicas e ambientais;</p> <p>Uma zona costeira bem ordenada, adequando os usos e ocupações às capacidades de carga e de resiliência dos sistemas naturais, bem como à sensibilidade das diferentes áreas, no âmbito de uma visão sistémica e prospetiva do ordenamento e planeamento destas áreas;</p> <p>Uma zona costeira segura e pública, conjugando de forma harmoniosa a utilização e fruição pública e a ocupação humana com a gestão preventiva dos riscos associados, nomeadamente erosivos, especialmente em zonas ameaçadas pela subida do nível médio das águas do mar;</p> <p>Uma zona costeira competitiva, como espaço produtivo gerador de riqueza e de emprego centrados na valorização económica dos potenciais marinhos e marítimos, naturais e culturais, existentes, nomeadamente através do recurso a iniciativas económicas que incorporem tecnologias com reduzido impacte ambiental e modelos sustentáveis de desenvolvimento económico.</p>
	Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)	Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2016, de 26 de agosto	<p>Cumprimento em 2020 dos objetivos de emissões e de qualidade do ar.</p> <p>Cumprimento das metas para a melhoria da qualidade do ar preconizadas para 2020.</p> <p>Delinear o caminho para que sejam atingidos a longo prazo objetivos de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial de Saúde.</p> <p>Alinhar medidas com a Política Climática que incidam simultaneamente nos poluentes atmosféricos e nos gases com efeito de estufa com co-benefício para a qualidade do ar e alterações climáticas.</p>

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro	O cumprimento do normativo ambiental e dos objetivos da política de ambiente e do ordenamento do território, através do cumprimento do normativo legal, e de uma abordagem territorial e setorial integrada A sustentabilidade dos modelos de gestão, associada à implementação de modelos de gestão eficientes e sustentáveis, e de aplicação do princípio do poluidor-pagador e garantia de um quadro tarifário sustentável para os setores económicos
	Estratégia para o Turismo 2027 (ET27)	Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro	Valorizar o território e as comunidades Impulsionar a economia Potenciar o conhecimento Gerar redes e conectividade Projetar Portugal
	Estratégia Nacional para a Floresta (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6 B/2015, de 4 de fevereiro	A Estratégia Nacional para a Floresta atualizada mantém como horizonte o ano de 2030, salvaguardando, porém, o enquadramento da programação dos instrumentos financeiros para o período 2014-2020, que são fundamentais para alavancar as ações identificadas. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; Redução da incidência dos incêndios; Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; Recuperar e reabilitar os ecossistemas
	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008	Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território; representar cartograficamente a distribuição dos habitats presentes no Sítios e ZPE; Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação; Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger.
	Plano Nacional da Água (PNA 2016-2021)	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro	Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português; Promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis; Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País; Proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água; Aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.
	Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC2030)	RCM n.º 53/2020, de 10 de julho	Estabelece os objetivos da política climática e energética nacional: descarbonização da economia nacional em todos os setores de atividade, estando previstas medidas para a energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas, águas residuais e resíduos. Estabelece novas metas nacionais de redução de emissões de gases com efeito de estufa, incluindo setoriais, metas de incorporação de energia de fonte renovável e de eficiência energética, bem como as linhas de ação e medidas a adotar para a descarbonização da sociedade e para a transição

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			energética, em articulação com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)	Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.ª alteração)	Em articulação com os instrumentos de ordenamento do território são previstas variantes e circulares nos principais centros urbanos para acesso aos corredores nacionais de grande capacidade, melhorando as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego gerado nesses locais: Potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários; Desenvolvimento de potencialidades regionais; Adequação da gestão da rede; Aumento da segurança de circulação.
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e pluviais 2030 (PEAASAR 2020-30)	Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril	Universalidade, continuidade e qualidade do serviço Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água; Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida; Adotar soluções para serviços de pequenos aglomerados com elevado grau de isolamento ou habitats muito dispersos em função de custo e eficiência, tendo em consideração os diferentes tipos de soluções e os diferentes modelos de gestão que lhe podem ser aplicados; Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço. Sustentabilidade do Sector Concretização de medidas que conduzam a uma maior eficiência operacional dos serviços (diminuição de custos) e que garantam a sustentabilidade económica e financeira através da fixação de tarifas economicamente sustentáveis. Contribuir para a criação de emprego sustentável através da dinamização do tecido empresarial privado nacional e regional. Proteção dos valores de saúde públicas e ambientais. Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário (assegurar uma eficaz proteção dos valores ambientais, contribuir para a eliminação de inconformidades e ilícitos ambientais); Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e pelos sectores produtivos. Aumentar a produtividade e a competitividade.
	Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março	1 - Prevenir a produção de resíduos ao nível da quantidade e da perigosidade. 2 - Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular. 3 - Reduzir os impactos ambientais negativos, através de uma gestão de resíduos integrada e sustentável.
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020+ (PERSU 2020)	Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho	Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis. Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU. Reforço dos instrumentos económico-financeiros. Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor. Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais. Prevenção da produção e perigosidade dos RU.
	Plano Estratégico dos Transportes e	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-	Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
	Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+	A/2015, de 20 de agosto	Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses. Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país
	Plano de Ação Litoral XXI (PALXXI)	-	Prevenção do risco e salvaguarda de pessoas e bens Proteção e valorização do património natural desenvolvimento sustentável das atividades económicas geradoras de riqueza. Fruição das áreas dominiais em condições de segurança e qualidade. Articulação com a gestão dos recursos hídricos interiores numa ótica de gestão das bacias hidrográficas que acautela a reposição progressiva dos ciclos sedimentares.
	Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)	-	Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal. Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais. Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.
	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro	Promover as condições dos ecossistemas afetados. Promover as condições de vida das populações afetadas. Mitigar, adaptar e gerir os efeitos da seca para promover a resiliência das populações e ecossistemas vulneráveis. Gerar benefícios ambientais globais pela implementação da UNCCD. Mobilizar recursos substanciais e adicionais financeiros e não financeiros para apoiar a implementação da UNCCD construindo parcerias efetivas a nível global e nacional.
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto	Este programa visa concretizar o segundo objetivo da ENAAC 2020 ao implementar medidas de adaptação, identificando as intervenções físicas com impacto direto no território. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas. Implementar medidas de adaptação. Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.
	Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho	a) Compatibilizar o turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada área, respeitando as respetivas capacidades de carga; b) Promover projetos e ações públicas e ou privadas que contribuam para a adequada visitação das áreas classificadas, através da criação de infraestruturas, equipamentos, produtos e serviços; c) Promover a valorização, a recuperação e ou a reconversão do património cultural, imóvel, móvel e imaterial existente e associado a atividades suscetíveis de serem reconhecidas como turismo de natureza, carecendo, no caso de património classificado, de parecer prévio da tutela do património cultural nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro; d) Promover a criação de infraestruturas e equipamentos necessários às atividades de turismo de natureza, nomeadamente centros de receção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco museológicos, entre outros, bem como de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas; e) Incentivar práticas turísticas, de recreio e lazer não nocivas para as áreas classificadas e compatíveis com a sua conservação; f) Fomentar atividades que contribuam para a sensibilização e educação ambiental e cultural dos visitantes e da população em geral; g) Incentivar a criação de micro e pequenas empresas, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			<p>desenvolvimento local e as relações de proximidade entre a população e os turistas;</p> <p>h) Incentivar o aparecimento de novas profissões e atividades económicas mais aliciantes à fixação dos jovens nas áreas classificadas e à criação de novos postos de trabalho;</p> <p>i) Promover as atividades que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural, paisagístico e cultural das áreas classificadas;</p> <p>j) Promover a comercialização dos produtos identitários de base local, nomeadamente através da gastronomia;</p> <p>k) Divulgar o património cultural imaterial, como as manifestações tradicionais e etnográficas locais, contribuindo para a afirmação da identidade cultural das populações.</p>
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA)	Resolução de Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho	<p>Promover o uso eficiente da água especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem colocar em causa as necessidades e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país;</p> <p>Redução dos volumes de cargas poluentes rejeitados para os meios hídricos;</p> <p>Melhoria da eficiência de utilização da água para que este recurso seja crescentemente valorizado, não só pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico, mas também para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável e respeito pelas gerações futuras.</p> <p>Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega;</p> <p>Articulação gradual das receitas associadas aos tarifários e o custo real da água, com ênfase nos volumes utilizados, sem perda de competitividade do setor.</p> <p>Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre desta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP);</p> <p>Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP.</p> <p>Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento.</p>
	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ADS 2030)	Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável"	<p>Constitui um plano de ação centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias, tendo como objetivo final a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, no âmbito do qual todos os Estados e outras partes interessadas assumem responsabilidades próprias no que diz respeito à sua implementação, enfatizando-se que ninguém deve ser deixado para trás. A agenda define 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS):</p> <p>Erradicar a pobreza;</p> <p>Erradicar a fome;</p> <p>Saúde de qualidade;</p> <p>Educação de qualidade;</p> <p>Igualdade de género;</p>

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			<p>Água potável e saneamento; Energias renováveis e acessíveis; Trabalho digno e crescimento económico; Indústria, Inovação e Infraestruturas; Reduzir as desigualdades; Cidades e comunidades sustentáveis; Produção e consumo sustentáveis; Ação climática; Proteger a vida marinha; Proteger a vida terrestre; Paz, justiça e instituições eficazes; Parcerias para a implementação dos objetivos.</p>
	Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio	<p>Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, através dos programas “1º Direito” e “Porta de Entrada”;</p> <p>Garantir o acesso à habitação aos que não tem resposta por via do mercado, através dos programas de “Arrendamento Acessível” e “Porta 65 Jovem”, de instrumentos de promoção da segurança no arrendamento e da captação de oferta e do fundo Nacional de Reabilitação do Edificado;</p> <p>Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais, através do instrumento “Da Habitação ao Habitat”, dos programas “Porta ao Lado” e “Chave na Mão” e do Programa de Mobilidade Habitacional;</p> <p>Criar condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano, através do projeto “Reabilitar com Regra”, do programa “Reabilitar para Arrendar”, do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/ Planos de Ação de Reabilitação Urbana e/ou Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas, da medida “Casa Eficiente 2020, do Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética e de medidas de promoção da manutenção regular e da plena utilização do edificado.</p>
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	Decreto-Lei n.º 107/2019, de 1 de julho	<p>Descarbonizar a produção de eletricidade, apostando nos recursos endógenos renováveis,</p> <p>Descentralizar e democratizar a produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao papel do consumidor enquanto parte ativa do sistema energético,</p> <p>Promover a descarbonização no setor residencial, privilegiando a reabilitação urbana e o aumento da eficiência energética nos edifícios,</p> <p>Descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo,</p> <p>Promover a transição energética na indústria, a incorporação de processos de produção de baixo carbono e as simbioses industriais, promovendo a inovação e a competitividade,</p> <p>Apostar numa agricultura sustentável,</p> <p>Fomentar o sequestro de carbono, através de uma gestão agrícola e florestal ativa</p> <p>Prevenir a produção de resíduos, aumentar as taxas de reciclagem e reduzir muito significativamente a deposição de resíduos em aterro,</p> <p>Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, reforçando a aplicação da taxa de carbono,</p> <p>Redirecionar os fluxos financeiros para a promoção da neutralidade carbónica,</p> <p>Fomentar o desenvolvimento da nova economia ligada à transição energética e à descarbonização,</p>

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			<p>Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.</p> <p>Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente:</p> <p>A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;</p> <p>O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;</p> <p>A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;</p> <p>O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;</p> <p>O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior;</p> <p>Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de: Afirmar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da região, tendo particular relevância para o concelho de Leiria a valorização dos eixos viários de conexão da Região com os principais eixos de disseminação de tráfego no território europeu;</p> <p>Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo;</p> <p>Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais;</p> <p>Implementar políticas de prevenção e mitigação de riscos;</p> <p>Pensar numa estratégia para os territórios de baixa densidade.</p> <p>Reforçar complementaridades e inovar em torno da base económica envolvente.</p>
	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)	Versão maio de 2011	
Regional	Visão Estratégica para a Região Centro 2030	VEC.20/30	<p>A Visão proposta declina-se nos seguintes desígnios:</p> <p>Uma região que reforça a sua competitividade nacional e internacional e consolida um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva, pugnando para que as dinâmicas mais proeminentes de inovação se alarguem territorialmente, seja pela criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, seja pela transferência de conhecimento enquanto veículo de atração de investimento e de jovens com qualificações superiores.</p> <p>Uma região que trabalha e promove a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e mais carenciados de energia demográfica, promovendo a coesão territorial, valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante.</p> <p>Uma região que lidera a evolução para uma sociedade mais sustentável, promovendo a inovação e transição para a economia circular, integrando a emergência climática e as suas implicações em termos de sistemas produtivos e organização territorial, no quadro da diversidade ambiental que a caracteriza.</p> <p>Uma região que coloca estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos e inovadores e territórios mais deprimidos de energia demográfica e económica.</p> <p>Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens e</p>

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			a formação de ativos e criando condições para a atração de população qualificada.
	Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) / (S4 revisão)	Revisão para o período 2021-2027 (Abril de 2021)	São prioridades transversais à Região Centro: sustentabilidade dos recursos; qualificação dos recursos humanos; coesão territorial; e internacionalização. Definição de plataformas de inovação: soluções industriais sustentáveis; valorização dos recursos endógenos naturais; tecnologias para a qualidade de vida e inovação territorial. Desafios Globais: Transição Verde, transição digital e transição social.
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL)	Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro	Contribuir para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico: Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; Especialização do território; Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; Internacionalização e aumento do valor dos produtos; Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 03 de abril,	OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água; OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos; OE3 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água; OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras; OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade; OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água; OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água; OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais; OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais; OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiros do Oeste (RH5A)		
	Programa para a Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC-OMG)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto	Assegurar a preservação da integridade biofísica do espaço e a conservação dos valores ambientais e paisagísticos; Promover a valorização e a fruição pública em segurança do domínio público marítimo, enquanto recurso social, cultural e económico; Assegurar a proteção do território e a mitigação de riscos, promovendo o uso e a ocupação sustentáveis da orla costeira; Criar condições para o desenvolvimento de atividades que contribuam para o desenvolvimento local e da economia do mar.
	Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Vouga Mondego e Lis (PGRI-RH4A)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril	Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos; Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação; Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis; Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação; Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água. Recorre a quatro tipologias de medidas, "Prevenção", "Proteção", "Preparação" e "Recuperação e Aprendizagem" para reduzir as consequências prejudiciais das inundações visando:

Âmbito	Designação	Publicação	Objetivos e diretrizes
			<p>a) A saúde humana, representada pela população potencialmente atingida;</p> <p>b) O ambiente, representado pelas massas de água, zonas protegidas definidas no âmbito da Lei da Água e áreas abrangidas pelo Sistema Nacional de Áreas Classificadas, como a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), sítios da Rede Natura 2000 ao abrigo das Diretiva Habitats e Diretiva Aves e áreas classificadas RAMSAR;</p> <p>c) As águas minerais naturais são apenas identificadas, considerando que medidas de proteção dos recursos hídricos constituem uma mais-valia para estes recursos específicos;</p> <p>d) O património cultural, representado pelo Património Mundial, Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou Municipal e Sítios Arqueológicos;</p> <p>e) As infraestruturas, representadas pelos edifícios sensíveis, infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, de abastecimento público de água, de tratamento de resíduos e de águas residuais;</p> <p>f) As atividades económicas, representadas pela agricultura e florestas, pelo turismo, atividades de comércio e de serviços, pelas instalações abrangidas pelo regime jurídico PCIP e pelos estabelecimentos abrangidos pelo regime jurídico decorrente do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (estabelecimentos SEVESO), e outros edifícios sensíveis.</p>
Intermunicipal	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Região de Leiria		
	Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Região de Leiria		
Municipal	Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra incêndios (PMDFCI)		
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)		
	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)		
	Agenda 21 Local de Pombal		
	Carta Educativa - Plano Municipal de Educação 1.ª Revisão		
	Plano Municipal e Plano Local de Acessibilidade		
	Estratégia Pombal 2030		
	Áreas de Reabilitação Urbana e Operações de Reabilitação Urbana		
	Estratégia Local de Habitação		

5. FASEAMENTO E PROGRAMAÇÃO

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, prevê-se que o procedimento de 2.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal de Pombal decorra por um período de 4 anos (48 meses), atento ao faseamento seguinte:

1ª Fase - Deliberação e Trabalhos Preparatórios	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase	5.ª Fase
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território + Discussão Pública • Apreciação da Assembleia Municipal (REOT) • Elaboração dos Termos de referência e oportunidade • Deliberação da CMP de Elaborar a 2.ª Revisão PDM e Publicação em D.R. • Período de participação pública preventiva (30 dias) + Reuniões JF • Comunicação à CCDRC para nomeação da Comissão Consultiva (CC) • Reunião preparatória entre CMP e CCDRC (elaboração de proposta de CC) • Constituição da CC (publicada em D.R.) • Manifestação de posição pelas entidades da CC • Relatório de Participação Pública Preventiva • Outros lementos: <ul style="list-style-type: none"> • REN • Carta Municipal de Habitação • Carta Arqueológica (Unidade de Turismo) • Carta Municipal de Educação (Unidade de Projetos Educativos) • Mapa de Ruído • AAE 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de Caracterização e Diagnóstico • Objetivos e Estratégia • Serviços administrativos e restrições de utilidade pública • Planta de enquadramento regional • Planta de situação existente com a ocupação do solo • Planta e Relatório com os compromissos urbanísticos • Relatório de Fatores Críticos para a Decisão - AAE • Manifestação de posição pelas entidades da CC 	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta Prévia do Plano (1ª versão do Plano) • Programa de execução • Plano de Financiamento e sustentabilidade económica e financeira • Ficha de dados estatísticos • Propostas prévias de desafetações de áreas da REN • Propostas prévias de desafetações de áreas da RAN • Relatório Ambiental Preliminar - AAE • Reuniões Setoriais • Reunião Plenária da CC • Proposta de Plano (Pós Reunião Plenária) • Reunião de Câmara (Aprovação de proposta + abertura de discussão pública) 	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de período de Discussão Pública do Plano (30 dias) • Relatório Ambiental + RNT - AAE (Versão final) • Proposta de Plano (Versão final) • Ponderação dos resultados da Discussão Pública e Divulgação dos resultados/ Resposta fundamentada • Reunião de Câmara / Assembleia Municipal • Publicação e Depósito 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração Ambiental - AAE • Reunião de Câmara / Assembleia Municipal (AAE)

Em termos de calendarização a mesma encontra-se plasmada no cronograma apresentado no anexo 2.

6. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL

O conteúdo material e documental da 2ª revisão do PDM obedecerá ao disposto nos artigos 96.º e 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, com as adaptações necessárias, em função da natureza e objetivos do procedimento, sem prejuízo de outras disposições que decorram de regimes especiais.

Assim, e nos termos do RJGT, o conteúdo material e documental da 2.ª Revisão do PDM de Pombal integra, entre outros, os seguintes elementos:

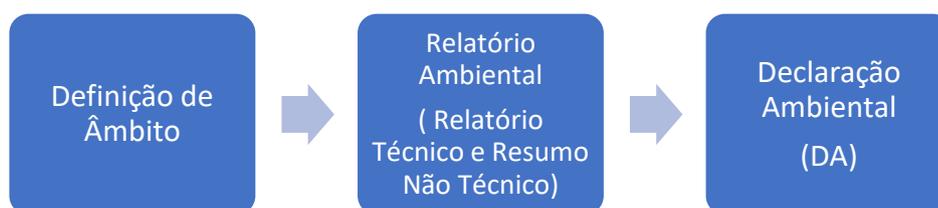
- a) Regulamento e respetivos anexos;
- b) Planta de Ordenamento, que apresenta o modelo de organização espacial do território municipal;
- c) Planta de Condicionantes, que identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor;
- d) Relatório de Fundamentação das soluções adotadas, da estratégia territorial e das opções estratégicas, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas;
- e) Estudos de Caracterização e Diagnóstico;
- f) Relatório Ambiental;
- g) Programa de Execução e Plano de Financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;
- h) Planta de Compromissos Urbanísticos;
- i) Planta de Enquadramento Regional e Planta de Infraestruturas;
- j) Planta da Situação Atual, com a ocupação do solo à data da deliberação que determinou a elaboração do Plano;
- k) Mapa de Ruído;
- l) Relatório de Ponderação e Discussão Pública; e
- m) Ficha dos Dados Estatísticos.

7. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Em simultâneo com a elaboração da revisão do PDM será desenvolvida a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em cumprimento do disposto no RJIGT, conjugado com o Decreto-Lei n.º 232/2007, 15 de junho, na sua redação atual, que estabelece o regime de avaliação dos efeitos, no ambiente, dos programas e planos municipais de ordenamento do território, com o objetivo de apoiar a sustentabilidade ambiental das soluções propostas e incorporar valores ambientais nos momentos de decisão.

O procedimento de revisão do PDM, nos termos do disposto no artigo 78.º do RJIGT, está sujeito a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que integra as seguintes fases:

- Determinação do Âmbito da Avaliação Ambiental a realizar, bem como determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental;
- Elaboração do Relatório Ambiental (Relatório Técnico e Resumo Não Técnico), no qual se identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos;
- Emissão de Declaração Ambiental (DA), a enviar às entidades previstas no Decreto-lei n.º 232/2007, 15 de junho, e disponibilização ao público, através da página de *Internet* do Município.



8. BASE CARTOGRÁFICA

A cartografia a utilizar no procedimento de 2.ª Revisão do PDM - Pombal, (n.º 3 do artigo 203.º do RJIGT), cumpre com as normas e especificações técnicas da Direção-Geral do Território (DGT).

De acordo com o disposto no artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro e considerando a alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º, e o artigo 10.º do Regulamento n.º 142/2016, de 09 de fevereiro, a Câmara Municipal de Pombal, deve utilizar cartografia topográfica oficial ou homologada pela DGT devidamente atualizada, na elaboração de procedimentos de alteração aos IGT, disponibilizando e garantindo a legibilidade do conteúdo da carta base e da informação temática em causa.

Assim, e atendendo a que a cartografia utilizada na elaboração da 1.ª Revisão do PDM-Pombal foi homologada em 2011 e que a mesma não cumpre com o disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º, do Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIM RL), por ser a Entidade Proprietária, promoveu a atualização e, consequentemente, a homologação desta cartografia, por a mesma se encontrar tecnicamente desatualizada.

Em setembro de 2020, deu-se por terminado o procedimento da atualização da Cartografia Numérica Vetorial à escala 1:10 000, com a respetiva homologação (Processo n.º 674).

A representação dos limites administrativos é a que consta da edição mais recente da Carta Administrativa Oficial de Portugal, CAOP 2023 (nova versão), disponível na página oficial da Direção-Geral do Território (DGT).

Em 2018 foi feita a cobertura aérea digital dos concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, servindo também esses Ortofotomapas de apoio à 2.ª revisão do PDM.

9. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

A elaboração da 2ª Revisão ao Plano será da responsabilidade da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana - DUPRU do Município de Pombal, com a coordenação técnica da Chefe de Divisão, que inclui a equipa, e com a Coordenação Geral do Vereador responsável pelo pelouro.

A equipa técnica será multidisciplinar, adequada aos requisitos exigidos pela natureza das alterações ao Plano.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, com o presente documento, fundamentar o procedimento da 2.ª revisão ao PDM, dando cumprimento ao RJGT e ao disposto na Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, que “regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do (...) PDM”, constituindo um dos documentos a disponibilizar na plataforma colaborativa de gestão territorial, pela Câmara Municipal, durante o acompanhamento dos trabalhos da Comissão Consultiva (CC).

De enfatizar que é pretensão da Câmara Municipal potenciar o envolvimento da população em geral, e dos agentes locais/ *stakeholders* nas várias fases do processo, contribuindo para uma maior aproximação da população ao procedimento, de forma a assegurar a coesão territorial e a robustecer o modelo de ordenamento e desenvolvimento territorial do concelho de Pombal.

11. ANEXOS

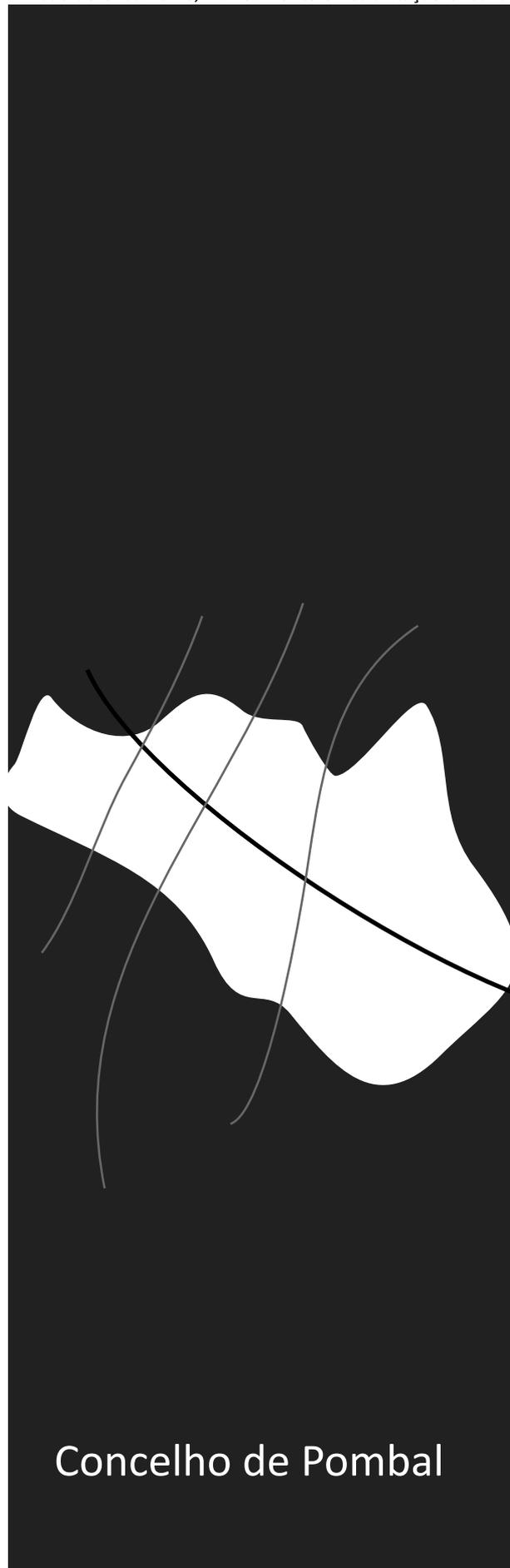
ANEXO 1 - REOT

ANEXO 2 - CRONOGRAMA

REOT

Relatório sobre o
Estado do
Ordenamento
do Território

MONITORIZAÇÃO 2022



Concelho de Pombal

Ficha Técnica do documento

Título	RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT)
Descrição	Este Relatório tem como finalidade traduzir o balanço da execução da 1.ª Revisão do PDM de Pombal, bem como aferir os níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão do plano vigente.
Versão	01
Data de produção	dezembro 2023
Data da última atualização	março 2024
Serviço	Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana
Coordenação técnica	Sílvia Ferreira Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana
Equipa técnica	Ana Cardoso Geógrafa Ana Rita Freire Eng.ª Civil
Outras colaborações	André Sintra Eng.º Florestal Catarina Soares Eng.ª Ambiente Cláudia Costa Geógrafa Hugo Gonçalves Eng.º Proteção Civil José Paulo Prof. Desporto Lívia Évora Arqueóloga Luís Ferreira Eng.º Ambiente Nathalie Fajardo Ciências da Educação Nelson Mendes Arquiteto Nuno Elias Eng.º Mecânico Nuno Mota Eng.º Civil Paula Vieira Geógrafa Sandra Calvário Eng.ª Ambiente Túlia Paiva Eng.ª Geológica Vera Domingues Arquiteta Virgínia Santos Assistente Social
Estado do documento	Versão pós discussão publica a submeter a apreciação por parte da AM

INDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ENQUADRAMENTO LEGAL	6
3.	METODOLOGIA	8
4.	ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	10
4.1	DEMOGRAFIA E SOCIOECONOMIA	11
4.2	MOBILIDADE, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	32
4.3	AMBIENTE	50
4.4	OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	61
4.5	EDIFICAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA	72
5.	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL E OUTROS DOCUMENTOS DE ÂMBITO MUNICIPAL.....	83
6.	PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE ÂMBITO MUNICIPAL	85
	Plano Diretor Municipal de Pombal.....	85
	Estratégia e Objetivos	86
	Monitorização dos objetivos do plano e Avaliação Ambiental.....	88
	Avaliação da Execução do Plano.....	88
	Taxas de execução das ações previstas no Plano	99
	Unidades Operativas de planeamento e Gestão	100
7.	SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.....	101
8.	ANÁLISE SWOT (SISTEMÁTICA)	103
9.	SÍNTESE CONCLUSIVA	106
10.	ANEXOS.....	112

1. INTRODUÇÃO

O conceito de ordenamento do território preceituado na Carta Europeia do Ordenamento do Território foi transposto para a nossa ordem jurídica com a publicação da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação.

Tendo por base os princípios gerais em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, consagrados no artigo 3.º da Lei mencionada: Solidariedade intra e intergeracional, Responsabilidade, Economia e eficiência, Coordenação e compatibilização, Subsidiariedade, Equidade, Participação dos cidadãos, Concertação e contratualização e Segurança jurídica e proteção da confiança, constituem fins da política pública de solos, de acordo com o disposto no artigo 2.º :

- *“Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades, fonte de matérias-primas e de produção de biomassa, reservatório de carbono e reserva de biodiversidade;*
- *Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, tendo em vista evitar a especulação imobiliária e as práticas lesivas do interesse geral;*
- *Reforçar a coesão nacional, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, corrigindo as assimetrias regionais, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, em especial aos equipamentos e serviços que promovam o apoio à família, à terceira idade e à inclusão social;*
- *Aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos da erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética e carbónica;*
- *Evitar a contaminação do solo, eliminando ou minorando os efeitos de substâncias poluentes, a fim de garantir a salvaguarda da saúde humana e do ambiente;*
- *Salvaguardar e valorizar a identidade do território nacional, promovendo a integração das suas diversidades e da qualidade de vida das populações;*
- *Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem;*

- *Promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico;*
- *Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso e valorizar a biodiversidade;*
- *Prevenir riscos coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens;*
- *Salvaguardar e valorizar a orla costeira, as margens dos rios e as albufeiras;*
- *Dinamizar as potencialidades das áreas agrícolas, florestais e silvo-pastoris;*
- *Regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal;*
- *Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva.”*

A política de ordenamento do território é concretizada através do sistema de gestão territorial, que se organiza em 4 âmbitos distintos: o âmbito nacional, o âmbito regional, âmbito intermunicipal e o âmbito municipal, sendo, neste último, que se enquadram os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal, que serão objeto de devida análise e monitorização no presente Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

De facto, o REOT é um instrumento de análise e avaliação contínua da concretização das estratégias de desenvolvimento territorial municipal, nomeadamente das estratégias consagradas nos planos municipais de ordenamento do território em vigor, que promove não só o tratamento simples e claro da informação relevante, de carácter estatístico, técnico e científico, mas também a participação e a comunicação de resultados, de forma a fundamentar eventuais propostas de elaboração, alteração ou revisão de planos ou dos respetivos mecanismos de execução.

O presente documento enceta, igualmente, um processo de acompanhamento sistemático, capaz de monitorizar as dinâmicas registadas no território concelhio, que influenciam não só as condições ambientais e a sustentabilidade do território, mas também o seu desenvolvimento e crescimento económico, a melhoria das condições de vida da população residente, e o apoio à decisão política e respetivas medidas de intervenção, promovendo o acompanhamento regular do exercício das atividades previstas e a articulação com a estratégia de desenvolvimento municipal.

Este acompanhamento decorre da implementação de um sistema eficiente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permite e permitirá conhecer a situação do concelho de Pombal a médio e longo prazo, identificando as suas tendências de evolução nos mais variados domínios, evidenciando o grau de execução dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor.

De facto, com a entrada em vigor da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Pombal, publicado pelo Aviso n.º 4945/2014, no Diário da República, 2.ª Série – n.º 71, de 10 de abril, retificada pela Declaração n.º 77/2015, de 20 de abril, objeto de correção material, publicada pela Declaração n.º 86/2015, de 24 de abril, sujeita a duas alterações por adaptação, publicadas sob os Avisos n.º 15686/2017, de 29 de dezembro e n.º 16625/2019, de 17 de outubro, a uma alteração publicada sob o Aviso n.º 12533/2019, de 6 de junho, e a uma alteração de natureza regulamentar, publicada sob o Aviso n.º 17757/2019, de 8 de novembro, o planeamento e ordenamento municipal adquiriram uma nova dinâmica, que deverá ser impreterivelmente aferida pela implementação de um sistema de monitorização e avaliação.

O presente relatório surge no seguimento dos exercícios de monitorização realizados em 2014 e 2015, bem como do primeiro REOT, realizado à data de 2017, com vista, não só ao cumprimento legal, mas também à realização de uma monitorização nos diversos domínios de abrangência do IGT em vigor no território concelhio.

Assim, o presente relatório tem por base o ano de 2022, tendo sido atualizados os dados em consonância com o disponibilizado pelos diversos serviços deste Município, e mantida a estrutura do REOT inicial.

De salientar que durante o período a que se refere o presente relatório, e em termos de dinâmicas do IGT em vigor, foram revogados os Planos de Urbanização e Planos de Pormenor existentes, pelo que, atualmente, apenas o PDM regulamenta a ocupação, uso e transformação do solo na área geográfica do concelho de Pombal.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJGT, no seu artigo 57.º, veio prever, em matéria de execução dos programas e planos territoriais, que *“todos os programas e planos devem definir parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua execução”*, sendo da responsabilidade das autarquias locais, no caso de planos de âmbito municipal, recolher a informação e promover a elaboração dos respetivos relatórios de execução, bem como a normalização de fontes de dados e de indicadores comuns, no prazo e condições a definir, disponibilizando publicamente os mesmos, através dos meios informáticos adequados.

Revogado o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, mantendo-se a necessidade da revisão dos planos municipais, *“quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos relatórios de estado do ordenamento do território, identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido”* (cfr. o n.º 2, do artigo 93.º), pelo que a elaboração do presente documento é fundamental e imprescindível, em matéria de programação de opções de ordenamento do território e no apoio à decisão.

O artigo 189.º, do referido Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, define a obrigatoriedade da Câmara Municipal, de 4 em 4 anos, elaborar um REOT, de forma a melhorar a gestão do plano de ação, contribuindo para dinamizar o processo de monitorização e a própria implementação do Plano Diretor Municipal e, sobretudo, dar resposta às exigências inerentes à Declaração Ambiental, emitida no âmbito da avaliação ambiental do Plano, que obriga a uma monitorização anual.

Em 2017, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, foi elaborado o primeiro REOT, o qual permitiu avaliar e monitorizar o desempenho dos vários indicadores, as ações e objetivos implementados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica do Município.

Da mesma forma, também o presente REOT procura traduzir o balanço da execução dos programas e planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

3. METODOLOGIA

O presente REOT – Monitorização 2022, mantém, como objetivo central, avaliar e monitorizar o estado do ordenamento do território do concelho de Pombal, tendo por base um sistema de indicadores e a aferição da execução dos objetivos propostos no IGT em vigor, e os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar informação anual sobre o estado do ordenamento do território;
- Prover a administração e demais serviços municipais de um instrumento sintético de caracterização e diagnóstico, de apoio à tomada de decisão ao nível do ordenamento do território;
- Constituir-se como elemento de informação em matéria de ordenamento para os munícipes.

O presente relatório encontra-se estruturado em dois grupos que se complementam e convergem na prossecução dos objetivos subjacentes ao presente documento:

- 1) Avaliação do Território - apresentando um modelo conceptual baseado num sistema de indicadores estratégicos quantificáveis que permitem avaliar as principais dinâmicas concelhias e refletem os principais domínios do desenvolvimento sustentável (demográfico, social, económico, mobilidade, infraestruturização, ambiente e urbanístico);

Para cada indicador elaborou-se um quadro com a unidade de análise, fonte de informação, periodicidade de análise dos dados, e tendência de evolução futura (se aplicável), assim como a sua apresentação gráfica e descrição dos principais aspetos subjacentes.

- 2) Avaliação do Ordenamento e Planeamento Municipal – apresentando a análise, avaliação e monitorização do cumprimento e execução dos objetivos dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho, integrando ainda os indicadores presentes na Declaração Ambiental.



4. ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Para uma leitura imediata e sistematizada apresenta-se neste quadro síntese um conjunto de indicadores de enquadramento geral e socioeconómico.

Domínio	Indicador	Ano	Valor
Território	Área do concelho (ha)	2022	62.600,28
	Altitude Mínima (metros)	2022	0
	Altitude Máxima (metros)	2022	559
	Comprimento Máximo Norte-Sul (km)	2022	26
	Comprimento Máximo Este-Oeste (km)	2022	33
	Número de freguesias (n.º)	2022	13
	Cidades Estatísticas (n.º)	2022	1
	Vilas Estatísticas (n.º)	2022	2
Demografia	População Residente (n.º)	2021	51.170
	Densidade Populacional (hab/km ²)	2021	81,7
	Variação da População Residente (2011/2021)	-	-7,38
	Número de Famílias (n.º)	2021	20.860
	Índice de Envelhecimento	2022	256,1
	Taxa de Natalidade (‰)	2022	6,8
	Taxa de Mortalidade (‰)	2022	14,3
	Índice de Dependência de Idosos	2022	49,9
	População estrangeira	2021	3,44
População por Grupos Etários	0-14	2021	5.945
	15-24	2021	5.087
	25-64	2021	25.311
	65 e mais	2021	14.827
Habitação	Edifícios	2021	30.710
	Alojamentos	2021	33.930
	Residência Habitual	2021	20.852
	Alojamentos Vagos	2021	5471
	Alojamentos Residência Secundária	2021	7.565
	Alojamentos Sem Abastecimento de Água	2021	214
Economia	Setor Primário (%)	2021	2,9
	Setor Secundário (%)	2021	24,8
	Setor Terciário (%)	2021	72,3
	Taxa de Atividade (%)	2021	42,99
	Taxa de Desemprego (%)	2021	4,52
	Hóspedes nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (n.º)	2022	31.697
Indicadores Sociais	Médicos por 1000 Habitantes	2021	2,5
	Poder de compra <i>per capita</i>	2021	85,2
	Taxa de Analfabetismo (%)	2021	5,8
	Valor Médio Anual Prestação Velhice (€)	2022	5453
Indicadores Urbanísticos	Vias e Arruamentos Municipais (km)	2022	3.101,3
	Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da CMP (km)	2022	70,5
	Estradas Regionais, sob jurisdição da CMP (km)	2022	16,7
	Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da EP (km)	2022	44,1
	Estradas Regionais, sob jurisdição da EP (km)	2022	2,8
	IC (km)	2022	36,3
	Autoestradas (km)	2022	51,6

4.1 DEMOGRAFIA E SOCIOECONOMIA

A01 – População Residente

A02 – Densidade Populacional

A03 – Estrutura Etária

A04 – Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

A05 – Taxas de crescimento (efetivo, natural e migratório)

A06 – Índice de dependência

A07 – Qualificação da População / Analfabetismo

A08 – População Ativa

A09 – Emprego

A10 – Agricultura

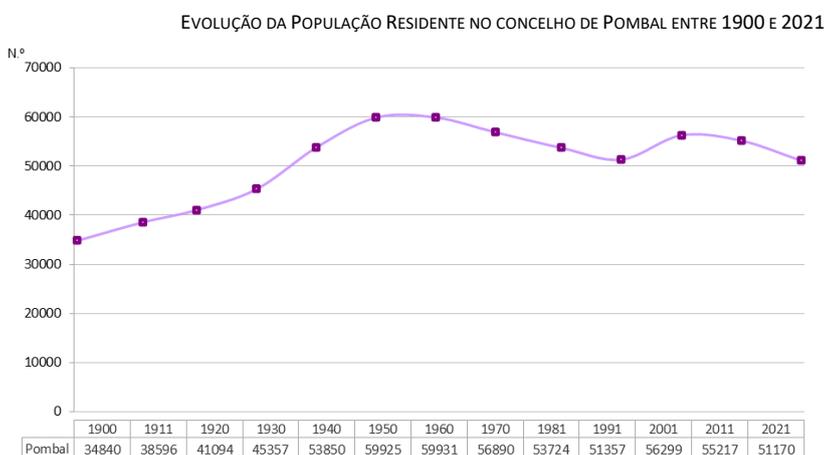
A11 – Atividades Económicas

A12 – Atividades Económicas - Turismo

A 01 População Residente

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Recenseamentos gerais da população e Censos estatísticos (1900 a 2021), INE

Tendência



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL POR FREGUESIA 1900 A 2021

FREGUESIA	1900		2011		2021		Δ 1900-2021 (%)	Δ 2011-2021 (%)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
ABIÚL	3388	9,7	2729	4,9	2236	4,4	-34,0	-18,1	
ALMAGREIRA	1859	5,3	3076	5,6	2774	5,4	49,2	-9,8	
CARNIDE	789	2,3	1647	3,0	1622	3,2	105,6	-1,5	
CARRIÇO	2384	6,8	3653	6,6	3330	6,5	39,7	-8,8	
LOURIÇAL	3629	10,4	4720	8,5	4203	8,2	15,8	-11,0	
MEIRINHAS	710	2,0	1775	3,2	1649	3,2	132,3	-7,1	
PELARIGA	1449	4,2	2176	3,9	2012	3,9	38,9	-7,5	
POMBAL	5798	16,6	17187	31,1	16884	33,0	191,2	-1,8	
REDINHA	2728	7,8	2117	3,8	1869	3,7	-31,5	-11,7	
VERMOIL	1364	3,9	2656	4,8	2436	4,8	78,6	-8,3	
VILA CÃ	2050	5,9	1659	3,0	1401	2,7	-31,7	-15,6	
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GUIA, ILHA E MATA MOURISCA	GUIA	1196	3,4	6438	11,7	6039	11,8	119,2	-6,2
	ILHA	713	2,0						
	MATA MOURISCA	846	2,4						
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTIAGO E SÃO SIMÃO DE LITÉM E ALBERGARIA DOS DOZE	ALBERGARIA DOS DOZE	1357	3,9	5384	9,8	4715	9,2	-20,6	-12,4
	SANTIAGO DE LITÉM	2697	7,7						
	S. SIMÃO DE LITÉM	1883	5,4						
CONCELHO	34840	100	55217	100	51170	100	46,9	-7,3	

O concelho de Pombal registou no último século uma evolução, nem sempre linear, da sua população residente. Períodos de crescimento, intercalados com períodos de regressão populacional, foram o resultado de fatores diversos e lógicas demográficas que passaram pela emigração, industrialização e ressurgimento da capital concelhia como polo atrativo da população circundante. De facto, até 1991, o concelho de Pombal deu sinais de regressão populacional com a diminuição do número de efetivos, o aumento do peso dos idosos e a diminuição da taxa de natalidade. No entanto, na década de 90 observou-se uma inversão desta tendência, registando o concelho um crescimento populacional na ordem dos 9,5%. Esta tendência de crescimento veio a ser interrompida nas últimas décadas, sendo que o concelho registou, à semelhança da região Centro, uma nova regressão populacional de 7,38%, entre 2011-2021, correspondente a menos 4047 indivíduos.

A 02 Densidade Populacional

Unidade: Hab/km²
Periodicidade: Anual
Fonte: Censos 2011 e 2021, CAOP 2021, INE

Tendência



DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA NO CONCELHO DE POMBAL, 2011 E 2021

Freguesia	Densidade Populacional 2011	Densidade Populacional 2021
Abiúl	50,4	41,3
Almagreira	72,2	65,1
Carnide	73,8	72,7
Carricho	44,0	40,1
Louriçal	99,0	88,19
Meirinhas	199,7	185,49
Pelariga	82,6	76,36
Pombal	182,9	179,66
Redinha	51,1	45,16
Vermoil	116,5	106,84
Vila Cã	52,5	44,38
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	80,1	75,14
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	76,0	66,52
Total Pombal	88,2	81,74

De acordo com os censos (2021), a população residente no concelho de Pombal, era de 51.170 habitantes distribuídos por 626,0028km², o que corresponde a uma densidade populacional concelhia de 81,7hab/km².

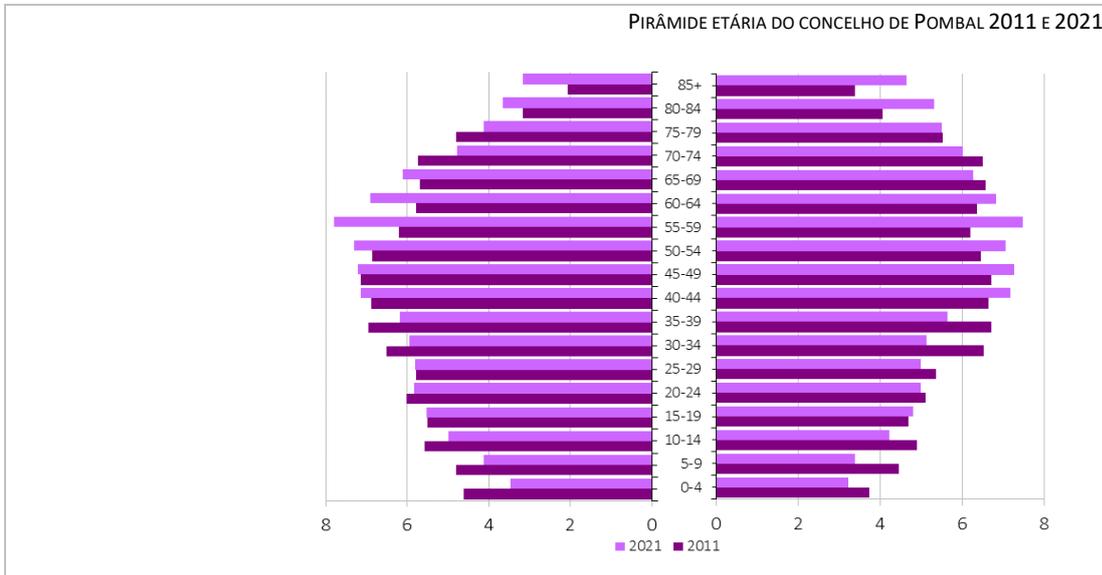
A existência de eixos de desenvolvimento económico, associados aos principais eixos viários do concelho, justifica que, a uma maior proximidade destes, corresponda uma densidade populacional mais alta, e a um maior afastamento, pelo contrário, corresponda uma menor densidade populacional. Este fator assume especial importância nas seguintes situações: eixo viário da Estrada Nacional n.º 1 (Leiria – Coimbra) sobretudo no seu troço Meirinhas-Pombal, a justificar os valores altos registados nas freguesias de Meirinhas (185,49hab/km²), Pombal (177,66hab/km²), e Vermoil (106,84hab/km²), e eixo ferroviário da linha do Norte, associado às freguesias de Vermoil, Pombal e União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, que assumiu uma importância vital no seu desenvolvimento populacional (anos 30 e 40) mas que se encontra atualmente em fase de declínio.

Neste sentido, também o substrato litológico manifesta uma grande variabilidade e influência, tanto na parte litoral do concelho, onde o sistema dunar impede a presença humana, (Carricho – 40,1hab/km²), como no maciço calcário da Serra de Sicó, designadamente nas freguesias de Abiúl, Vila Cã e Redinha, onde a litologia existente (solos calcários de elevada permeabilidade, associados a área de declives acentuados) impede, não só a mecanização da atividade agrícola e a consequente transformação dos sistemas agroflorestais, mas também a edificação.

A 03 Estrutura Etária

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 2011 e 2021, INE

Tendência



A consolidação de um processo de duplo envelhecimento demográfico, traduzido no decréscimo do peso dos jovens e no crescimento do peso dos idosos no conjunto da população residente, é, a este nível, o traço fundamental da evolução registada entre 2011 e 2021, refletindo-se, respetivamente, pelo estreitamento da base e pelo alargamento do topo da pirâmide.

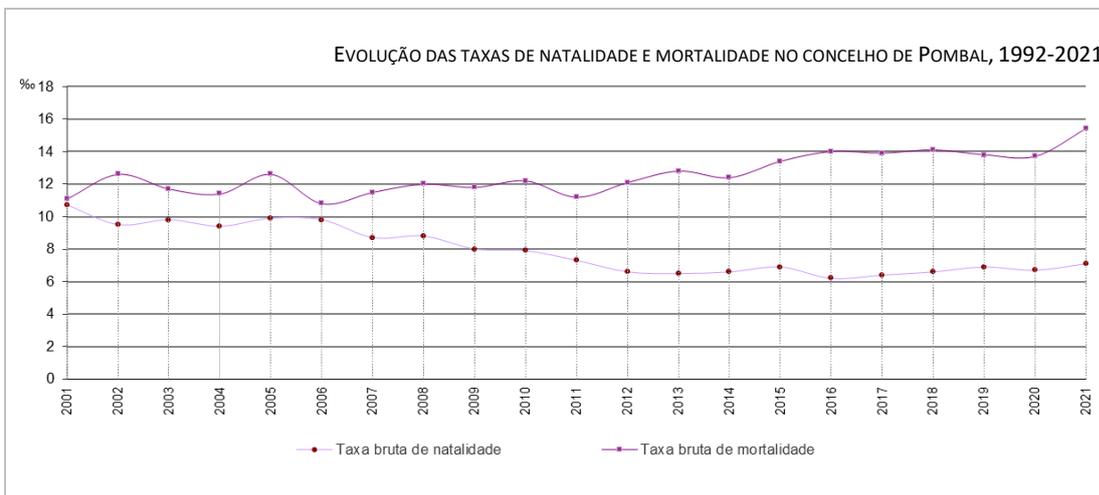
De facto, ao analisar a distribuição da população residente pelas principais faixas etárias verifica-se, a nível concelhio, e de acordo com os censos de 2021, que a população residente em Pombal com 65 ou mais anos representa cerca de 29% da população total, um valor em linha com o verificado para a Região Centro e superior ao da Região de Leiria (25%) e à escala nacional (23%). Em oposição, a população com menos de 14 anos de idade representa cerca de 11,6% da população total, à qual corresponde um valor absoluto de 5945 residentes. Este valor, analisado em conjunto com o referente à população entre os 15 e os 24 anos de idade, representava apenas 21,6% da população total.

Demografia, Sociedade e Economia

A 04 Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

Unidade: Permilagem (‰)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos e Censos estatísticos (2001, 2011 e 2021), Estimativas Provisórias de População Residente (2001-2021), INE

Tendência



No que concerne ao movimento natural da população, o concelho de Pombal apresenta uma taxa de natalidade, que se cifrou, em 2021, em 7,1‰, valor manifestamente inferior à taxa de mortalidade em 15,4‰, resultando assim numa taxa de crescimento natural negativa de 0,69%. De salientar, no entanto, uma tendência ligeiramente crescente da taxa de natalidade, desde o ano de 2016, que poderá, a médio e longo prazo, representar um aumento do número de crianças e jovens, e conseqüentemente um incremento da população residente, por via do aumento do número de nados vivos.

De referir que a quebra que vem sendo observada na taxa de natalidade, associada a um aumento do nível de mortalidade e a um aumento da esperança média de vida, têm conduzido ao envelhecimento progressivo da população e a um aumento do índice de envelhecimento que em 2022 se fixou em 256,1.

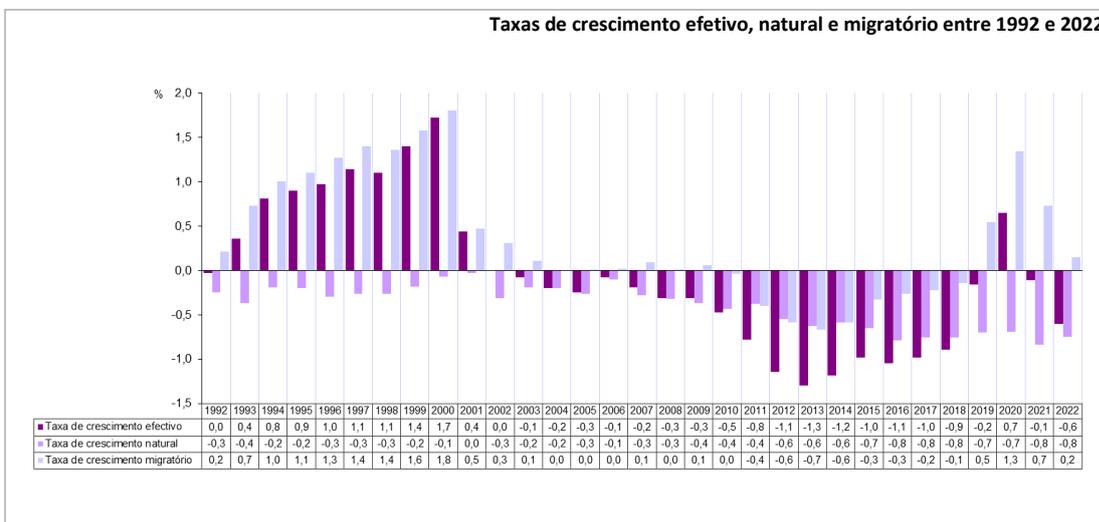
A 05 Taxas de crescimento (efetivo, natural e migratório)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos, 1992-2022, INE

Tendência



Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório entre 1992 e 2022



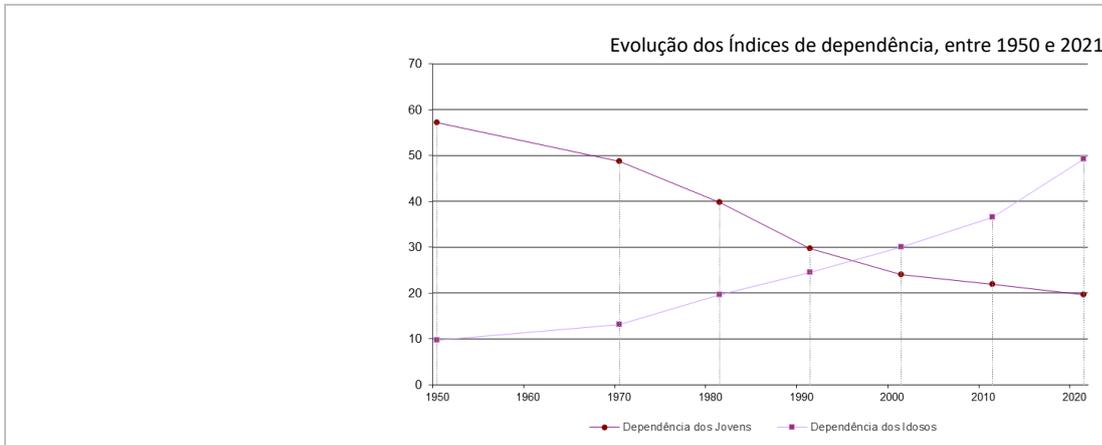
No que concerne ao crescimento natural, a tendência instalada progride no sentido de uma redução dos níveis de fecundidade da população residente, influenciando negativamente a proporção de crianças e jovens, o que se reflete diretamente na capacidade endógena de substituição das gerações.

A evolução demográfica do concelho resultou ainda de dinâmicas associadas aos movimentos migratórios que explicam de forma decisiva as variações populacionais. De facto, a análise dos últimos períodos intercensitários reflete inversões de comportamento com sentidos opostos no que toca à trajetória de crescimento natural e de crescimento migratório que podem ser sistematizadas em períodos diferenciados: o período 1991 a 2001, marcado por um incremento positivo dos fluxos migratórios e o conseqüente aumento da taxa de crescimento efetivo; o período 2001 a 2018, marcado pelo forte peso que assumiu a saída de residentes do concelho, a par da dinâmica negativa de crescimento natural, de -0,9%, em 2018, dando origem a um saldo efetivo negativo, que se traduz numa taxa de crescimento efetivo, em 2018, de -0,9%; o ano 2019, no qual se registou uma variação positiva 0,54% da taxa de crescimento migratório, e uma manutenção da taxa de crescimento natural, -0,7%, correspondendo a uma taxa de crescimento efetiva de -0,16%; no ano de 2020, verificou-se, após mais de duas décadas, uma taxa de crescimento efetivo positivo de 0,65%, resultante de um significativo incremento dos fluxos migratórios e (taxa de crescimento migratório de 1,34%); nos anos 2021 e 2022 verificou-se novamente uma dinâmica regressiva da população, resultante da diminuição do crescimento natural a par da desaceleração (embora positiva) da taxa de crescimento migratório. De realçar, contudo, que o incremento positivo dos fluxos migratórios, potenciou uma inversão da tendência regressiva, o que poderá corresponder, a médio prazo, a um aumento da população residente.

A 06 Índice de Dependência

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos (1950-2021), Censos 2021, INE

Tendência



A evolução do volume absoluto e relativo dos idosos e dos jovens, pode ainda ser analisada face aos seus índices de dependência. Se em 1950 existiam aproximadamente 57 jovens por cada 100 adultos (população ativa) e apenas 10 idosos por 100 adultos, valores reveladores de uma estrutura piramidal crescente, em que a renovação geracional estava completamente assegurada, em 2011 a situação inverteu-se com uma diminuição do número de jovens para apenas 21,9 por 100 ativos e um aumento da população idosa para 36,6 idosos por 100 ativos. Em 2021, registou-se um aumento do índice de dependência dos idosos (49,3) assim como uma diminuição do índice de dependência de jovens, cifrando-se o mesmo, nesta data, em 19,7.

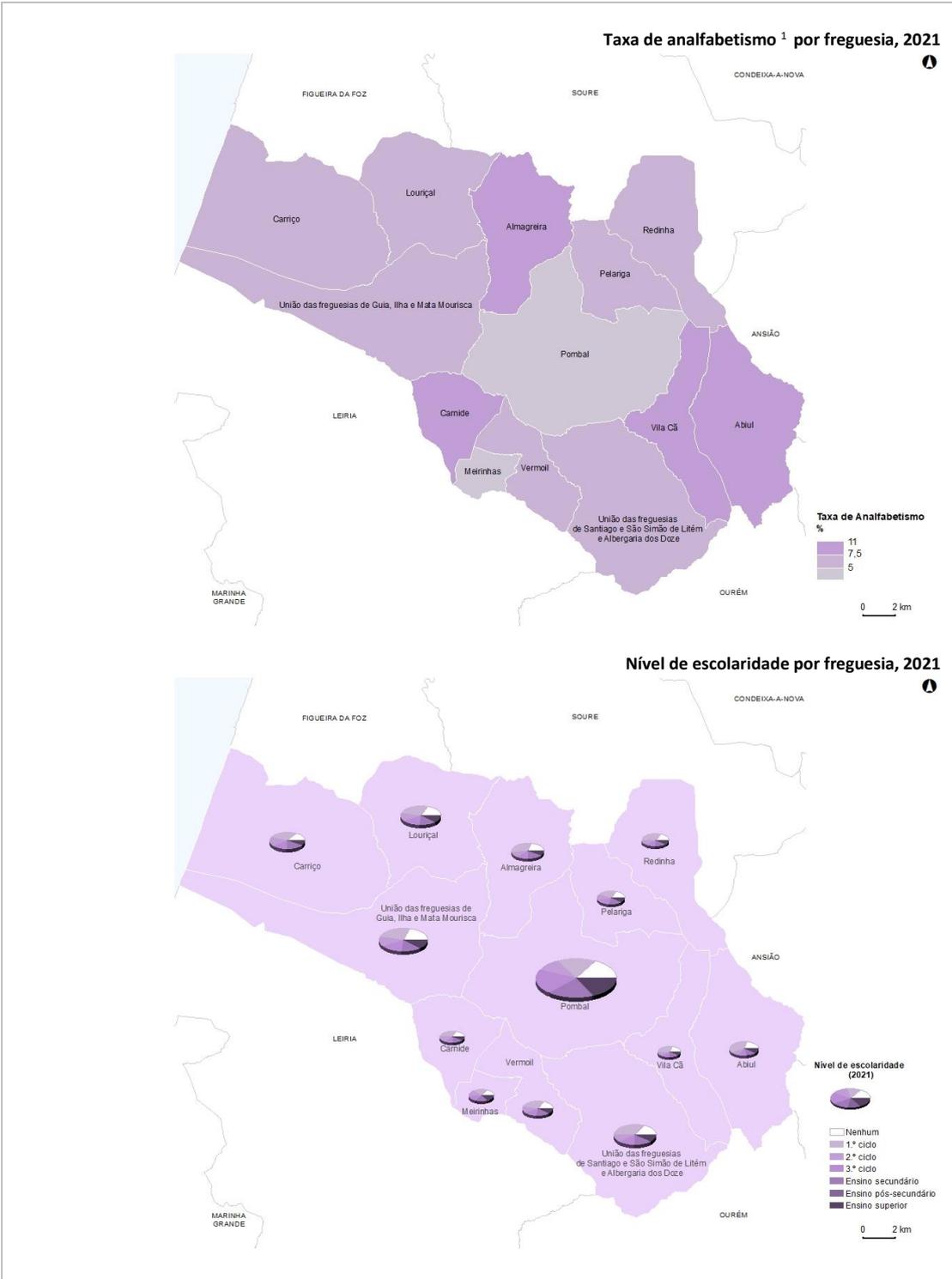
Assistiu-se assim a uma diminuição gradual do índice de dependência total, no entanto esta resultou da diminuição do número de jovens, o que a médio e longo prazo poderá indiciar um fraco grau de sustentabilidade, por via da não substituição de gerações.

A 07 Qualificação da População / Analfabetismo



Tendência

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 2021, INE



Demografia, Sociedade e Economia

¹ Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

O concelho de Pombal apresentava, em 2021, uma taxa de analfabetismo de 5,8%, valor manifestamente inferior ao registado nos anos de 2011 (10,32%) e 2001 (16,2%). As freguesias com carácter mais rural são aquelas que apresentam taxas superiores à média concelhia, no entanto é necessário realçar que a diminuição desta taxa entre 2011 e 2021 é sinónimo de uma melhoria do nível de ensino, maior percentagem de população jovem com acesso a equipamentos escolares e maior investimento e preocupação das famílias na educação dos filhos.

Quanto à taxa de analfabetismo, apesar da evidente tendência de diminuição, esta ainda é elevada em 2021 (5,8%) comparativamente com os níveis supra-territoriais (Portugal – 3,1%, Região Centro – 3,7% e Região de Leiria – 3,6%).

Em termos de níveis de escolaridade da população residente, 27,2 % da população detém o 1.º ciclo do ensino básico, ao qual se poderão acrescentar 16,2% da população sem instrução. Desta forma temos 43,4% da população concelhia com escolaridade inferior ao 2.º ciclo. Por sua vez, cerca de 12% da população residente detém o ensino pós-secundário e o ensino superior.

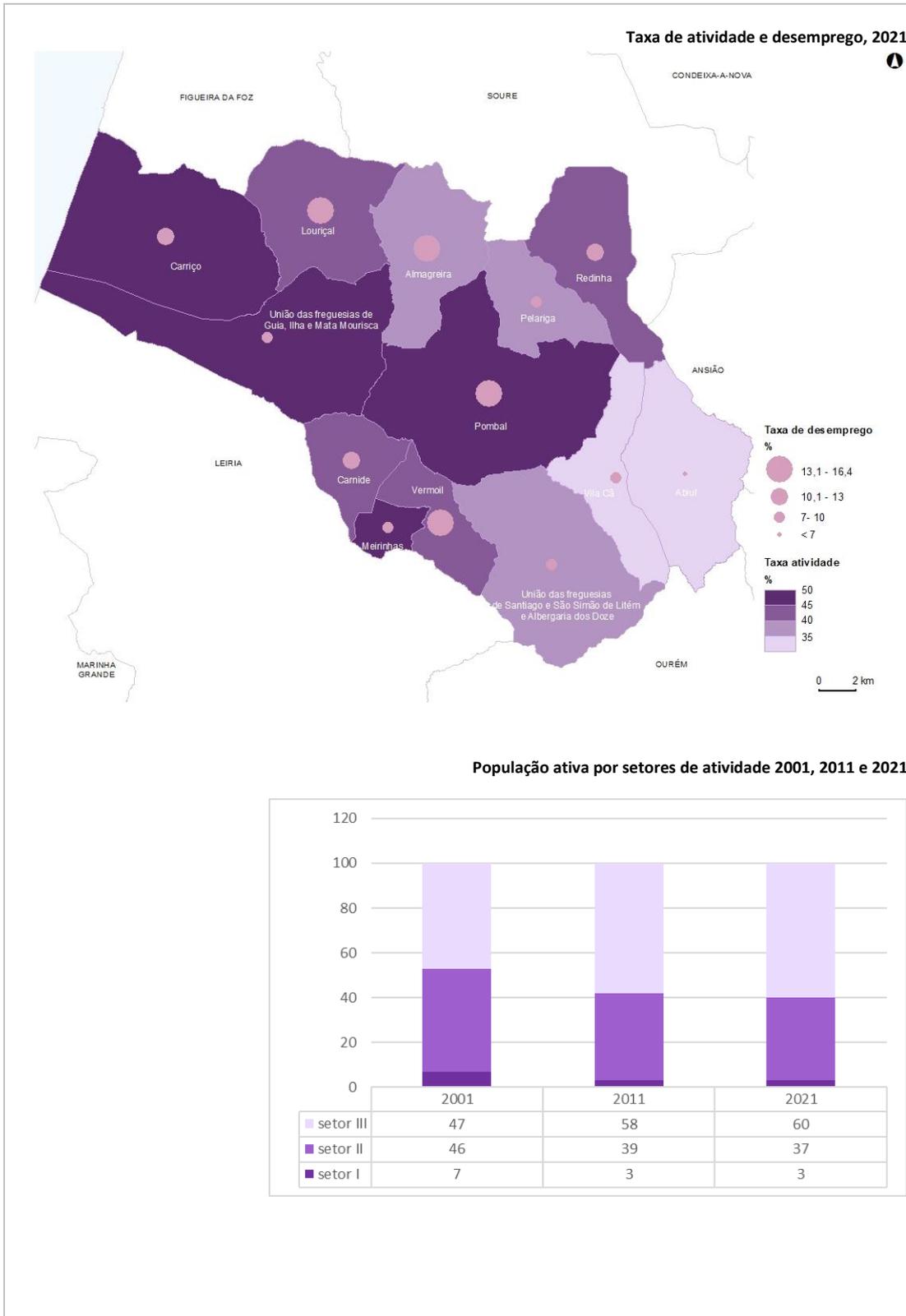
Ao nível das freguesias, verificamos que são as freguesias de Pombal, Meirinhas, União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, as que apresentam maiores nível de escolaridade, sendo que, a população detentora de nível superior representa 15,2%, 12,9%, e 10%, respetivamente, da população residente nestas freguesias.

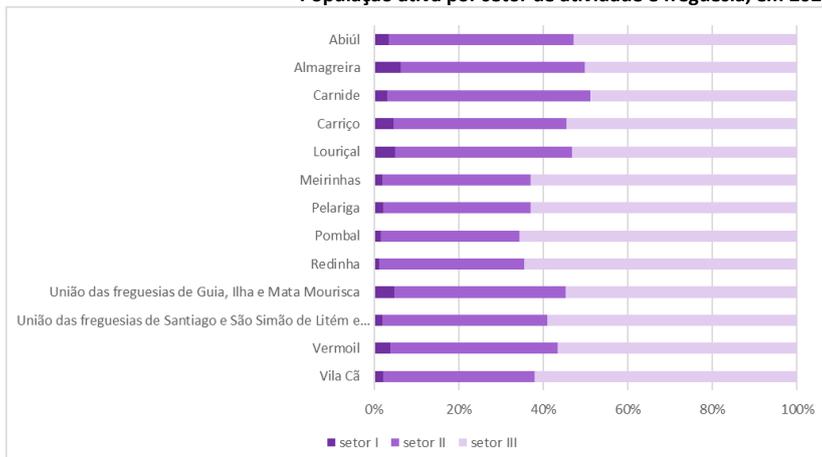
Já os níveis de escolaridade inferiores, ou seja, a população sem instrução ou com o 1.º ciclo, registam-se maioritariamente nas freguesias de Abiúl (56,1% da população residente), Almagreira (51,4%), Vila Cã (50,7%), e União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze (49,1%). Intrinsecamente relacionado com o mencionado, estas freguesias apresentam elevados índices de envelhecimento, superiores a 350, e taxas de analfabetismo elevadas.

A 08 População Ativa

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 2001, 2011 e 2021, INE

Tendência



População ativa por setor de atividade e freguesia, em 2021


No concelho de Pombal a população ativa², em 2021, era constituída por 21996 indivíduos (face a 23587 em 2011), dos quais 2100 indivíduos empregados e 995 indivíduos desempregados, correspondentes a uma taxa de atividade³ de 42,99%, e uma taxa de desemprego⁴ de 11,88%.

Das dinâmicas observadas nas taxas em análise para o concelho de Pombal, entre 2011 e 2021, é necessário realçar o aumento residual da taxa de atividade 0,27%, face a um aumento da taxa de desemprego (2,78%).

Podemos afirmar que o setor de atividade dominante no concelho é o setor terciário, com 60% correspondente a 12502 trabalhadores em detrimento do setor primário com apenas 3% da população total ativa (627 trabalhadores). O setor secundário emprega 37% da população ativa com um total de 7872 trabalhadores.

As freguesias com maior percentagem de população ativa no setor primário são as freguesias da Almagreira (6,3%), Louriçal (5%), União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca (4,8%) e Carriço (4,8%).

O setor secundário regista o maior número de ativos nas freguesias de Carnide (47,9%), Abiúl (43,6%) e Almagreira (43,5%).

A freguesia de Pombal apresenta um elevado efetivo populacional afeto ao setor terciário com 65,7%, resultante do facto de estarmos na sede de concelho, local onde se encontram a maioria dos serviços de apoio à população, administração pública, turismo, imobiliário, entre outros, sendo que a população empregada engloba assim quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, vendedores, pessoal administrativo e um conjunto de população empregada especializada, nomeadamente especialistas das profissões Intelectuais e científicas.

Acrescem ainda, com maior número de população ativa as freguesias da Redinha, Pelariga e Meirinhas, com mais de 75% dos seus ativos no terciário afetos ao setor económico (Atividades administrativas, de saúde e apoio social, entre outras).

² Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que, no período de referência, constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). INE.

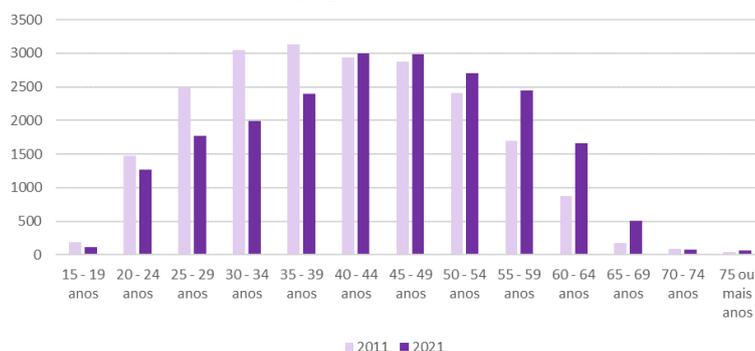
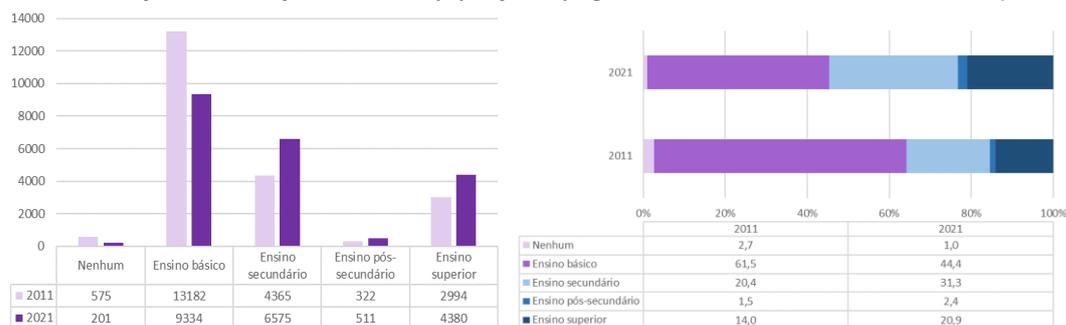
³ permite auferir o grau de dependência de uma população e medir a capacidade da força de trabalho e resulta da razão entre a população empregada e a população residente, numa determinada área e num determinado período de tempo.

⁴ Taxa de Desemprego = População Desempregada / População Ativa

A 09 Emprego

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual e Decenal
Fonte: MTSS e Censos 2011 e 2021

Tendência


Evolução da estrutura etária da população empregada no concelho de Pombal, em 2011 e 2021 (N.º)

Evolução das habilitações literárias da população empregada no concelho de Pombal em 2011 e 2021 (N.º e %)

População empregada por setor de atividade económica

Atividade económica (CAE Rev. 3)	2011		2021		2011-2021 Δ
	N.º	%	N.º	%	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	693	3,23	627	3,0	-0,2
Indústrias extrativas	223	1,04	157	0,7	-0,3
Indústrias transformadoras	4356	20,33	4645	22,1	1,8
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	130	0,61	53	0,3	-0,4
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	148	0,69	135	0,6	0,0
Construção	3471	16,20	2882	13,7	-2,5
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3977	18,56	3726	17,7	-0,8
Transportes e armazenagem	1112	5,19	1082	5,2	0,0
Alojamento, restauração e similares	1148	5,36	840	4,0	-1,4
Atividades de informação e de comunicação	217	1,01	341	1,6	0,6
Atividades financeiras e de seguros	334	1,56	367	1,7	0,2
Atividades imobiliárias	59	0,28	83	0,4	0,1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	661	3,08	758	3,6	0,5
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	532	2,48	617	2,9	0,5
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	945	4,41	1114	5,3	0,9
Educação	1254	5,85	1058	5,0	-0,8
Atividades de saúde humana e apoio social	1412	6,59	1771	8,4	1,8
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	128	0,60	87	0,4	-0,2
Outras atividades de serviços	381	1,78	441	2,1	0,3
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	248	1,16	212	1,0	-0,2
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0	5	0,0	0,0
Total	21430	100	21001	100,0	

A população empregada do concelho de Pombal, à data de 2021, assume maior representatividade nos grupos etários entre os 35 e os 60 anos, com 64,5% do total de população empregada. De realçar, no entanto, que à data de 2011, era o escalão etário entre os 30 e 49 anos que registava 55% da força de trabalho, o que denota um “envelhecimento” da população empregada, em linha com a estrutura etária e pirâmide demográfica concelhia.

No que respeita à evolução da população empregada por faixas etárias, verificamos que a faixa etária 0-40 anos registou uma evolução negativa em contraponto com os escalões compreendidos entre os 40 e os 69 anos, registaram uma tendência inversa.

Estas tendências foram acompanhadas pela diminuição da proporção de trabalhadores que detêm como habilitação o primeiro ciclo do ensino básico (1%) e pelo incremento dos habilitados com o ensino secundário (20,4% para 31,3%) ou que completaram um curso superior (14% em 2011 para 20,9% em 2021), situação extremamente positiva para o desenvolvimento e crescimento da estrutura empresarial local.

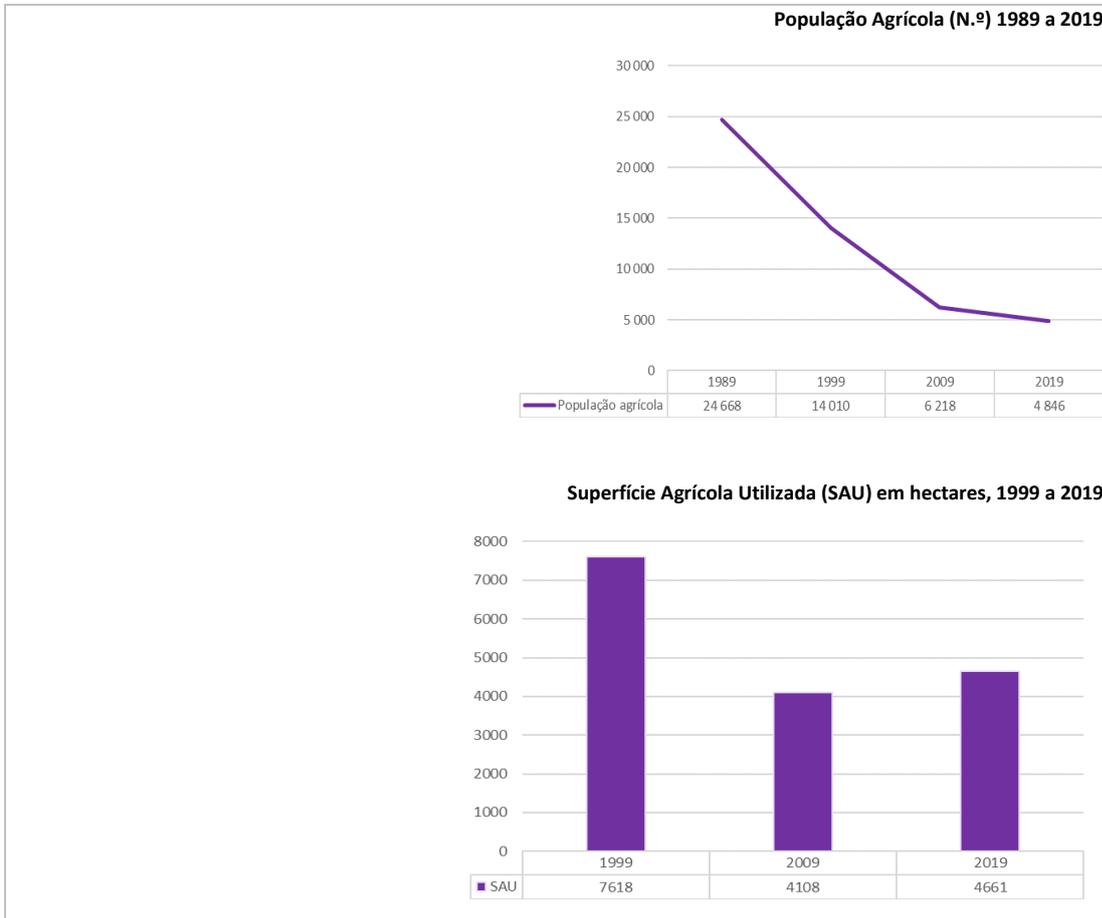
Em estreita relação com a dinâmica económica e sócio-demográfica local verificada nos últimos anos, a atividade com maior expressão empregadora, em 2021, a nível sectorial, é a indústria transformadora (22,1%), seguindo-se o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (17,7%) e o setor da construção (13,7%). De realçar que a atividade industrial tem registado ao longo dos anos uma variação crescente nos seus efetivos (+ 1,8%, face ao ano de 2011), registando-se uma variação inversa quer na atividade comercial, quer no setor da construção, os quais registaram uma queda de efetivos, no último decénio, de 0,8 e 2,5%, respetivamente.

Na generalidade, são as atividades terciárias as que revelam maior dinamismo, embora o seu desenvolvimento se deva essencialmente a lógicas dependentes dos mecanismos de reprodução económica e social de base local, com destaque para as Atividades de saúde humana e apoio social (+1,8 %) e atividades de Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, com uma taxa de crescimento de 0,9%.

A 10 Agricultura

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Decenal
Fonte: RGA 1989, 1999 e RA 2009 e 2019, INE

Tendência



Em 1999 existiam no concelho de Pombal 4750 produtores agrícolas singulares e a população agrícola ascendia a mais de 14 000 indivíduos, já em 2019, assistiu-se a uma diminuição de -55% para 2139 produtores e a população agrícola registou um decréscimo de 9164 indivíduos (14010 em 1999, face a 4846 em 2019).

Em 2019, em consonância com os resultados dos recenseamentos anteriores, os produtores agrícolas caracterizavam-se por serem predominantemente do sexo masculino, embora registando uma diminuição das disparidades entre homens e mulheres (2493 e 2353, respetivamente), com mais de 65 anos (>45%).

De realçar que ao longo dos anos as qualificações dos produtores agrícolas foram aumentando, sendo que até 2009, a maior parte dos produtores não sabiam ler nem escrever, ou detinham o ensino básico, o que evidenciava uma estrutura produtiva de tipo familiar, assente em culturas em sistema de minifúndio, com baixos níveis de mecanização e, conseqüentemente, fracos níveis de produtividade, em 2019, registou-se um aumento de agricultores com o 3.º ciclo, secundário e ensino superior. No que respeita à estrutura fundiária, Pombal apresenta um total de 2168 explorações, valor manifestamente inferior às 4.763 explorações existentes em 1999.

Em termos de natureza jurídica, as explorações agrícolas pertenciam, em 1999, quase exclusivamente (98%) a

produtores singulares autónomos, sendo que apenas 76 explorações eram geridas por produtores singulares empresários (1,3) ou por sociedades (3%). Atualmente, pese embora os produtores singulares continuem a registar um peso significativo, a diminuição da sua representatividade foi uma das características mais marcantes da atividade agrícola concelhia, principalmente quando analisamos o número de sociedades existentes que aumentou o seu valor absoluto de 19 para 59 explorações (2009-2019).

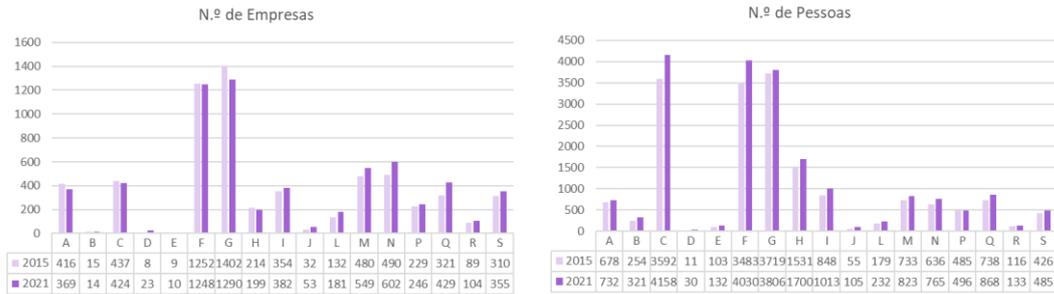
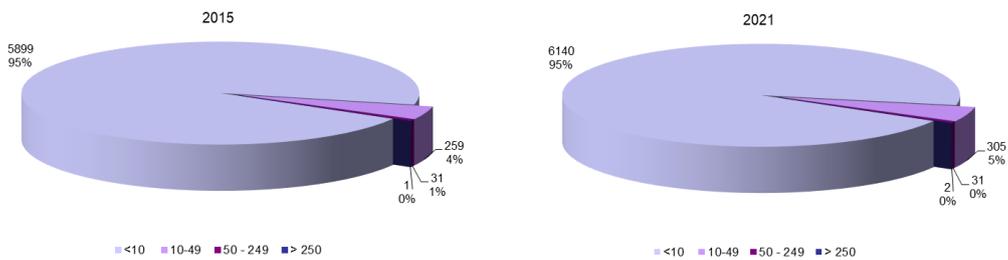
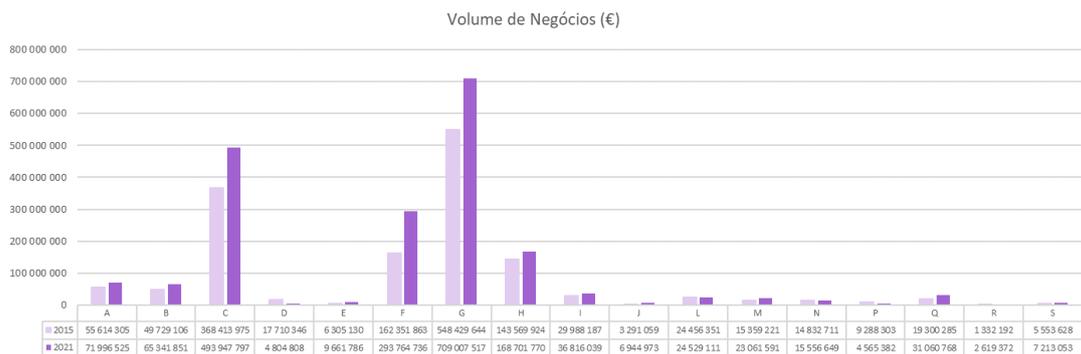
A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) apresenta uma área total de 4661ha, valor superior a 2009 (4108ha), assumindo neste contexto um valor médio de 1,6 hectares por exploração, que, segundo a natureza dos regimes de propriedade da exploração, é explorada por conta própria (86,3%), sendo marginal a área que é ocupada sob contratos de arrendamento ou outras formas de exploração.

Face ao mencionado podemos concluir que em Pombal predominam as culturas intensivas, em explorações de pequena/ média dimensão, com níveis de profissionalização e mecanização cada vez mais significativos. Os resultados económicos da atividade agrícola são encarados pela maioria dos produtores numa perspetiva de complemento dos rendimentos de outra atividade profissional principal, que ocupa a maioria do tempo de trabalho dos indivíduos, ou como complemento de pensões de reforma, dada a avançada idade da maioria dos produtores agrícolas. Tal situação não impede que Pombal assuma uma grande importância em termos de áreas cultivadas, o que se repercute a jusante no surgimento de importantes unidades dedicadas à transformação agroalimentar, nomeadamente as relacionadas com a atividade agrícola.

A 11 Atividades económicas

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Anuário estatístico da Região Centro, 2016; Sistema de contas integradas das empresas, 2021, INE

Tendência


Empresas e pessoas ao serviço no concelho de Pombal (N.º), por CAE, 2015 e 2021

Empresas por escalão de pessoas ao serviço (N.º) , 2015 e 2021

Volume de negócios das empresas (€), por CAE, no concelho de Pombal, em 2015 e 2021


CAE: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços

Tendo por base o Anuário Estatístico da Região Centro de 2016 e o Sistema de contas integradas das empresas (2021), é possível verificar um incremento da dinâmica económica associada às empresas existentes no território, em termos de n.º de empresas, pessoas ao serviço e volume de negócios gerados. Em 2015 existiam no concelho 6190 empresas que empregaram 17587 trabalhadores e geraram um volume de negócios 1 475 526 milhares de euros. Por sua vez, em 2021, foram criados 288 novos estabelecimentos, totalizando um total de 6478 empresas, que empregam 19829⁵ pessoas e geraram 1 969 594 milhares de euros (+494 068 milhares de euros).

Pela análise dos gráficos apresentados é possível verificar que a estrutura económica do concelho de Pombal encontra-se ligada ao setor secundário, no qual a indústria transformadora assume um papel essencial nas dinâmicas económicas existentes. Pese embora o número de empresas seja apenas de 424 empresas, apresenta-se como a primeira CAE em termos de n.º de pessoas ao serviço, com 4158 trabalhadores, apresentado o segundo maior volume de negócios.

A atividade económica associada ao comércio (CAE G) é aquela que apresenta maior representatividade na economia concelhia, apresentando o maior número de empresas (1290), pessoas ao serviço (3806) e volume de negócios (709 253M€), e caracteriza-se por um elevado número de empresas de comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados e não especializados, sendo igualmente elevado o número de empresas e de estabelecimentos de comércio a retalho de outros equipamentos para uso doméstico. O sector do comércio é detentor de 20% do total de empresas instaladas, 19,2% do total de pessoas ao serviço e 36% do volume de negócios total registado no concelho.

O setor da construção, tem vindo a registar ao longo dos últimos anos dinâmicas diferenciadas, intercalando períodos de recessão (2001-2011), com períodos de elevado dinamismo, dos quais são exemplo os períodos 1991-2001 e a década atual, 2011-2021. De facto, em 2021, o setor da construção empregava o maior número de pessoas (4030) em 1248 empresas. Este dinamismo é igualmente observável no volume de negócios, uma vez que registou um aumento de 131.413M€, correspondente a uma variação positiva de 80,9%.

Em Pombal, no setor dos serviços é patente ainda a importância das atividades de transportes e armazenagem (CAE H) sendo as mesmas responsáveis por 8,6% do emprego total do concelho e 8,6% do volume de negócios.

Das restantes atividades de prestação de serviços, representam ainda um elevada e crescente expressão, pelo número de estabelecimentos existentes e pessoas ao serviço, as atividades administrativas e dos serviços de apoio (CAE N), com 602 empresas, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (CAE M), com 549 empresas, as atividades de aluguer, de emprego, agências de viagens, serviços administrativos, entre outros, e as atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q), com 429 empresas. De referir ainda o elevado n.º de pessoas ao serviço na CAE I (Alojamento, restauração e similares).

Do ponto de vista da estrutura empresarial, a generalidade das atividades industriais sediadas em Pombal constituem micro e pequenas empresas, tanto em termos de número de trabalhadores ao serviço, como de volume de vendas. Desta forma, do total das 6478 empresas sediadas no concelho (6140 empresas registadas em 2015) apenas duas apresentam mais de 250 pessoas ao serviço, sendo que a maioria, 94,8%, são micro empresas com menos de 10 empregados.

⁵ Uma vez que não foram disponibilizados dados para as CAE's B e P, para o ano de 2021, foram utilizados para efeitos de análise das CAE's mencionadas, dados referentes ao ano 2020.

A 12 Atividades económicas – Turismo

Unidade: Percentagem (%) e Número de utentes (n.º)
Periodicidade: Anual e Decenal
Fonte: INE; Câmara Municipal de Pombal; Turismo de Portugal; Informação online (alojamentos)

Tendência



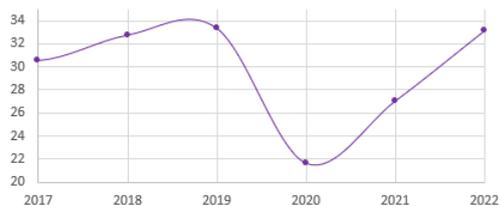
Freguesia	Designação / Capacidade					Tipologia / Modalidade	
	2012	2015	2017	2020	2022		
Abiúl	-	-	-	Casa do Arco / 6		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	Casa da Mila / 6		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	Casa da Marquitas / 6		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	-	Casa da Avó Zita / 5	Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	-	Casa dos Duques / 8	Alojamento Local - Moradia	
Almagreira	-	-	-	Tomás da Silva Guest House / 4		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	Moradia Belavista / 6	-	Alojamento Local - Moradia	
Carriço	Quinta dos Remédios / 9	-	-	-	-	Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	-	Casita das Oliveiras / 4	Alojamento Local - Moradia	
Louriçal	-	O Tamanco / 140	Campismo O Tamanco, Lda / 140			Empreendimento Turístico - Parque de Campismo e/ou Caravanismo (3 estrelas)	
	-	-	Casa do Aqueduto / 8			Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem	
	-	-	Vivenda Davim / 8			Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	Casa Limonina / 7		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	O Nosso Cantinho / 6		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	-	Casa da Fonte / 10	Alojamento Local - Moradia	
Pelariga	-	-	-	Motel Pantanal / 46		Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem	
	-	-	-	Casa Rural do Largo / 8		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	-	Vivenda no Campo / 14	Alojamento Local - Moradia	
Pombal	-	Vila Colina B&B / 9	Vila Colina / 9			Alojamento Local - Moradia	
	-	-	Serrador / 6			Alojamento Local - Moradia	
	-	-	Vale Cottage / 6			Alojamento Local - Moradia	
	-	-	Casita das Oliveiras / 7			Alojamento Local - Moradia	
	-	-	Quartos Déco / 6			Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	Porta 29 Guesthouse / 8		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	Casa Gonçalves / 4		Alojamento Local - Apartamento	
	-	-	-	Telesicó Residência / 9		Alojamento Local - Moradia	
	-	-	-	Hotel Pombalense / 76			Empreendimento Turístico - Hotel (3 Estrelas)
	Belém Hotel	Belém Hotel - B&B / 50	Belém Hotel / 50			Empreendimento Turístico - Hotel (2 Estrelas)	
	Cardal Hotel / 30		Cardal Hotel / 68		Cardal Hotel / 78	Empreendimento Turístico - Hotel (3 Estrelas)	
Casa do Vale do Papo / 6						Alojamento Local - Moradia	
Casa de Campo "Amarela"	-	-	-	-	Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo		

Demografia, Sociedade e Economia

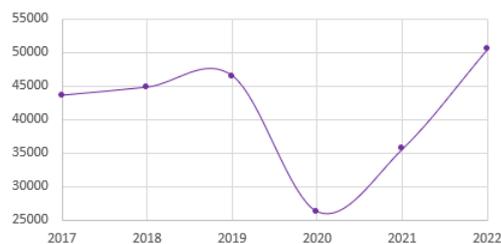
	do Vale”					
	Residencial Terrabela		Residencial Terrabela / 40			Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-		Acquavilla / 18			Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Agro-Turismo
	-	-	Apartamento dos Governos / 6			Alojamento Local - Apartamento
	-	-	Casa Tio Pupula / 10			Alojamento Local - Moradia
	-	-	Íris Apartment / 4			Alojamento Local - Apartamento
	-	-	Residencial Pombalina / 15	-		Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	-	Holidays Dream / 8		Alojamento Local - Moradia
	-	-	Quinta da Casinha Homestay / 4	Quinta da Casinha Homestay / 10		Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	-	Casa das Gatas / 8		Alojamento Local - Apartamento
	-	-	-	Sunshine Holidays / 6		Alojamento Local - Apartamento
	-	-	-	Galeria Jerónimo 90 / 4		Alojamento Local - Apartamento
	-	-	-	Real Quinta do Barco / 18		Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	São Sebastião / 18		Alojamento Local - Quartos
	-	-	-	-	Casa do Doutor / 8	Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	-	-	Alojamento Terreiro / 8	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	Moinho Real / 10	-	Alojamento Local - Moradia
	Casa da Ti Lucinda		Casa da Ti Lucinda / 6			Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
	Quinta de Sant’Ana / 20	-	-	Quinta de Sant’Ana / 30		Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	Quinta de S. João / 10		Quinta de S. João / 9			Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
Redinha	-	Casa Monte Alegre / 6	Casa Monte Alegre / 8		-	Alojamento Local - Moradia
	-		Hospedagem Distrito / 18		-	Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-		Restaurante Cruz de Cristo / 30			Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	Casa da Ponte / 5			Alojamento Local - Moradia
				Moinho Real / 10		
			Hotel Lagoa do Linho / 52			Empreendimento Turístico - Hotel (2 Estrelas)
	-	A Casa da Avó Luísa / 4	-	-		-
	-		Alojamento Local Casa da Rita / 16			Alojamento Local - Apartamento
	-	Quinta do Alviar / 16	Quinta do Alviar / 8			Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
UF Guia, Ilha e Mata Mourisca	-	-	-	Coudelaria Residence / 12		Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	-	Casa / 16	Casa / 10	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	José Manuel da Silva Graça / 10		Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	Fino Seixo / 8		Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Casa do Kiko / 6	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Suite do Linhal / 2	Alojamento Local - Quartos

	-	-	-	-	Casa de Férias – Ilha / 6	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Santa Helena / 8	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Eco Charm Discovery Quinta da Oliveirinha / 20	Alojamento Local - Apartamento
UF Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze	-	-	-	-	Quinta do Guerra / 6	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Casa das Oliveiras / 10	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Casa de Campo / 6	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Pedras 21 / 4	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Casa da Mata / 4	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	-	Casa do Tio / 4	Alojamento Local - Moradia
Vermoil	-	-	-	-	Casa Leonor / 6	Alojamento Local - Apartamento
	-	-	-	-	Residência Pombalina / 3	Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	-	-	Gusto Sidecar Adventures / 12	Alojamento Local - Moradia
Vila Cã	-	-	-	-	Casa da Francisca / 5	Alojamento Local - Moradia
	-	-	-	Ninho da Coruja / 4	-	Alojamento Local - Moradia

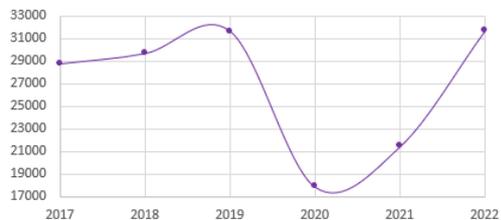
Taxa média de ocupação % / ano



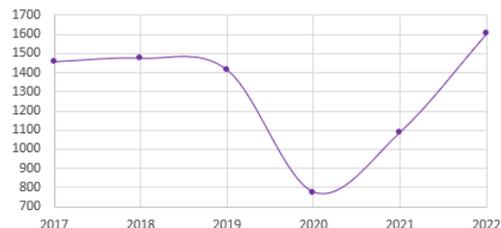
N.º de dormidas / ano



N.º de hóspedes / ano



Proveitos totais (x 1000) € / ano



Um notável património geomorfológico, arqueológico, arquitetónico, paleontológico, histórico e natural, com destaque, para a paisagem cársica da Serra do Sicó, os dinossauros de Andrés, o castelo de Pombal, a Mata Nacional do Urso e a praia do Osso da Baleia, fazem parte da imagem de marca turística do concelho de Pombal. Associados a estes surge uma oferta diversificada de produtos turísticos, desde o turismo histórico, ao sol - praia, passando pelos desportos de aventura e pelos circuitos turísticos que abrangem as várias freguesias do concelho.

Considerando o valor e oferta de recursos turísticos existentes, a atividade turística em Pombal encontra-se, segundo estatísticas dos equipamentos e estabelecimentos relacionados com essa atividade, nomeadamente dos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e outros locais de alojamento de curta duração, restaurantes e estabelecimentos de bebidas, numa fase de relativo crescimento.

A oferta de alojamento no concelho é constituída por estabelecimentos hoteleiros, complementados e diversificados por outros locais de alojamento de curta duração, como parques de campismo e turismo no espaço rural, num total de 71 estabelecimentos.

Na taxa média de ocupação dos estabelecimentos, verificou-se uma ligeira subida entre os anos 2017 e 2019, quebrada nos anos 2020 e 2021, devido à Pandemia. Contudo, em 2022, foram retomados os valores de 2019, tendo-se registado, em 2022, 50.436 dormidas no concelho, num total de 31.697 hóspedes.

Os proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico, no concelho de Pombal, no ano de 2022, foram cerca de 1.604 milhões de euros.

4.2 MOBILIDADE, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

B01 – Rede Viária

B02 – Rede Ferroviária

B03 – Transportes Públicos de Passageiros

B04 – Abastecimento de Água

B05 – Saneamento

B06 – Equipamentos de Educação

B07 – Equipamentos de Saúde

B08 – Equipamentos de Desporto

B09 – Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

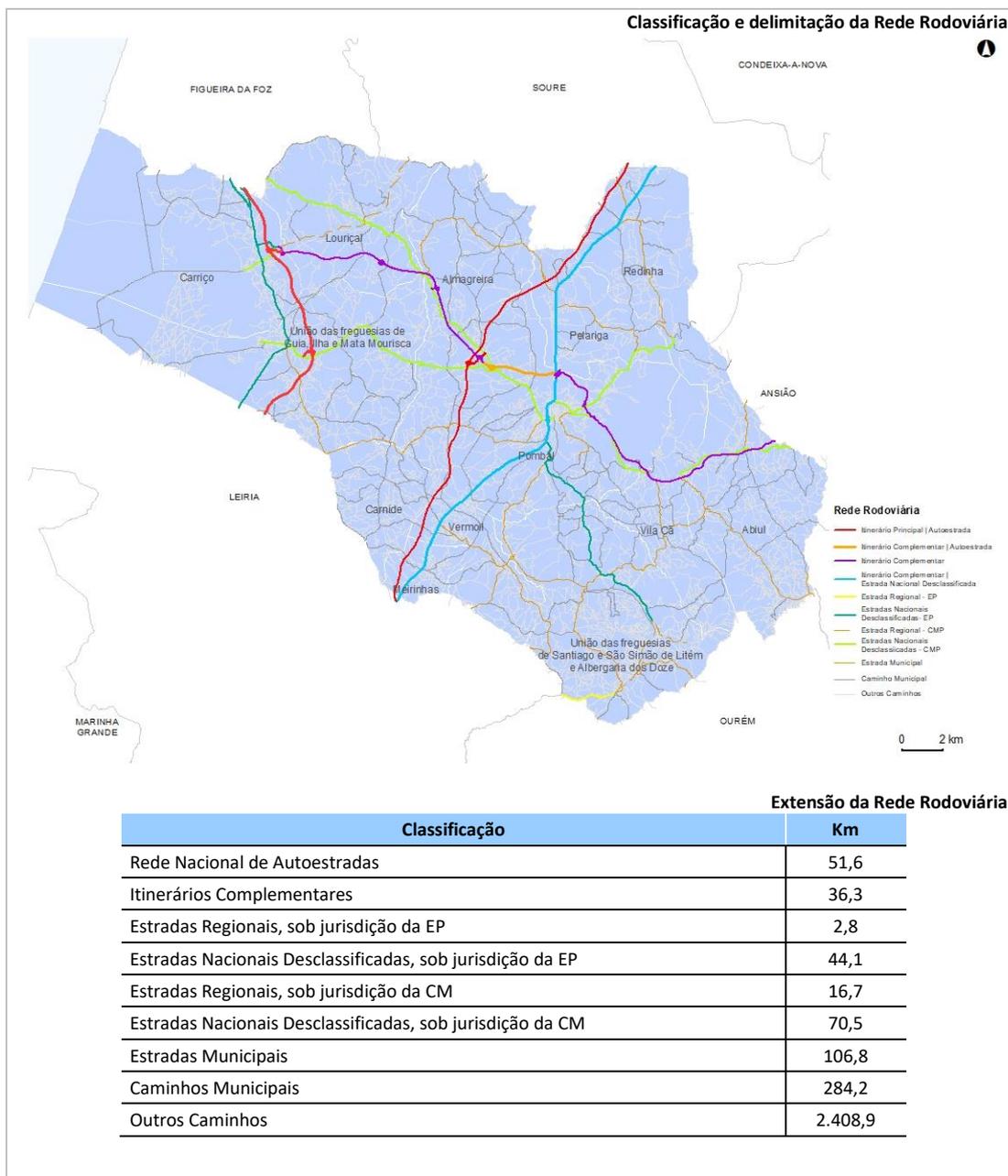
B10 – Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

B11 – Outros Equipamentos

B 01 Rede Viária

Unidade: Quilómetros (Km); percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Rede Rodoviária Municipal com extensão de cerca de 2.900km.

Mais de 90% das Estradas Municipais e mais de 80% dos Caminhos Municipais encontram-se em bom estado de conservação.

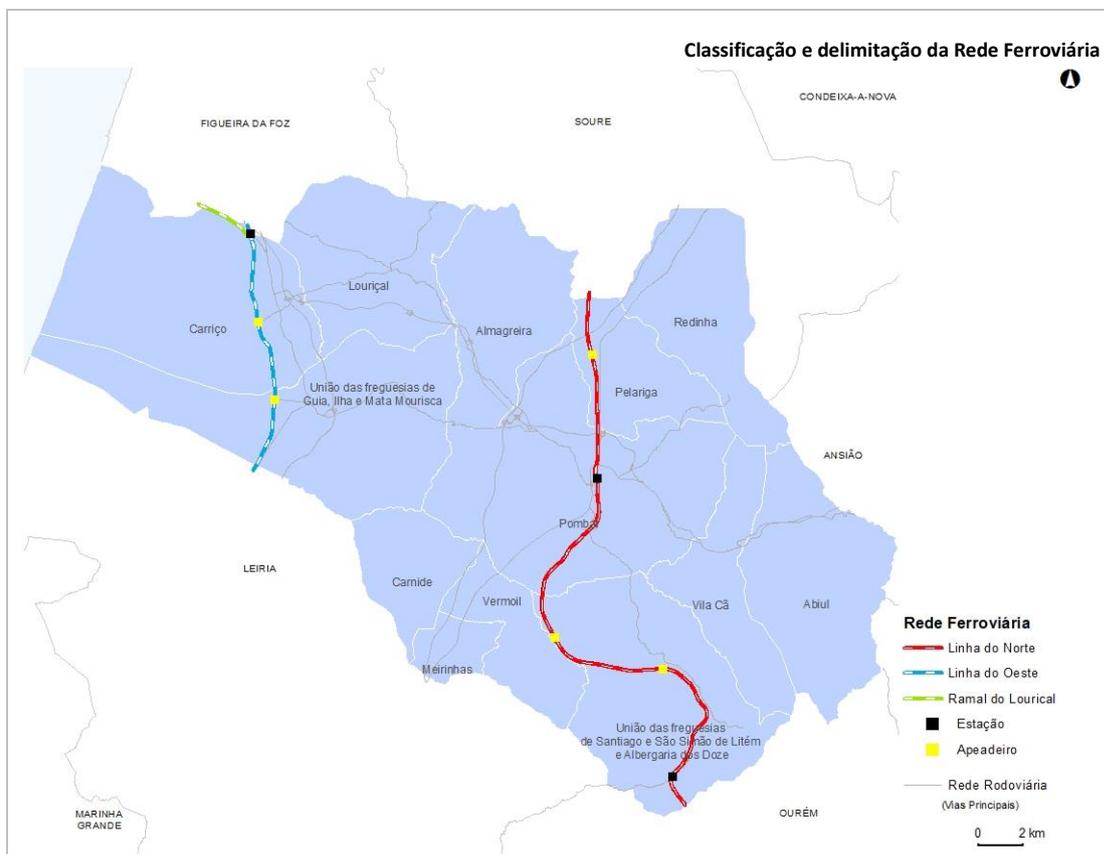
Dos 106,8km de Estradas Municipais, apenas se encontram 9,8km em mau estado de conservação.

Dos 284,2km de Caminhos Municipais, 48,45km encontram-se em mau estado de conservação.

B 02 Rede Ferroviária

Unidade: Quilómetros (Km)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Linhas	Infraestruturas	Localização
Linha do Norte	Estações	Albergaria dos Doze
		Vermoil
		Pombal
	Apeadeiros	Litém
Linha do Oeste	Passagens de Nível	EN 350, em Albergaria dos Doze
		EM 532-1, em S. Simão de Litém
		EM 532-4, em Vermoil
		EN 1-6, em Barrocas
Linha do Oeste	Estações	Guia Lourçal
	Apeadeiros	Carricho
	Passagens de Nível	CM 1032, na Guia Estrada Florestal, no Carricho CM 1021, em Silveirinha EN 109, no Lourçal
Ramal da Linha do Oeste	Ramal exterior Lourçal	Celbi/Soporcel, com duas passagens de nível entre o km 1,3 e o km 1,6

O concelho é atravessado no sentido Norte-Sul por 2 linhas em exploração, a Linha do Norte e a Linha do Oeste, sendo também interligado com o concelho da Figueira da Foz pelo Ramal do Lourçal.

B 03 Transportes Públicos de Passageiros

Unidade: Percentagem (%); minutos (min); número (n.º)
Periodicidade: -
Fontes: Censos 2011 e 2021, INE; Município de Pombal

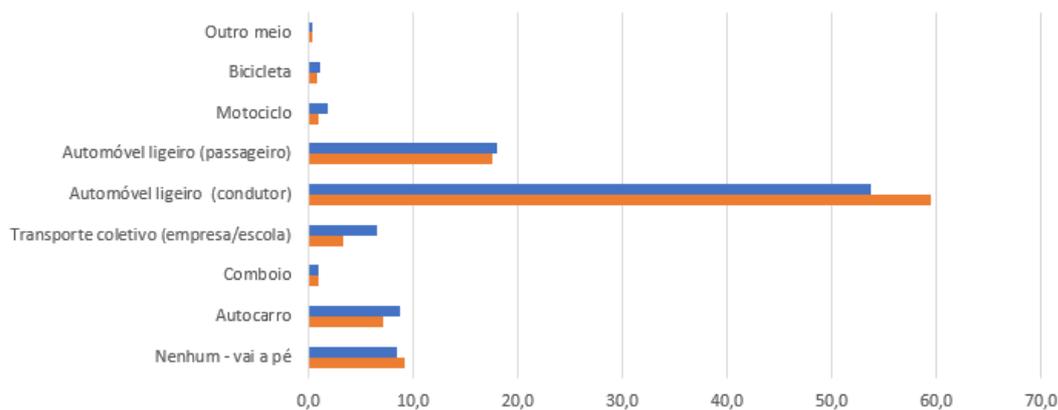
Tendência



Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por local de residência, em minutos:

Freguesia	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por local de residência	
	CENSOS 2011	CENSOS 2021
Abiúl	21,68	19,66
Almagreira	18,37	17,16
Carnide	19,80	17,71
Cariço	18,02	18,30
Louriçal	16,17	17,00
Meirinhas	15,47	15,35
Pelariga	15,10	15,01
Pombal	15,84	15,77
Redinha	18,00	19,54
UF Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	17,58
	Ilha	19,68
	Mata Mourisca	19,62
UF Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Santiago de Litém	18,41
	São Simão de Litém	20,32
	Albergaria dos Doze	18,68
Vermoil	17,36	17,29
Vila Cã	18,78	16,18
Tempo médio	17,25	17,33

Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, por local de residência e principal meio de transporte, em %



	Nenhum - vai a pé	Autocarro	Comboio	Transporte coletivo (empresa/escola)	Automóvel ligeiro (condutor)	Automóvel ligeiro (passageiro)	Motociclo	Bicicleta	Outro meio
2011	8,5	8,8	0,9	6,5	53,7	18,0	1,9	1,1	0,4
2021	9,2	7,1	1,0	3,3	59,5	17,6	1,0	0,8	0,3

		Abiúl	Almagreira	Carnide	Carríço	Louríçal	Meirinhas	Pelariga	Pombal	Redinha	UF Guia, Ilha e Mata Mourisca	UF Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Vermoil	Vila Cã
Nenhum - vai a pé	2011	6,1	5,9	5,3	6,5	10,3	16,5	7,6	15,5	5,7	9,8	7,6	9,1	5
	2021	7,8	7,4	8,3	7,9	9,6	16,2	7,6	17,7	6,4	10,3	7,2	6,4	6,5
Autocarro	2011	13	9,8	8,4	11,3	5,7	2,9	8,1	6,5	12	9,6	7,7	7,5	12,1
	2021	9,8	8,6	7,7	9,0	5,0	3,3	8,4	5,0	10,2	5,8	5,1	6,9	7,8
Comboio	2011	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4	0,6	0,7	0,9	0,2	0,5	4,4	1,5	0,7
	2021	0,5	0,9	0,6	0,7	0,6	0,9	1,0	1,1	0,4	0,5	3,8	1,9	0,4
Transporte coletivo da empresa ou da escola	2011	8,2	9,6	15	7,4	7,9	2	1,8	2	4,6	7,3	5,8	9,8	3,6
	2021	4,2	4,1	6,3	3,7	3,6	1,2	1,5	1,6	2,5	4,1	3,4	5,8	1,5
Automóvel ligeiro - como condutor	2011	55	56,9	50,1	52,5	55	50,7	57,7	51,3	57,5	50,6	53,3	52,5	55,3
	2021	60,5	61,0	59,5	60,7	61,0	58,5	58,2	54,5	63,1	58,7	59,4	57,8	60,8
Automóvel ligeiro - como passageiro	2011	15,7	15,5	16,1	12,9	15,4	24,5	22	21,8	17,4	17,4	18,4	16,7	20,6
	2021	16,5	16,3	16,0	13,4	16,7	17,9	21,7	18,7	15,1	17,1	19,1	19,5	21,1
Motociclo	2011	0,6	1,5	3	3,8	2,8	1,4	1,1	0,7	1,9	2,0	1,6	1,5	2,4
	2021	0,1	1,2	0,7	1,5	2,0	0,7	0,5	0,5	1,3	1,1	1,1	0,7	1,3
Bicicleta	2011	0,2	0,4	1,1	4,4	1,9	1,2	0,6	0,7	0,5	2,3	0,4	1,1	0,1
	2021	0,3	0,2	0,7	2,7	1,2	1,0	0,3	0,5	0,5	2,0	0,4	0,7	0,2
Outro meio	2011	0,8	0,1	0,5	0,6	0,5	0,1	0,5	0,6	0,2	0,6	0,8	0,1	0,1
	2021	0,3	0,4	0,0	0,3	0,3	0,2	0,5	0,2	0,5	0,4	0,5	0,2	0,4

N.º de utilizadores do POMBUS*:

Ano	N.º de utilizadores
2012	229 491
2013	224 144
2014	223 861
2015	214 465
2016	212 974
2017	210 595
2018	201.537
2019	201.044
2021	187.699
2022	270.024

* O n.º de linhas foi aumentado para 7 durante este período

O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, por local de residência e principal meio de transporte, mantém-se o automóvel ligeiro como condutor, tendo mesmo havido um aumento na percentagem de utilizadores, em cerca de 5%. Verificou-se também um ligeiro aumento nas deslocações a pé, de 8,5% para 9,2%, tendo diminuído a utilização de todos os restantes meios.

No que diz respeito à duração média dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante, por local de residência, verifica-se que o tempo médio gasto se mantém nos 17 minutos, sendo que a população da freguesia da Pelariga continua a ser a que demora menos tempo em movimentos pendulares (15,01 minutos) e a de Abiúl a que demora mais tempo (19,66 minutos).

A nível urbano, na cidade de Pombal, o transporte é assegurado pelo Pombus - Sistema de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal, que funciona atualmente em 7 linhas distintas.

Cerca de 53 táxis a operar no concelho.

O transporte ferroviário de passageiros, encontra-se a cargo da CP - Comboios de Portugal, E. P. E. e operacionaliza, na Linha do Norte, os serviços Alfa Pendular, Intercidades, Interregional, Regional, e na Linha do Oeste os serviços Interregional e Regional.

B 04 Abastecimento de Água

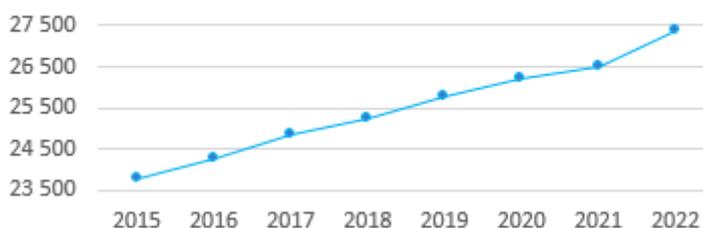
Unidade: Número (n.º); m³ por ano
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Tipologia do cliente/utilizador	Evolução do número de clientes/ utilizadores ligados ao sistema de abastecimento:							
	N.º de contadores							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Doméstico	21 223	21 598	22 125	22 461	22 914	23 329	23 622	24 336
Comércio/ Indústria	1 966	2 032	2 074	2 120	2 180	2 186	2 200	2 305
Instituições s/ fins lucrativos, Administração central e Autarquias locais	257	271	271	275	278	277	280	283
Consumo próprio (Município)	316	342	368	380	390	398	418	458
Total de clientes ligados ao sistema de abastecimento	23 762	24 243	24 838	25 236	25 762	26 190	26 520	27 382

Evolução do n.º total de clientes ligados ao sistema de abastecimento



Distribuição dos consumos registados, por tipo de cliente/ utilizador:

Tipologia do cliente/utilizador	Consumo (m ³ /ano)					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Doméstico	1 538 204,8	1 457 395	1 528 672,4	1 683 064	1 672 372	1 736 559
Comércio/ Indústria	293 917	285 226	309 412	297 632	302 540	309 957
Instituições s/ fins lucrativos	73 511	73 171	78 315	65 192	76 721	88 939
Administração central	20 419	17 649	14 989	16 432	15 411	13 642
Autarquias locais	70 304	64 797	69 335	83 030	78 433	73 839
Consumo próprio (Município)	185 928,5	149 909	185 140	169 683	208 602	224 874
Consumos autorizados, não faturados	4 111	7 236	694	1 922	410 323	881 484
Total	2 186 395	2 055 383	2 186 557	2 316 955	2 764 402	3 329 294

O abastecimento público de água é da competência e responsabilidade do Município de Pombal, incluindo a construção, manutenção, conservação e gestão dos sistemas de abastecimento.

Em termos de infraestruturas o concelho dispõe de 72 Reservatórios, 46 Estações elevatórias (EE) e 8 Captações operacionais e 1.646Km de condutas. A percentagem de população servida por rede domiciliária de abastecimento de água é superior a 99,5%.

No sistema “em baixa”, relativamente à qualidade da água, a percentagem de análise em cumprimento dos valores paramétricos relativos a água destinada a consumo humano, garante o valor de referência $\geq 99\%$ para a percentagem do número total de análises realizadas à água tratada.

No ano de 2022 e, no que respeita à água entrada no sistema de abastecimento público de Pombal, foram

captados 4.736.409m³ de água e adquiridos 6.763m³. No mesmo ano, registou-se um o volume de perdas de 1.416.878m³, que corresponde a uma percentagem de 29,80% do total de água entrada no sistema.

O volume de perdas de água, referidas anteriormente, reparte-se em perdas aparentes (consumos não autorizados e erro associado a equipamentos de medição instalados em locais com consumo autorizado) e perdas reais (fugas nas condutas de adução e distribuição, extravasamentos em reservatórios de adução e distribuição e fugas nos ramais de ligação).

B 05 Saneamento

Unidade: Km, m³
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



ETAR	Caudal afluente às ETAR's (valor estimado) (m ³):				
	2011	2012	2013	2014	2022
Almagreira	-	-	-	-	166 610
Guia	24 136	26 550	42 077	57 388	112 883
Lourical	80 242	80 242	155 565	155 565	480 409
Mata Mourisca	15 811	15 811	15 811	9 244,8	*
Mata Mourisca Nascente	9 882	9 882	9 882	9 882	*
Mata Mourisca Ramos	9 882	9 882	9 882	9 882	8 235
Pombal	1 395 670	1 423 675	1 423 675	1 427 017,9	1 679 661
Redinha	19 938	19 938	19 938	19 938	19 938

* Desativada

As infraestruturas de saneamento de águas residuais existentes no concelho de Pombal são constituídas por cerca de 884km de redes de drenagem (mais cerca de 90km do que em 2021), que englobam múltiplos sistemas elevatórios (35) e 7 ETAR's urbanas. 797,4km

No ano de 2022, mantiveram-se os 3.184.590m³ de águas residuais tratadas nas ETAR's, que também haviam sido tratados em 2021, mas foram rejeitadas, após respetivo tratamento para o meio hídrico recetor, apenas 2.361.947m³, ao invés dos 3.140.030m³ do ano anterior.

B 06 Equipamentos de Educação

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual (ano letivo)
Fonte: Município de Pombal

Tendência



NÍVEL DE ENSINO	Rede de equipamentos de educação e ensino:					
	N.º ESTABELECIMENTOS					
	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR						
Público	21	16	14	13	13	10
Privado e/ou IPSS	7	7	7	6	5	5
1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO						
Público	19	17	14	13	13	11
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO						
Público	10	11	13	14	14	16
Privado e/ou IPSS	1	1	1	1	1	1
2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO						
Público	0	0	1	1	1	1
Privado	1	1	1	1	1	1
1.º, 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO						
Público	2	2	1	1	1	1
2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO PROFISSIONAL						
Público	1	1	1	1	1	1
Privado e/ou IPSS	3	3	3	2	1	1
3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO PROFISSIONAL						
Público	1	1	1	1	1	1
ENSINO PROFISSIONAL						
Privado	1	1	1	2	1	1
TOTAL	67	61	58	56	53	50

As orientações do Ministério da Educação e Ciência referentes à reorganização da Rede Escolar levou ao encerramento de alguns estabelecimentos escolares e à agregação de alguns equipamentos de apoio à infância nas instalações existentes do Ensino Básico do 1.º Ciclo ou a criação de novas instalações, juntando assim a Educação Pré-escolar e o Ensino do 1.º Ciclo, e, conseqüentemente, levou à diminuição do n.º de estabelecimentos em funcionamento.

As escolas públicas encontram-se agrupadas em 3 agrupamentos: Agrupamento de Escolas da Guia, Pombal; Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, Pombal e Agrupamento de Escolas de Pombal.

Em termos de oferta formativa são lecionados diversos cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) em diversos estabelecimentos de ensino.

Tem sido observado um esforço considerável na melhoria do parque escolar concelhio e na disponibilização de serviços de apoio à família no âmbito da Educação Pré-escolar e Ensino Básico.

B 07 Equipamentos de Saúde

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Freguesias	Hospitais		Unidades de Saúde familiar		Polos de UCSP		Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis		Análises Clínicas		Clínicas e Policlínicas		Outro Serviços	
	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022
	Abiúl	-	-	-	-	1	1	1	1	-	1	-	-	-
Almagreira	-	-	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-
Carnide	-	-	-	-	1	1	2	2	-	1	-	-	-	-
Cariço	-	-	-	-	2	-	1	1	1	1	-	1	-	-
Louriçal	-	-	-	-	1	1	2	2	-	1	1	2	-	-
Meirinhas	-	-	-	-	1	1	1	1	-	1	1	1	-	-
Pelariga	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Pombal	1	1	1	2	-	-	4	4	2	4	10	21	2	3
Redinha	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
UF de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Albergaria dos Doze	-	-	-	1	-	2	-	1	-	2	-	1	-
	Santiago de Litém	-	-	-	-	1	-	1	-	2	-	1	-	-
	São Simão de Litém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Santiago e S. Simão de Litém e Alb. dos Doze	Guia	-	-	-	-	-	2	-	1	-	2	-	2	-
	Ilha	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-
	Mata Mourisca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vermoil	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	1	1	-	-
Vila Cã	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	1	1	2	17	11	21	20	6	15	14	32	2	6

Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos

A rede de equipamentos de saúde inclui um conjunto de equipamentos públicos e privados distribuídos pelas diversas freguesias, sendo de realçar a existência, a nível público, do Hospital Distrital de Pombal, na freguesia de Pombal, que funciona como 1.ª linha de intervenção em situação de emergência/urgência referente a todas as Extensões de Saúde do concelho e do Centro de Saúde na freguesia de Pombal.

Atualmente, este hospital constitui uma das três unidades de saúde constituintes do Centro Hospitalar Leiria, E. P. E., sendo as outras o Hospital de Santo André, em Leiria, e o Hospital Bernardino Lopes de Oliveira, em Alcobaça. A sua área de influência direta corresponde aos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós, Nazaré, Pombal, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere e parte dos concelhos de Alcobaça, Ourém e Soure.

Integra o Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral as três Unidades de Saúde Familiar (USF) e as duas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizadas (UCSP) que se localizam em Pombal. As USF possuem um polo cada uma, enquanto que as UCSP possuem quatro e sete polos, respetivamente.

De realçar a existência na cidade de Pombal, de unidades de saúde privada que funcionam como extensões de entidades hospitalares: o Centro Hospitalar São Francisco e o Hospital da Luz.

B 08 Equipamentos de Desporto

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência


Equipamentos Desportivos no concelho de Pombal (2017 e 2022):

Freguesia	Grandes Campos Jogos		Pistas de Atletismo		Pequenos Campos Jogos		Pavilhões Salas de Desporto		Piscinas Cobertas		Piscinas Ar Livre		Outros		Total	
	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022
Abiúl	2	1	0	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	4	5
Almagreira	2	2	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	1	1	5	5
Carnide	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	3	3
Cariço	1	1	0	0	3	3	2	2	1	1	0	0	0	0	7	7
Louriçal	2	2	0	0	5	5	2	2	1	1	0	0	0	0	10	10
Meirinhas	1	1	0	0	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	4	4
Pelariga	2	2	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Pombal	7	7	1	1	18	18	9	9	1	1	1	1	8	8	45	45
Redinha	2	2	0	0	4	4	2	2	0	0	1	1	0	0	9	9
UF de Guia, Ilha e Mata Mourisca	5	5	0	0	9	9	1	1	0	0	1	1	1	1	17	17
UF de Santiago e S. Simão de Litém e Alb. dos Doze	2	2	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	1	2	11	11
Vermoil	3	3	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Vila Cã	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Total	30	1	55	22	3	3	13	128								
PDM (1.ª Revisão)	31	1	55	21	3	3	12	126								
PDM	10	1	3	1	-	1	17									

A "rede" de equipamentos de desporto é composta por 128 equipamentos, dos quais se destacam 55 pequenos campos de jogos, 30 grandes campos de jogos e 22 pavilhões desportivos, dispersos por todo o concelho.

B 09 Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência


Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, por freguesia (2017 e 2022):

Freguesia	N.º de equipamentos				
	IPSS		Entidade Lucrativa		
	2017	2022	2017	2022	
Abiúl	1	1	1	1	
Almagreira	2	1	1	1	
Carnide	1	1	1	1	
Cariço	1	1	1	1	
Louriçal	2	2	1	1	
Meirinhas	1	2	-	-	
Pelariga	1	1	3	1	
Pombal	15	15	5	3	
Redinha	1	1	-	1	
Vermoil	2	2	1	1	
Vila Cã	1	1	1	1	
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	4	3	1	1
	Ilha	2	1	1	1
	Mata Mourisca	2	1	-	-
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Albergaria dos Doze	3	3	-	-
	Santiago de Litém	1	1	2	2
	São Simão de Litém	1	1	-	-
Total	41	38	19	16	

Existem 54 estabelecimentos/ instituições de solidariedade e segurança social com diversas valências.

Em termos de 1.ª e 2.ª infância encontravam-se em funcionamento, em 2017, 17 estabelecimentos com a resposta social de creche e 12 estabelecimentos/ instituições com Centros de Atividades e Tempos Livres, tendo este número diminuído, para 15 e 5, respetivamente.

De importância vital a existência de uma instituição com experiência adquirida no domínio da população com deficiência, a CERCIPOM, que acumula respostas sociais de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Lar Residencial, Centro de Formação e Inclusão Socioprofissional, Centro de Recursos para a Inclusão, e Intervenção Precoce.

Ao nível da população idosa existem diversas respostas sociais distribuídas por todo o concelho, sendo que as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e o Serviço de Apoio Domiciliário são as respostas sociais com maior distribuição. Em 2022, existiam 17 estabelecimentos/ instituições com a resposta social de Centro de Dia, 30 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e 17 que prestam Serviço de Apoio Domiciliário.

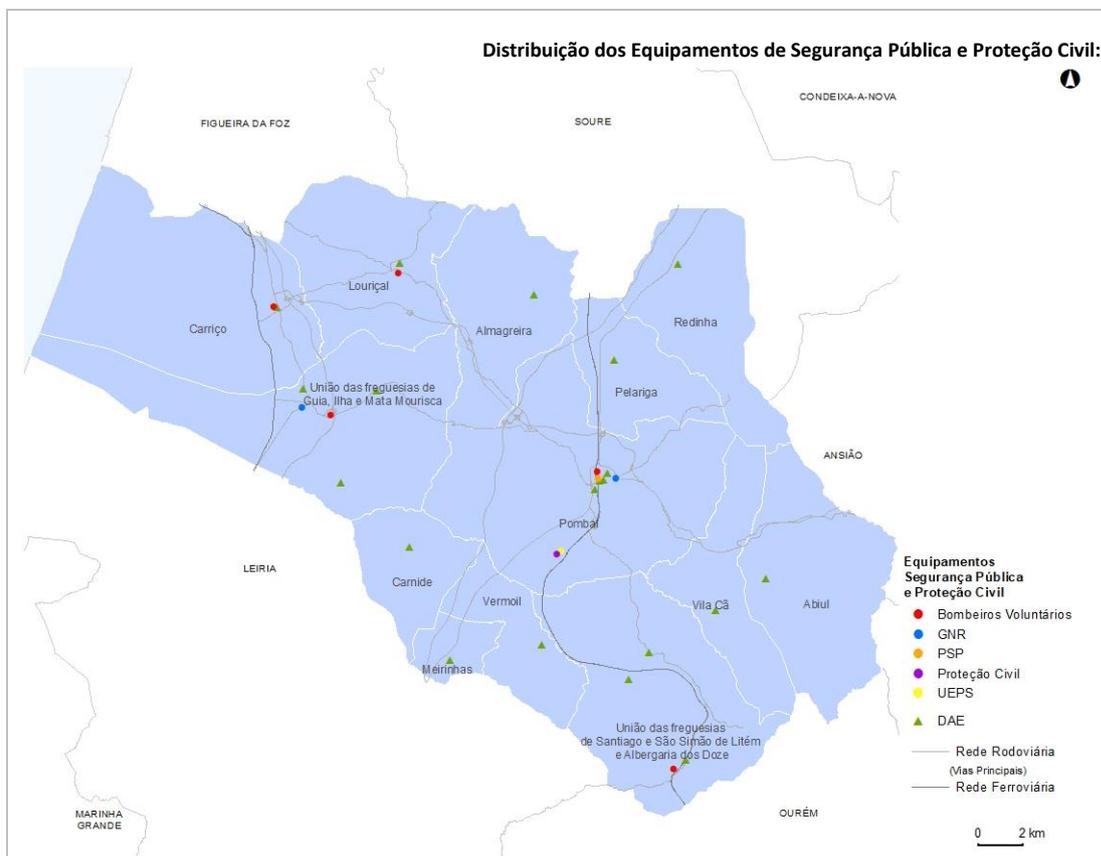
O concelho é ainda servido por uma Casa de Abrigo a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, um Centro de Apoio à Vida, onde é feito o apoio e acompanhamento de mulheres grávidas ou puérperas que se encontrem em situação de risco emocional ou social, e um Centro de Acolhimento Temporário Infantil, que acolhe crianças e jovens em situação de risco.

Na área das dependências, existe, na cidade de Pombal, a ET - Equipa de Tratamento de Pombal.

B 10 Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil no concelho de Pombal:

Freguesia	Bombeiros		GNR		PSP		Proteção Civil		UEPS		DAE	
	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022	2017	2022
Carriço	1*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Almagreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Abiúl	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Carnide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Louriçal	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Meirinhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pelariga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pombal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	4
Redinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de Sant. e S. Simão de Litém e Alb. dos Doze	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
UF de Guia, Ilha e Mata Mourisca	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Vermoil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Vila Cã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Concelho	4	4	2	2	1	1	1	1	1	1	0	20

* Destacamento Móvel dos Bombeiros Voluntários de Pombal

No concelho de Pombal existem duas Forças de Segurança Pública: a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), onde estruturalmente está englobada também a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS).

No que diz respeito a ações diretamente ligadas a Proteção Civil, existe o Serviço Municipal de Proteção Civil, os Bombeiros Voluntários de Pombal e os Sapadores Florestais.

Apenas existe uma Esquadra de Polícia no concelho, que se situa na cidade de Pombal. Quanto à GNR, o destacamento territorial de Pombal é constituído por 2 postos territoriais, um na União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca e outro na de Pombal.

No concelho, apenas existe como Corporação de Bombeiros, os Bombeiros Voluntários de Pombal, com secções nas freguesias de Pombal, de Albergaria dos Doze, do Lourical e na zona Oeste do concelho. A gestão e coordenação é efetuada a partir da sede (Pombal), a qual tem como área de influência todo o concelho, sendo a partir desta que é equacionada a secção a envolver, consoante o caso a intervir.

O Serviço Municipal de Proteção Civil de Pombal, é o serviço incumbido de executar a Política Municipal de Segurança, sendo a entidade responsável, a nível concelhio, pelas ações de informação, formação, planeamento, controlo e coordenação das ações em situação de normalidade ou de emergência, em todos os domínios que respeitem à Proteção Civil.

Relativamente aos Sapadores Florestais, encontram-se constituídas cinco equipas, duas afetas à Câmara Municipal de Pombal três à A. P. F. P. - Associação de Produtores Florestais de Pombal, os quais têm a incumbência da atividade de silvicultura preventiva, de vigilância, deteção e primeira intervenção com vista à prevenção de incêndios florestais, atuando ainda no combate a incêndios e respetivo rescaldo.

No que diz respeito a segurança no âmbito da saúde, existem DAE (Desfibrilhador Automático Externo) alocados em cabines exteriores resistentes, permitindo o acesso rápido e facilitado ao mesmo. Este equipamento é essencial em caso de paragem cardiorrespiratória, onde os primeiros minutos da resposta podem ditar o sucesso da recuperação. O Concelho tem atualmente 20 equipamentos que estão distribuídos pelas antigas freguesias (17). Dentro da cidade de Pombal existem mais 3 (para além do instalado no mercado), todos em pontos estratégicos de maior movimentação de população: junto à escola secundária de Pombal, no Largo do Cardal e na zona desportiva. A estes equipamentos está associada uma bolsa de operacionais DAE, com formação específica para atuar em caso de necessidade.

B 11 Outros Equipamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Existem diversos serviços de administração pública, encontrando-se instalados, maioritariamente, na sede do concelho, onde para além da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, encontram-se disponíveis os serviços de Finanças, Tribunal e Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, bem como, um Espaço do Cidadão, que reúne serviços de diversas entidades num só balcão, como sejam os serviços do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Segurança Social. Destaca-se ainda a existência de 1 Balcão Multiserviços, na freguesia do Louriçal, onde são prestados diversos serviços, nomeadamente os associados à DGV – Direção Geral de Viação.

Existem diversos equipamentos de cultura, recreio e lazer com representação um pouco por todas as freguesias, mas com maior incidência na freguesia de Pombal, quer em número de equipamentos, quer em diversidade. Destaca-se a existência de diversos clubes culturais e desportivos e respetivas atividades por todo o concelho, bem como os Espaços Internet existentes em quase todas as Juntas de Freguesia. Existem museus e espaços polivalentes em diversas freguesias e, na sede de concelho, encontra-se implantada a Biblioteca Municipal de Pombal.

Ainda ao nível dos tempos livres, existem duas Estações de Serviço para Autocaravanas, na freguesia de Pombal e de Vermoil, e Parques de Lazer e/ou de Merendas em quase todas as freguesias do concelho.

Os cemitérios enquanto equipamentos, encontram-se em todas as freguesias do concelho. As Feiras e Mercados, com maior ou com menor frequência marcam também presença em diversas freguesias.

São ainda de salientar outros equipamentos, nomeadamente, o Centro de Recolha Animal de Pombal - Canil Municipal e a Copombal - Cooperativa Agrícola do concelho de Pombal, a Associação Comercial de Serviços de Pombal, a AICP - Associação dos Industriais do Concelho de Pombal, na freguesia de Pombal e a ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal, todas instaladas na freguesia de Pombal.

4.3 AMBIENTE

C01 – Estrutura Ecológica Municipal

C02 – Riscos (incêndios florestais, cheias, movimentos de massa em vertente e colapso de cavidades)

C03 – Recursos Hídricos

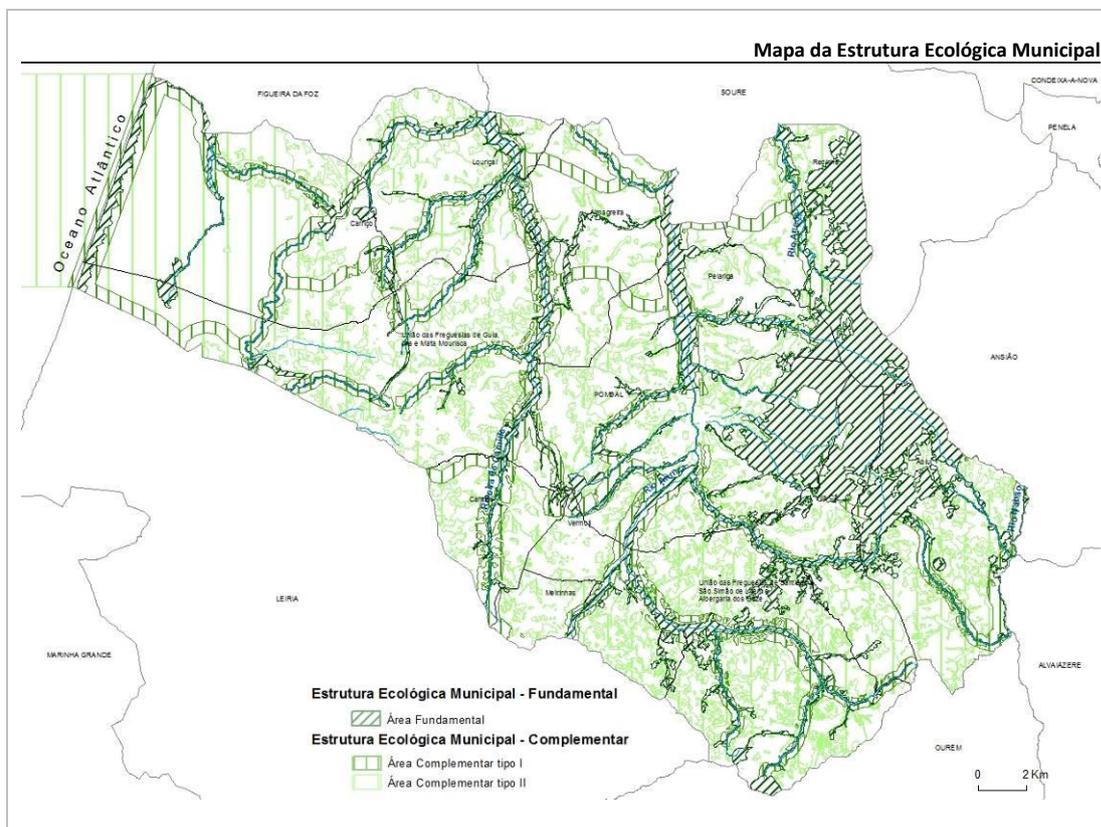
C04 – Ambiente Sonoro

C05 – Resíduos

C 01 Estrutura Ecológica Municipal

Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



A Estrutura Ecológica Municipal, é o conjunto das áreas que em “virtude da presença de valores e recursos naturais, das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos”.

Na sua génese, e para efeitos de delimitação, a EEM teve em consideração, entre outros aspetos, a hierarquização dos valores naturais, as Áreas Sensíveis para efeitos de conservação da natureza e biodiversidade, nas quais se incluem, entre outras, o sítio Sicó-Alvaiázere, RAN, REN, Domínio público hídrico, áreas de risco e vulnerabilidade; e os Corredores Ecológicos estruturantes e secundários.

Esta estrutura, em virtude das suas especificidades, encontra-se subdividida em várias áreas, a saber: Áreas Fundamentais, Áreas complementares, Áreas Complementares - Tipo I e Áreas Complementares - Tipo II

De uma forma geral, podemos verificar que a estrutura ecológica municipal fundamental integra as áreas de valor natural nível I e II e caracteriza-se por ser *non aedificandi* e contínua. As áreas de nível III foram utilizadas em situações muito pontuais, nomeadamente na Guia (próximo da indústria extrativa, localizada junto do limite Sul da freguesia). Foram ainda integradas áreas verdes, áreas de continuidade, áreas de indústria extrativa inativas, a recuperar, as áreas dos corredores ecológicos correspondentes às zonas ameaçadas pelas cheias e associadas aos valores de nível I e II e parte do troço do espaço canal rodoviário do

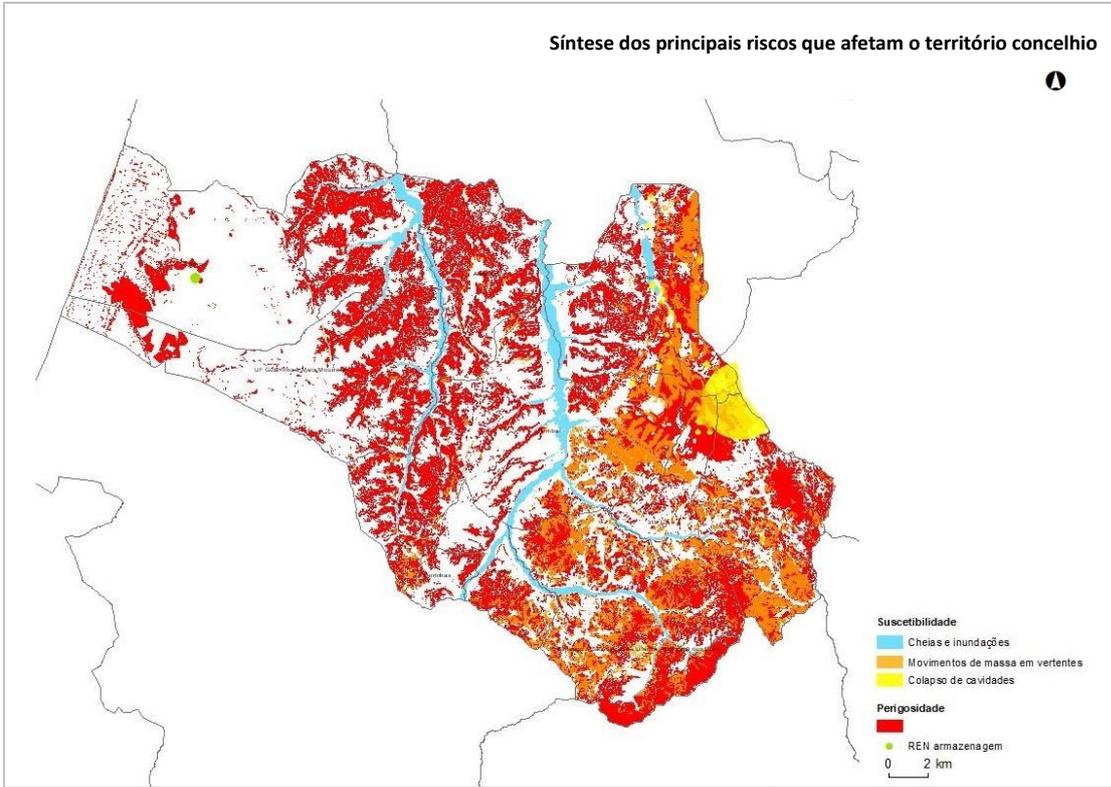
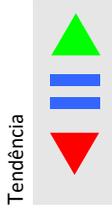
IC1(A17).

A estrutura ecológica municipal complementar concorre para a estrutura ecológica fundamental, sendo de carácter mais flexível em termos de usos. Integra as áreas de valor natural nível II, as de nível III, bem como as áreas condicionadas por reserva ecológica nacional e áreas verdes que não foram absorvidas pela estrutura ecológica fundamental. Acresce ainda a área correspondente aos corredores ecológicos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro até aos 500m, à qual se subtrai a área incluída na estrutura ecológica fundamental.

A EEM delimitada para o concelho abrange cerca de 67,8% da área territorial (incluindo a faixa marítima delimitada na REN municipal), da qual 10994,7ha correspondem a EEM – Fundamental, 8992,3ha a EEM - Complementar Tipo I, e 22487,4ha a EEM - Complementar Tipo II.

C 02 Riscos (incêndios florestais, cheias, movimentos de massa em vertente e colapso de cavidades)

Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: PDM Pombal (Revisão) e PMDFCI (2018-2022)



Dos perigos existentes no território concelhio, identificados e analisados no âmbito da Revisão do PDM-Pombal e da revisão do PMDFCI (2018-2022) é pertinente destacar aqueles que, em caso de ocorrência, assumem especial severidade para a população e que foram devidamente ponderados em sede de proposta de ordenamento.

Neste âmbito, são de referir:

1 - Os **incêndios florestais**, dada a elevada percentagem de espaços florestais, a representatividade do combustível e do histórico de área ardida existentes no concelho, os quais estiveram subjacentes à elaboração da carta de perigosidade de incêndio florestal .

As classes Alta e Muito Alta perigosidade representam cerca de 53% do território concelhio e têm maior ênfase a Este, nomeadamente na Serra de Sicó e Lagoa das Ceiras – Cancelinha, e Sudeste do concelho, Marco da Pipa e Albergaria dos Doze, que correspondem a locais que registaram uma maior concentração de incêndios florestais nos últimos 28 anos, o que poderá registar-se pelo facto de existir um maior número de ocorrências nestas áreas e o declive acentuado que caracteriza esta área concelhia.

2 - As **cheias**, que se assumem particularmente, como o perigo com maior frequência e duração na cidade de Pombal, podendo provocar em situações de cheia rápida, como a ocorrida em 26/10/2006, inúmeros estragos materiais e até mesmo a perda de vidas humanas.



O concelho de Pombal detém 7% da sua área total em suscetibilidade a cheias/inundações, correspondente a 4300ha, dos quais 61% em suscetibilidade elevada (2.600ha), ou seja, áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia ocorrida. Relacionando estas áreas com as áreas passíveis de edificação em sede de PDM, verificamos que encontram-se abrangidos por zona inundável (área de elevada suscetibilidade) 218ha, sendo que destes, 79ha estão integrados em estrutura ecológica urbana. Somente 5% da zona inundável se encontra integrada em área edificável, condicionada, por norma regulamentar, de forma a mitigar os impactes de eventuais cheias ou inundações.

Acresce ainda que se encontra em elaboração, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o projeto “DEFESA CONTRA CHEIAS EM POMBAL - BACIA DE AMORTECIMENTO E REGULARIZAÇÕES” o qual inclui a construção de uma bacia de amortecimento (a este da cidade de Pombal) e regularização de três ribeiras que desaguam no rio Arunca na cidade de Pombal: Ribeira do Vale, Outeiro das Galegas e do Castelo.

3 - As áreas suscetíveis a **movimentos de massa em vertentes**, pelo histórico de ocorrências e pela sua elevada representação territorial (13%) , acarretam, em caso de ocorrência, elevados prejuízos. Edificado, vias, equipamentos e mesmo pessoas, poderão estar sujeitos a este perigo, que afetou e poderá vir a afetar o território, potenciado pela construção desordenada em vertentes instáveis.

O concelho apresenta uma suscetibilidade nula e reduzida a Oeste do concelho, ou seja, mas áreas com menor declive, ausência de falhas activas e substrato geológico constituído essencialmente por arenitos, nomeadamente nas freguesias do Carriço e Guia, por outro lado as áreas de relevo mais acentuado existentes a Este, Nordeste e Sudeste, delimitadas a Oeste pelo rio Arunca e rio Cabrunca e as suas planícies aluvionares, que surgem como elementos físicos naturais, apresentam uma elevada suscetibilidade a deslizamentos.

4 - As **cavidades naturais** existentes no território, nomeadamente algares, grutas, lapas e exurgências, com desenvolvimento subterrâneo passíveis de colapso do seu teto e/ou paredes, desencadeado por processos como sismos, processos continuados de dissolução, precipitações ou ações antrópicas.

Tendo em consideração o desenvolvimento horizontal das cavidades inventariadas, o concelho de Pombal apresenta 1,5% da sua superfície territorial, ou seja 932,6ha em suscetibilidade a colapso de cavidades naturais, sendo que as intervenções admitidas em função da categoria de uso do solo, apenas podem ser concretizadas desde que precedidas de um estudo geológico.

5 - A existência da empresa REN Armazenagem (armazenamento de gás), localizado na freguesia do Carriço de nível superior de perigosidade, e a EGEO Solventes, localizada na freguesia de Pombal, de nível inferior de perigosidade, sujeitas ao disposto no Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho.

drenagem incompleta.

O Rio Nabão corresponde ao limite Este do Concelho, percorrendo 7,19km no concelho de Pombal. Nasce na Serra de Sicó, no local designado por “Olhos de Água” (concelho de Ansião) desagua do Rio Zêzere na localidade da Foz do Rio. Nas margens encontramos depósitos aluviais que mostram a fraca inclinação das vertentes circundantes.

O Município de Pombal, tem vindo a desenvolver e a executar projetos, nomeadamente ao longo do rio Arunca (Estudo de caracterização e proposta de intervenção de limpeza e valorização do rio Arunca) e da Ribeira de Carnide (Estudo de caracterização e propostas de intervenção de Limpeza e Valorização da ribeira de Carnide (Rio Pranto)) os quais incidem sobre a limpeza e desobstrução das linhas de água para garantir as condições de escoamento dos caudais em situações hidrológicas normais e extremas.

C 04 Ambiente Sonoro

Unidade: Percentagem (%), Área (km²) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Áreas do concelho por classe de conflito		
Classe	Área (km ²)	
$\Delta = L_{den} - V. Limite$	Área	%
$\Delta = L_n - V. Limite$		
$\Delta \leq 0$	608,65	97,2
$0 < \Delta \leq 5$	9,75	1,6
$5 < \Delta \leq 10$	5,05	0,8
$10 < \Delta \leq 15$	2,03	0,3
$15 < \Delta \leq 20$	0,67	0,1
$\Delta > 20$	0,0002	0,00003
$\Delta L_{den} > 0$	17,50	2,8
$\Delta L_{den} > 5$	7,75	1,2
$\Delta \leq 0$	603,14	96,3
$0 < \Delta \leq 5$	12,36	2
$5 < \Delta \leq 10$	6,58	1,1
$10 < \Delta \leq 15$	2,92	0,5
$15 < \Delta \leq 20$	1,13	0,2
$\Delta > 20$	0,01	0,001
$\Delta L_n > 0$	23,01	3,7
$\Delta L_n > 5$	10,65	1,7

População do Concelho exposta a diferentes classes de conflito		
Classe	Nº de habitantes	
$\Delta = L_{den} - V. Limite$	População	%
$\Delta = L_n - V. Limite$		
$\Delta \leq 0$	53521	96,9
$0 < \Delta \leq 5$	1431	2,6
$5 < \Delta \leq 10$	263	0,5
$10 < \Delta \leq 15$	17	0,03
$15 < \Delta \leq 20$	0	0
$\Delta > 20$	0	0
$\Delta L_{den} > 0$	1696	3,1
$\Delta L_{den} > 5$	278	0,5
$\Delta \leq 0$	52996	96,0
$0 < \Delta \leq 5$	1512	2,7
$5 < \Delta \leq 10$	683	1,2
$10 < \Delta \leq 15$	41	0,1
$15 < \Delta \leq 20$	2	0,003
$\Delta > 20$	0	0
$\Delta L_n > 0$	2221	4,0
$\Delta L_n > 5$	722	1,3

Ambiente

A estimativa da percentagem da área do território em conflito indica que:

Para o indicador L_{den} :

- 2,8% do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente (que excedem os limites regulamentares referentes às zonas classificadas);
- 1,2% do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente que em termos de prioridade de redução não é considerada a mais prioritária (ΔL_{den} até 5 dB);
- As áreas do concelho com situações de conflito com excesso superior a 20 dB (A) são residuais.

Para o indicador L_n :

- 3,7 % do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente (que excedem os limites regulamentares referentes às zonas classificadas);
- 1,7 % do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente que em termos de prioridade de redução não é considerada a mais prioritária (ΔL_n até 5 dB);
- As áreas do concelho com situações de conflito com excesso superior a 20 dB (A) são residuais.

A estimativa da percentagem da população exposta ao ruído ambiente indica que:

Para o indicador L_{den} :

- 96,9% do total da população do Concelho não está exposta a níveis de ruído ambiente que excedam os limites regulamentares;
- 3,1% do total da população do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, contudo, apenas 0,5% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB;
- Não se verificam valores percentuais significativos de população em situação de desconformidade com excesso de ruído superior a 15 dB.

Para o indicador L_n :

- 96,0% do total da população do Concelho não está exposta a níveis de ruído ambiente que excedam os limites regulamentares;
- 4 % do total da população do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, contudo, apenas 1,3% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB;
- Não se verificam valores percentuais significativos de população em situação de desconformidade com excesso de ruído superior a 20 dB.

C 05 Resíduos

Unidade: Tonelada (ton)
Periodicidade: Anual
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Ambiente

O município de Pombal está integrado no Sistema Multimunicipal da Alta Estremadura (SMAE), cuja exploração e gestão se encontra adjudicada à Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

O serviço de recolha, transporte e destino final dos resíduos indiferenciados produzidos no concelho é da competência e responsabilidade do Município.

Existem 7 áreas de atuação com vários percursos diferentes consoante o dia da semana, de modo a fazer face às necessidades de cada zona.

Na cidade de Pombal, a recolha é efetuada diariamente, com exceção dos Domingos. Nos restantes locais, como sedes de freguesia ou zonas populacionais, a recolha é realizada 2 ou 3 vezes por semana e nas localidades rurais, 1 ou 2 vezes por semana.

A quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos e tratados no concelho encontra-se na ordem das 15.500 toneladas desde 2018, tendo sofrido apenas ligeiras variações.

A gestão da recolha seletiva (colocação, distribuição e recolha de ecopontos) dos resíduos recicláveis é da competência e responsabilidade da Valorlis, encontrando-se instalados cerca de 290 ecopontos no concelho.

No final de 2022, existiam cerca de 160 pilhões distribuídos por todo o concelho e cerca de 40 pontos de recolha de óleos alimentares usados.

Antes de 2013, as lamas produzidas nas ETAR eram todas encaminhadas para a ETAR de Pombal, sendo que, em 2013, entrou em funcionamento a ETAR do Louriçal, em 2014, a ETAR da Guia e em 2016, a de Almagreira.

4.4 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

D01 – Solo Rural

D02 – Solo Urbano

D03 – Reserva Agrícola Nacional

D04 – Reserva Ecológica Nacional

D05 – Património

D06 – Aglomerados Urbanos (taxa de ocupação)

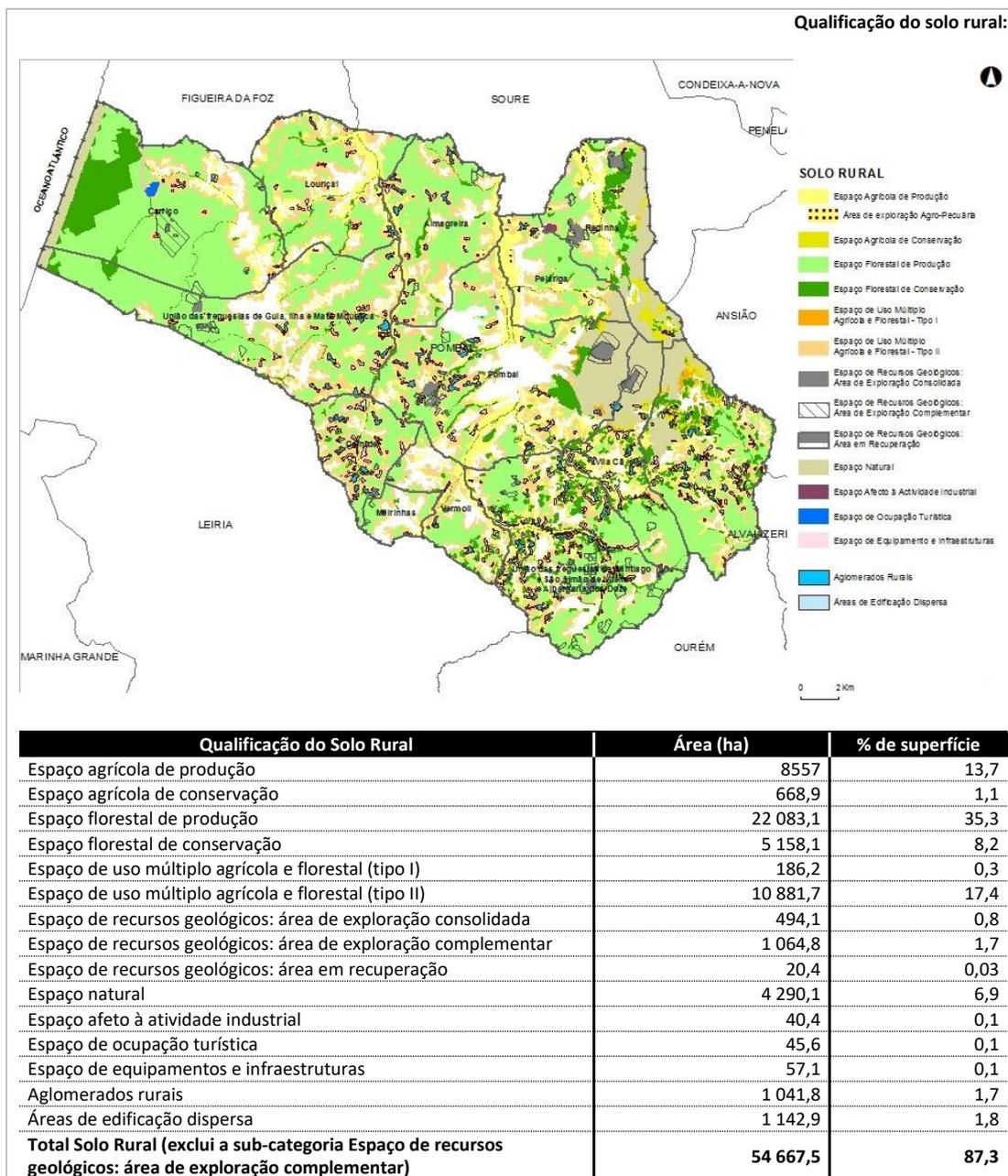
D07 – Espaço de Atividades Económicas (taxa de ocupação)

D08 – P.M.O.T. em vigor

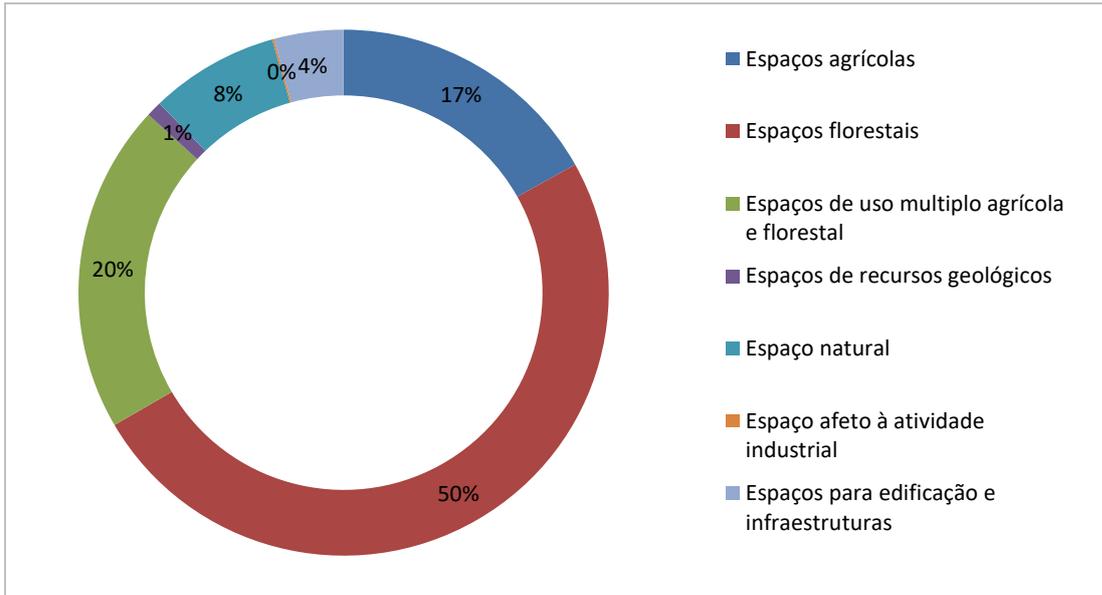
D 01 Solo Rural

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Ocupação do território



87,3% do território do concelho de Pombal é **solo rural**.

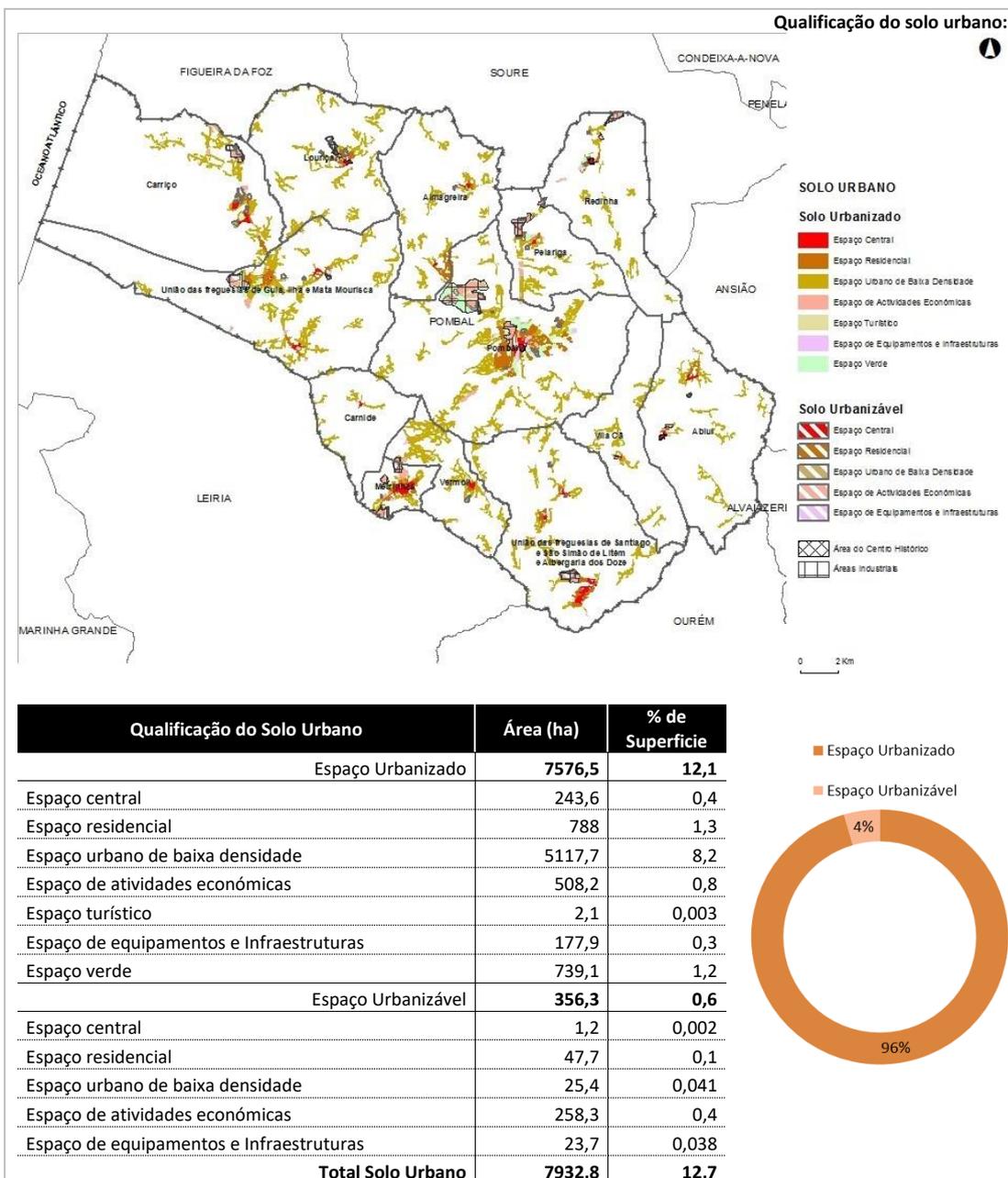
O solo rural é predominantemente composto por espaços florestais com 50%, seguido de 20% de espaços de uso múltiplo agrícola e florestal, e de espaços agrícolas com 17%, perfazendo um total de **87% do território rural com ocupação florestal e/ou agrícola**.

O espaço natural situado na serra da Sicó representa 8% do solo rural.

D 02 Solo Urbano

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



12,7% do território do concelho de Pombal é **solo urbano**.

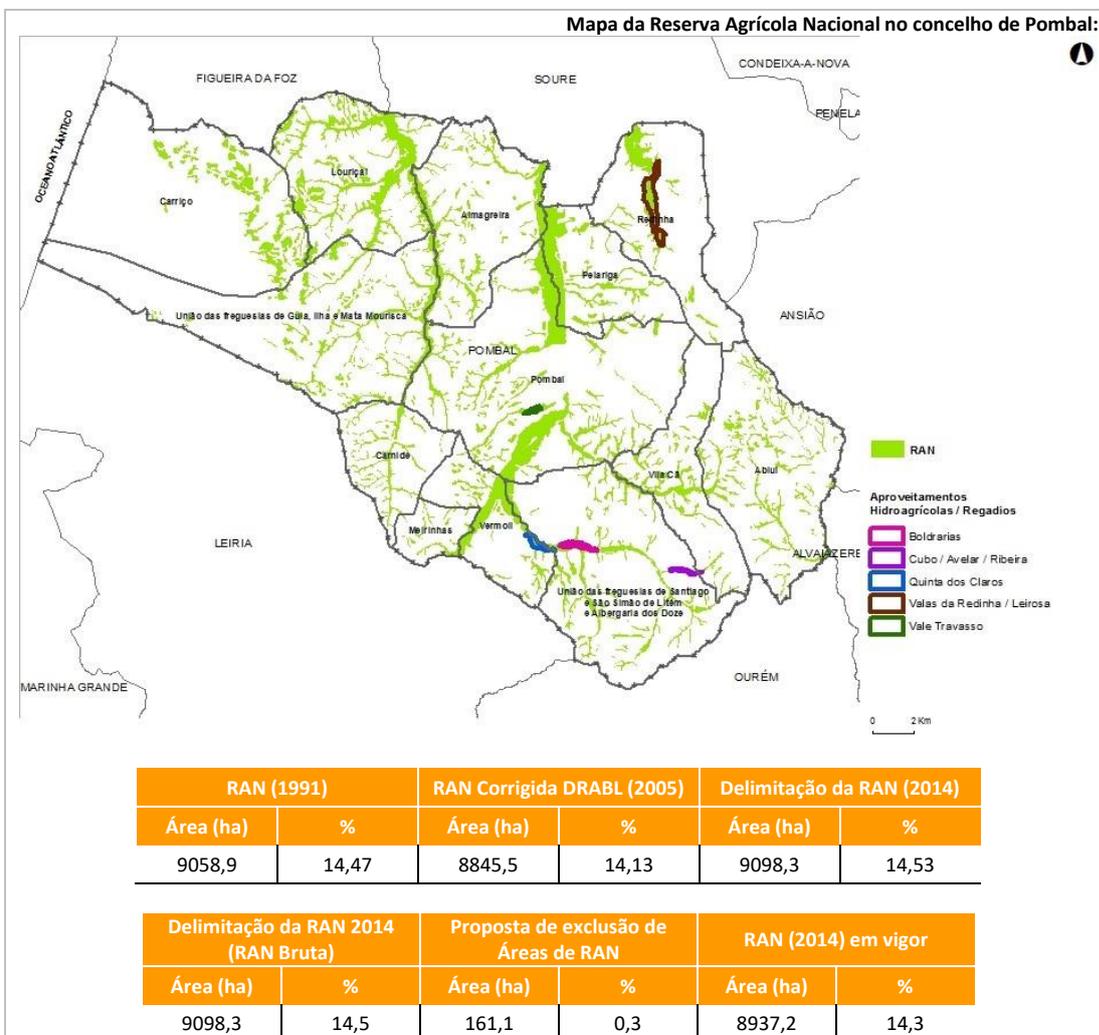
96% do solo urbano é **solo urbanizado**.

Ocupação do território

D 03 Reserva Agrícola Nacional

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



14,3 % da área do território concelho encontra-se integrada em **RAN**.

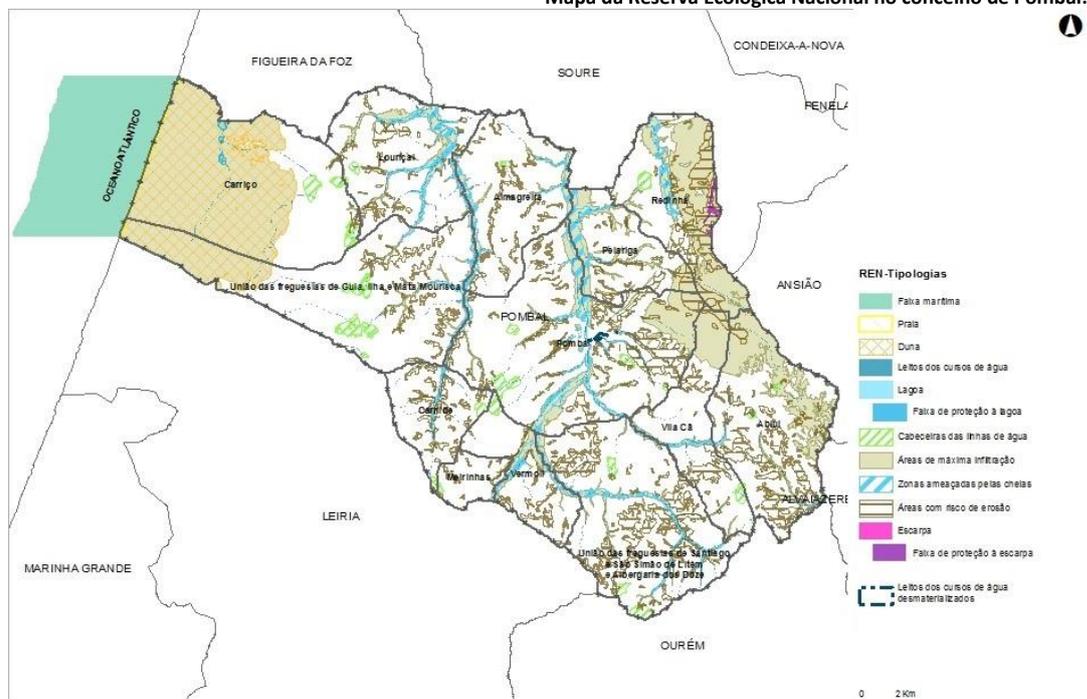
Ocupação do território

D 04 Reserva Ecológica Nacional

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência

Mapa da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Pombal:



Tipologia	REN (1996) (ha)	REN (2014) Bruta (ha)	REN (2015)* Em vigor (ha)
Faixa marítima	5240,3	5361,1	5361,1
Praia	216,7	58,6	58,6
Duna	6916,6	7041,8	7006,9
Leitos e margens dos cursos de água (As margens não integravam a REN)	-	822,1	822,1
Albufeiras, margens e faixa de proteção	30,7	-	-
Lagoas, margens e faixa de proteção	17,8	41,4	41,4
Cabeceiras das linhas de água	2595,8	1060,9	994,5
Áreas de máxima infiltração	7092,6	16362,5	16166,9
Zonas ameaçadas pelas cheias	4124,7	2482	2458
Áreas com risco de erosão	6298,6	5945,4	5933,9
Escarpas e faixas de proteção	-	59,4	59,4
Somatório da área ocupada pelas tipologias (ha)	32530,7	27970,8	27682,4
Área Tipologias / Superfície concelho (%)	43,6	36,2	35,7

*Foram excluídos 288,39ha

Excluindo a tipologia faixa marítima, observa-se que na REN anterior 43,6% da superfície concelhia se encontra sujeita a esta restrição de utilidade pública, valor superior aos 35,7% obtidos na nova REN em vigor.

35,7 % da área do território concelho encontra-se integrada em **REN**.

Aprovação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Pombal:

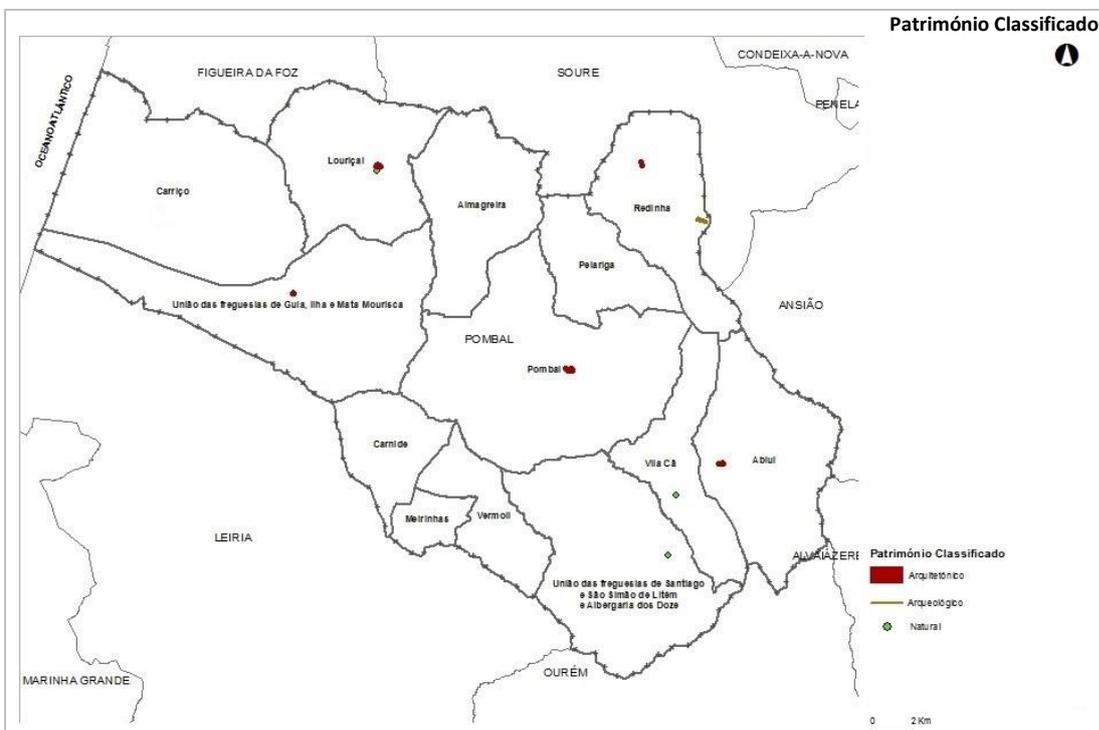
Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro

Ocupação do território

D 05 Património

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Património Arquitetónico Classificado

Classificação	Designação	Freguesia
Monumento Nacional	Igreja do Convento do Louriçal / Igreja do Santíssimo Sacramento	Louriçal
	Torre do Relógio Velho	Pombal
	Castelo de Pombal	Pombal
Interesse Público	Arco Manuelino	Abiúl
	Pelourinho do Louriçal (Cruzeiro do Louriçal)	Louriçal
	Capela da Misericórdia do Louriçal (e Casa do Despacho / Hospital da Misericórdia)	Louriçal
	Ermida de Nossa Senhora da Guia	Guia
	Pelourinho de Pombal (encontra-se atualmente em fragmentos)	Pombal
	Celeiro do Marquês de Pombal (antigo) (ou "Celeiro da Quinta da Gramela")	Pombal
	Pelourinho de Redinha	Redinha
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição / Matriz de Redinha	Redinha
	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves	Abiúl
Casa Arte Nova	Pombal	
Igreja de São Tiago, Matriz do Louriçal	Louriçal	

Património Arqueológico Classificado

Classificação	Designação	Freguesia
Interesse Municipal	Abrigo com Gravuras Rupestres no Vale do Poio Novo	Redinha

Património Natural Classificado

Classificação	Designação	Freguesia
Árvores de Interesse Público	Freixo	Vila Cã
	Plátano	Louriçal
	Carvalho-cerquinho; Carvalho-português	Santiago de Litem

Ocupação do território

3 imóveis classificados como **Monumento Nacional**
11 imóveis classificados como **Interesse Público**
1 abrigo classificado como **Interesse Municipal**
3 Árvores de Interesse Municipal

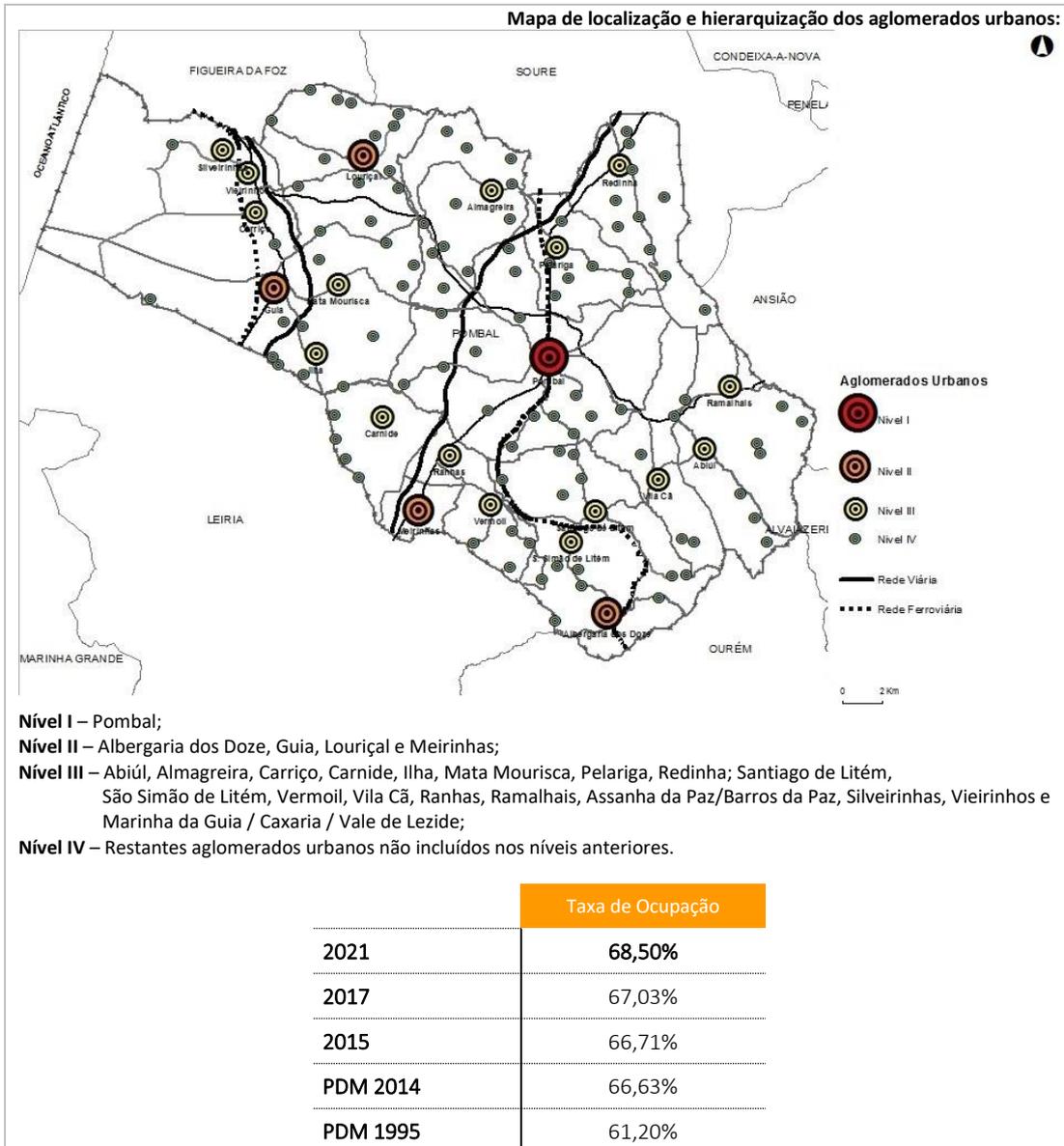
Na 1.ª revisão do PDM foram identificados:

- 133 Imóveis como património arquitetónico referenciado; 110 sítios arqueológicos referenciados; 1 jazida como património paleontológico referenciado; 4 elementos arbóreos como património natural referenciado.

D 06 Aglomerados Urbanos (taxa de ocupação)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



A 1ª Revisão do PDM teve como principal objetivo, potenciar a consolidação em detrimento da dispersão. Neste sentido, e conforme explicito no quadro anterior, a nova delimitação dos aglomerados urbanos originou aglomerados mais consolidados conferindo-lhes também, sempre que possível uma malha urbana nuclear.

Após 9 anos da entrada em vigência da 1ª Revisão do PDM, a taxa de ocupação dos aglomerados urbanos aumentou em cerca de 1,87%.

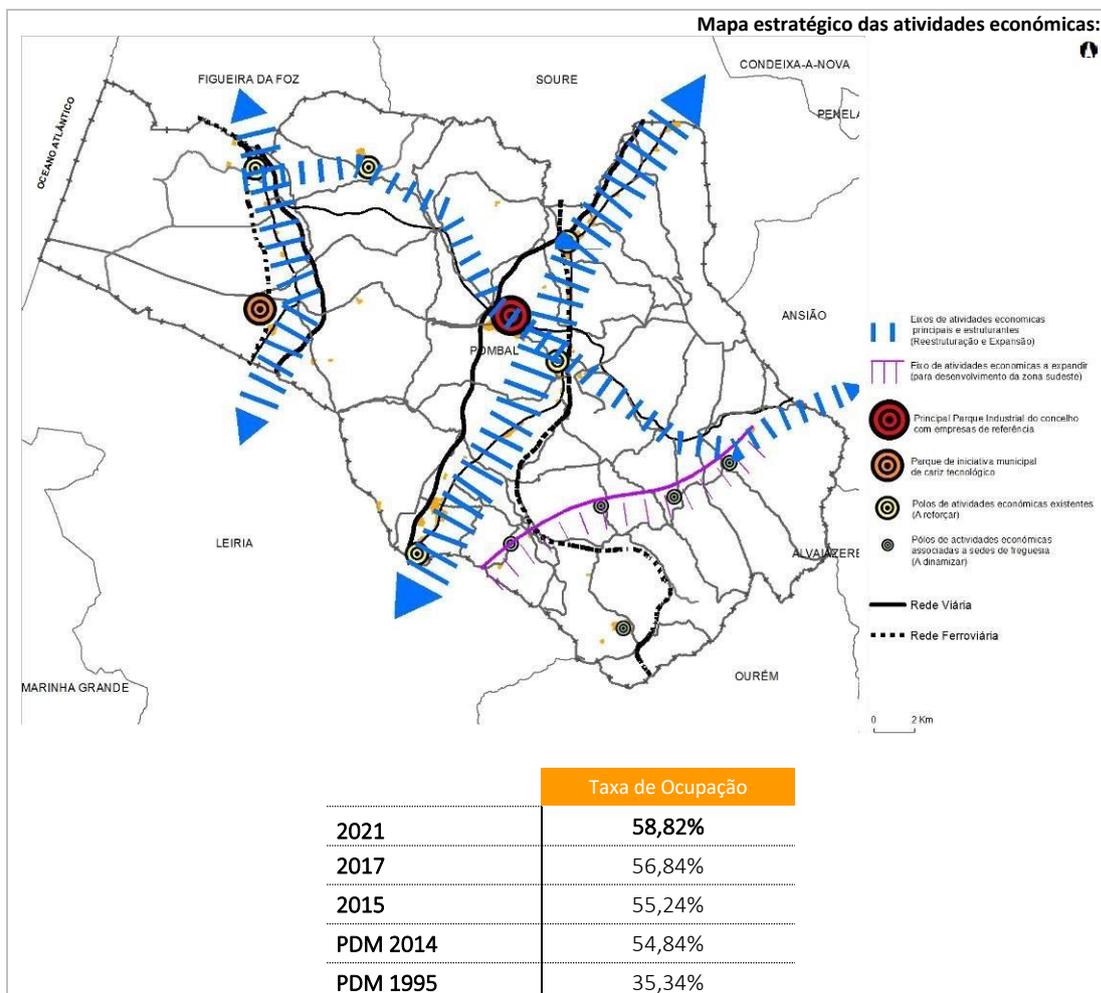
Taxa de Ocupação de 68,50%

Ocupação do território

D 07 Espaço de Atividades Económicas (taxa de ocupação)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Considerando que um dos principais objetivos da proposta de Revisão do PDM consiste em *tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico*, decorrente da posição geo-estratégica do concelho e das excelentes acessibilidades de que dispõe, a criação de condições para a fixação das atividades económicas representa uma das principais apostas do plano, quer pela importância que estas já assumem na estrutura produtiva do concelho, quer pelo desenvolvimento económico que potenciam, favorecendo a criação de emprego e combatendo a desertificação.

Neste contexto, a estratégia delineada no que concerne aos eixos e polos de atividades económicas a considerar, face ao existente e às tendências de desenvolvimento futuro, encontra-se ilustrado no mapa.

Registou-se um aumento considerável de 3,98% da taxa de ocupação, o que revela um crescimento de novas atividades económicas.

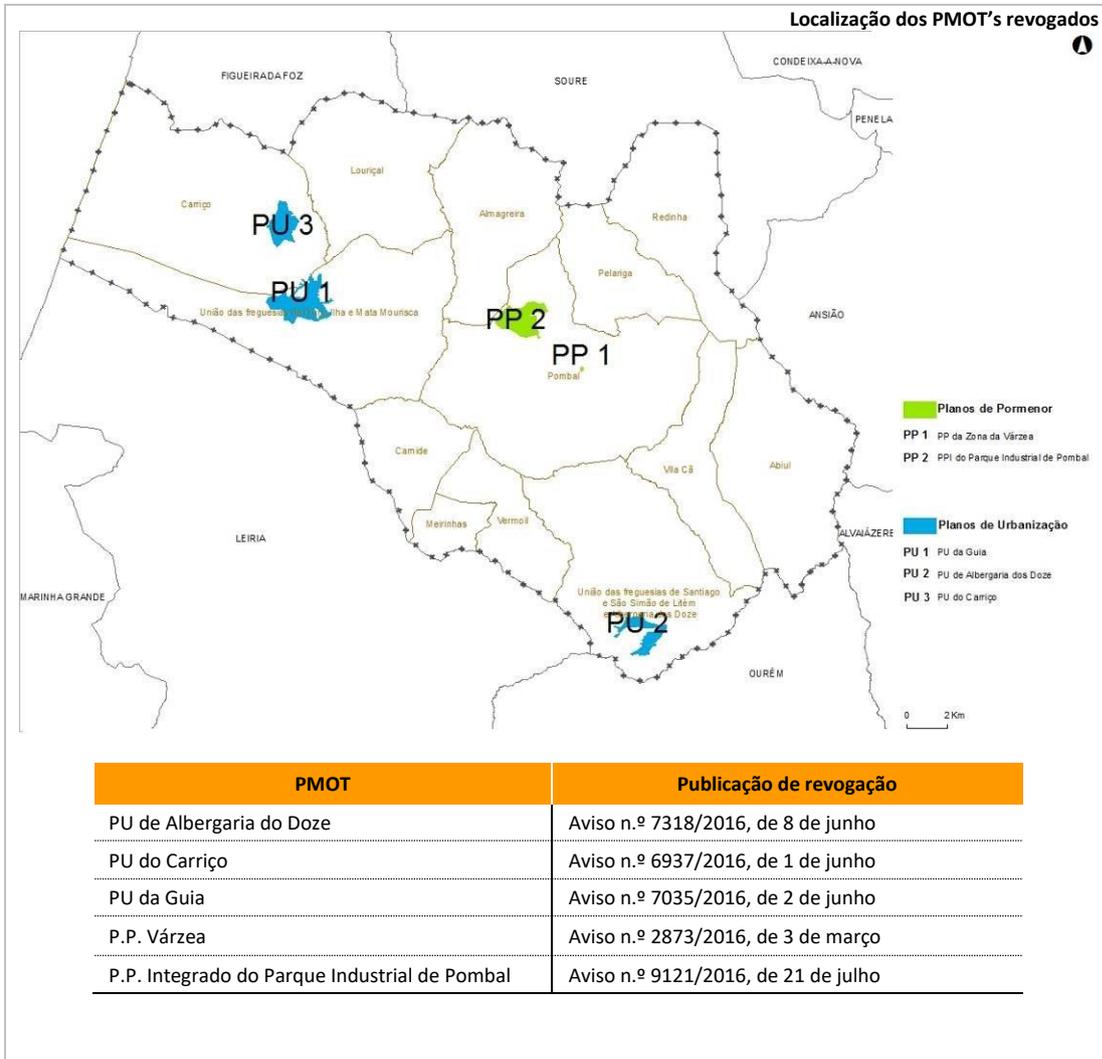
Taxa de Ocupação de 58,82%

Ocupação do território

D 08 P.M.O.T. revogados

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Não existem PU's ou PP's em vigor no território concelhio

Ocupação do território

4.5 EDIFICAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA

E01 – Edifícios

E02 – Alojamentos

E03 – Loteamentos

E04 – Informações Prévias

E05 – Licenciamentos / Comunicações Prévias

E06 – Reabilitação Urbana

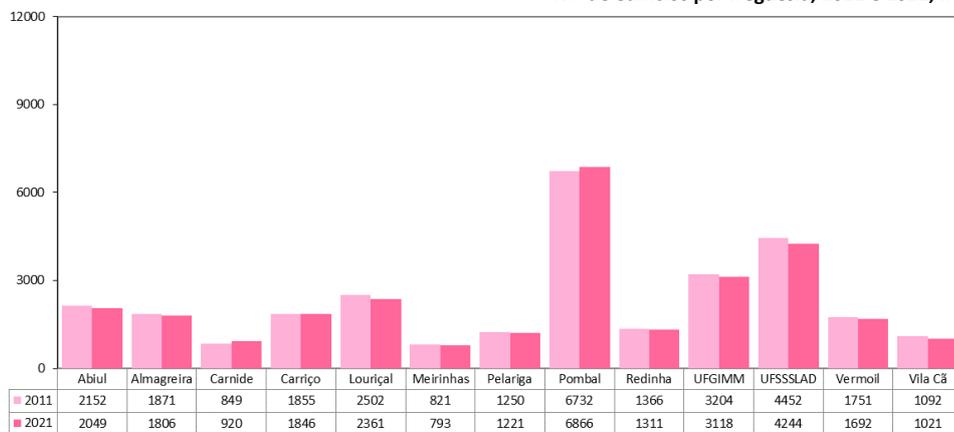
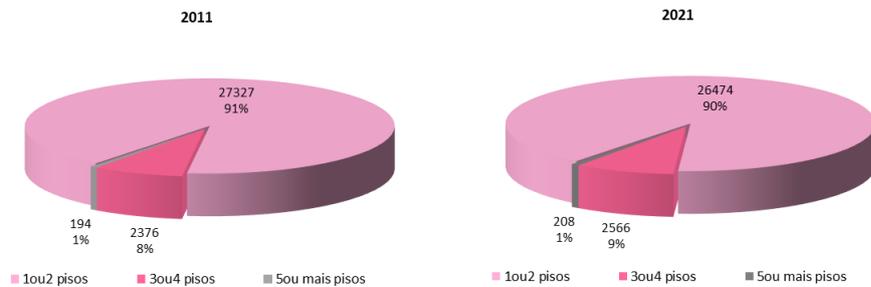
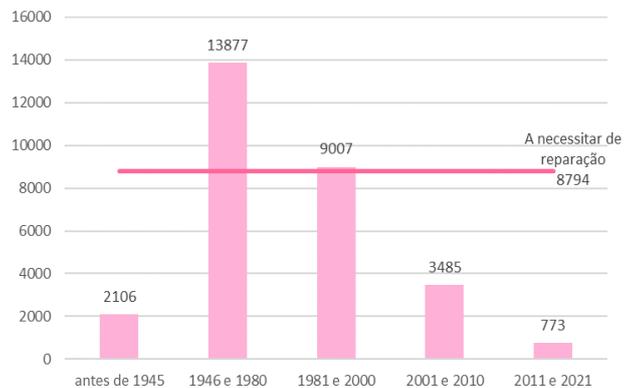
E 01 Edifícios

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Decénio
Fonte: Censos 2011 e 2021, INE

Tendência


N.º edifícios por unidade territorial, 2011 e 2021, INE

	2011	2021	Δ
Região Centro	1 111 952	1 116 787	0,4
Região de Leiria	133 325	133 657	0,2
Concelho de Pombal	29 897	29 248	-2,2

N.º de edifícios por freguesia, 2011 e 2021, INE

Edifícios por n.º de pisos, 2011 e 2021, INE

Época de construção dos edifícios, 2021, INE


Em termos do número de edifícios, existiam no concelho de Pombal, em 2021, cerca de 29.248 edifícios, quantitativo que representa um decréscimo de 2,2% (-649 edifícios) relativamente aos 29.897 edifícios recenseados em 2011.

Do ponto de vista da função do edificado, constata-se que a maioria dos edifícios do concelho se encontram destinados a fins exclusivamente residenciais (29202 correspondentes a 99% do total), predominando a tipologia apoiada num único alojamento por unidade edificada (95%).

Em relação ao número de pisos, verificamos que, em 2012 cerca de 91% dos edifícios tinham apenas um ou dois pisos. Os edifícios com três ou mais pavimentos apresentam uma representatividade muito fraca no universo dos edifícios, sendo o valor dessa representatividade de cerca de 9%. Geograficamente estes edifícios encontram-se essencialmente na cidade de Pombal e em algumas sedes de freguesia, sendo representativos do tipo de povoamento existente no concelho, difuso, marcado pela dispersão alinhada em torno das vias de comunicação e pela respetiva inserção em espaços de características rurais/ semi-urbanas.

A época de 70 apresenta-se como aquela que registou o maior índice de construção, com um total de 5864 edifícios construídos, sendo que a partir desse momento este índice tem vindo a registar uma sucessiva tendência decrescente.

Em termos da evolução, por freguesia, verifica-se que apenas Pombal e Carnide registaram um incremento do número de edifícios, mais 134 e 71, respetivamente, tendo-se verificado um decréscimo do número de edifícios nas restantes freguesias, com destaque para União das Freguesias de São Simão e Santiago de Litém e Albergaria dos Doze (-208), Louriçal (-141) e Abiúl (-103).

Tendo pro base a época de construção do edificado, verifica-se uma elevada dinâmica construtiva nas décadas de 80 e 90 (+9007 edifícios), intrinsecamente relacionada com a dinâmica económica crescente, observada nestas décadas no setor da construção.

De referir que dos edifícios existentes, 55% dos edifícios foram construídos antes de 1980 (15 983), e cerca de 8.794 carecem de reparação, sendo eu destes 4.875 carecem de grandes reparações decorrentes do seu elevado estado de degradação.

E 02 Alojamentos

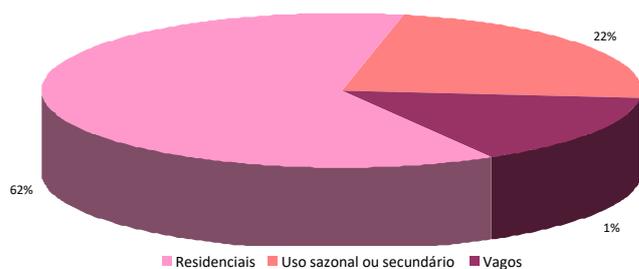
Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Decénio
Fonte: Censos 2011 e 2021, INE

Tendência


N.º alojamentos por unidade territorial, 2011 e 2021, INE

	2011	2021	Δ
Região Centro	1 448 644	1 473 384	1,7
Região de Leiria	144 921	173 532	19,7
Concelho de Pombal	34 130	33 930	-0,6

N.º de alojamentos por freguesia, 2011 e 2021, INE

Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos 2021

Evolução da população residente e sua relação com o número de alojamentos em 2011 e 2021

Variável	2011	2021	Variação (%)
População residente	55217	51170	-7,3
Edifícios	29897	29248	-2,2
Alojamentos	34130	33930	-0,6
Famílias	21260	15685	-26,2
Alojamentos/ edifício	1,14	1,16	1,8
Alojamentos/ família	1,61	2,16	34,4

A evolução do número de alojamentos no concelho de Pombal entre 2011 e 2021 corporizou um decréscimo de 0,6%, correspondendo em 2021 a um efetivo de 33930 alojamentos, que apresentam uma distribuição espacial muito dispar, com a freguesia de Pombal a registar um maior número de alojamentos, superior a 10000, face às restantes freguesias que registam valores inferiores a 5000 alojamentos. Esta discrepância é justificada pelo facto de Pombal ser a cidade sede de concelho com uma elevada densidade populacional, com um parque habitacional densificado, assumindo características marcadamente urbanas.

O parque habitacional tomado na sua totalidade (alojamentos clássicos, não clássicos e coletivos) revela-se cada vez mais excedentário face ao número de famílias residentes, com um incremento de 34%, sendo em 2021 de 2,16 alojamentos por família.

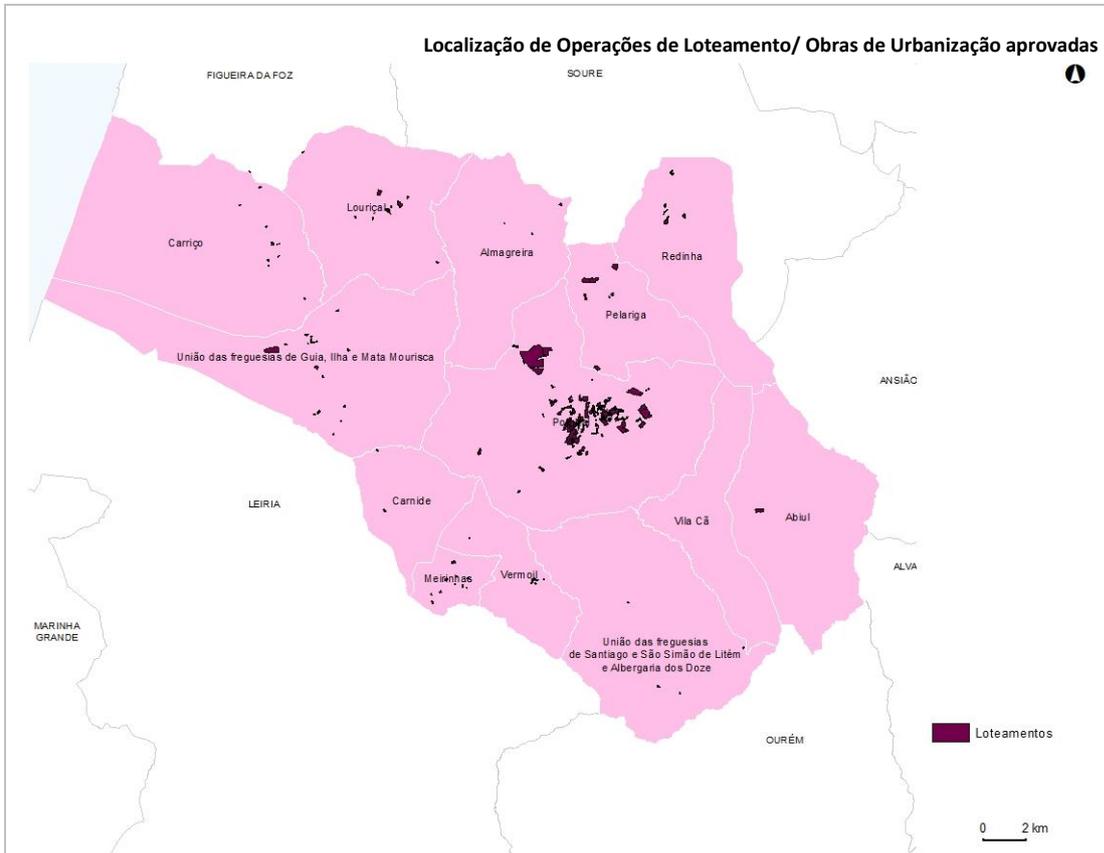
Em termos da evolução, por freguesia, verifica-se que apenas Pombal e Carnide registaram um incremento do número de alojamentos, mais 404 e 75, respetivamente, tendo-se verificado um decréscimo do número de edifícios nas restantes freguesias, com destaque para União das Freguesias de São Simão e Santiago de Litém e Albergaria dos Doze (-208), Louriçal (-108) e Abiúl (-108).

Em termos de distribuição dos alojamentos pelo edificado existente, e tendo em conta a relação entre estas duas variáveis, podemos afirmar que, a maior parte da população do concelho de Pombal residia, em 2021, em edifícios com um único alojamento de natureza clássica, aspeto que, conforme tem vindo a ser referido, reflete diretamente a matriz de povoamento e o padrão residencial dominantes. Pese embora, o padrão residencial ter sido marcado por um aumento da proporção de famílias residentes em edifícios de natureza plurifamiliar, em resultado do crescimento do aglomerado urbano de Pombal, de algumas áreas envolventes e de algumas sedes de freguesia, situação que assume reflexos quer ao nível do sistema de povoamento.

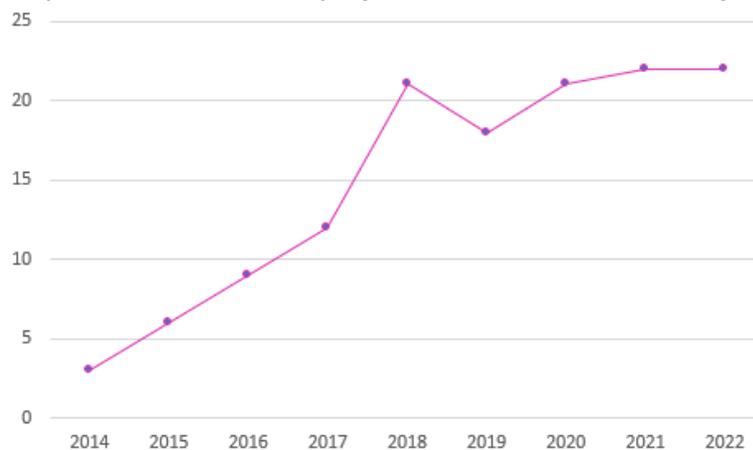
E 03 Loteamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Município de Pombal

Tendência



N.º de pedidos de licenciamento de Operações de Loteamento/ Obras de Urbanização (entre 2014 e 2022)

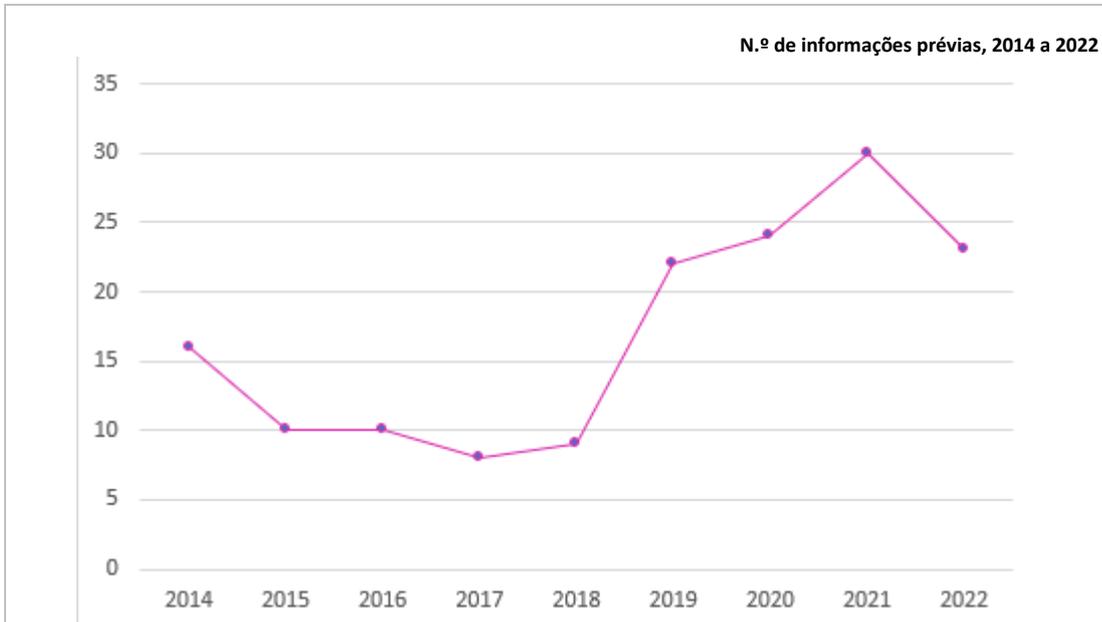


Apesar de não ter sido emitido qualquer Alvará, nos últimos anos têm sido aprovadas diversas alterações, resultando apenas em aditamentos aos respetivos Alvarás, destacando-se a existência de Operações de Loteamento com mais de 20 aditamentos.

E 04 Informações Prévias

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Município de Pombal

Tendência



No que respeita aos processos referentes a Pedidos de Informação Prévia, verifica-se que, desde a 1.ª revisão do PDM, deram entrada 152 processos, verificando-se que tem vindo a aumentar a procura.

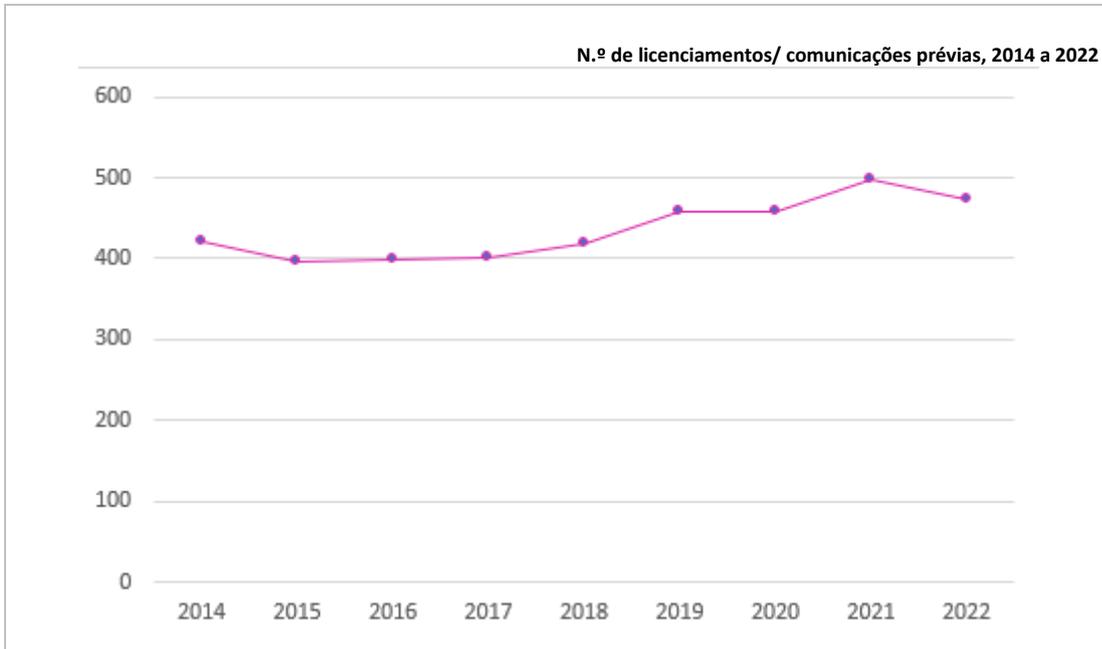
116 Pedidos de Informação Prévia entre os anos de 2017 e 2022

Edificação e Gestão Urbanística

E 05 Licenciamentos / Comunicações prévias

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Município de Pombal

Tendência



No que respeita aos processos referentes a pedidos licenciamento e a comunicações prévias, verifica-se que, desde a 1.ª revisão do PDM, deram entrada 3.920 processos.

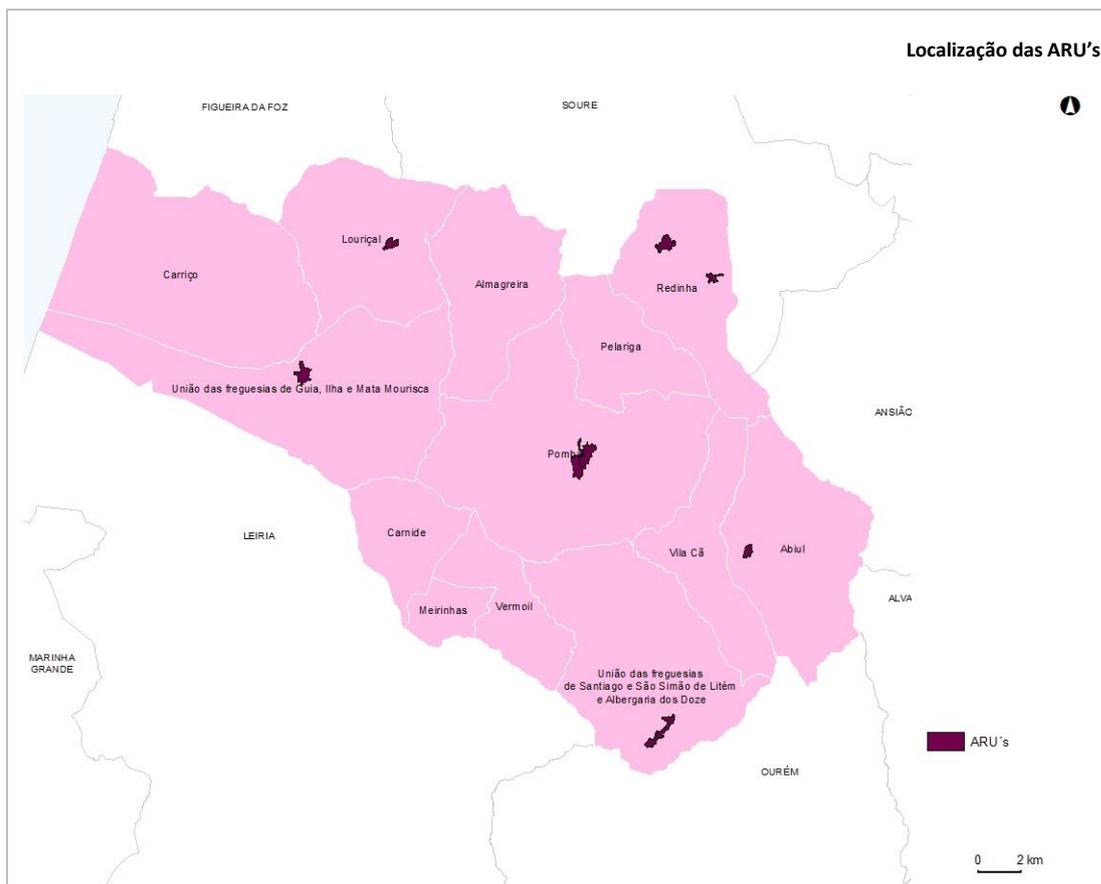
Aumento do n.º de pedidos de licenciamento e comunicações prévias entre 2017 e 2021

Edificação e Gestão Urbanística

E 06 Reabilitação urbana

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Município de Pombal

Tendência



Área abrangida pelas ARU's (ha)

	ZCC Pombal	Abiúl	Vila do Louriçal	Redinha	Seixo e Emporão	Poios	ZC Guia	Albergaria dos Doze
Área (ha)	54,30	18,10	23,07	40,32	43,70	16,80	43,7	52,40

Processos de reabilitação urbana de imóveis

	ZCC Pombal	Abiúl	Vila do Louriçal	Redinha	Seixo e Emporão	Poios	ZC Guia	Albergaria dos Doze
2015	13	-	-	-	-	-	-	-
2016	19	-	-	-	-	-	-	-
2017	19	-	-	-	-	-	-	-
2018	31	1	1	-	-	-	1	1
2019	26	2	0	-	1	-	2	1
2020	18	2	3	1	0	2	1	0
2021	31	0	0	1	1	0	1	2
2022	35	0	3	0	10	0	0	2
Total	192	5	7	2	11	2	5	6

Apesar de não configurarem Instrumentos de Gestão Territorial, as Áreas de Reabilitação Urbana são também importantes para o desenvolvimento das suas áreas de intervenção.

No concelho de Pombal encontravam-se aprovadas, no final de 2022, **8 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)**:

- Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, cuja delimitação foi publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 11728/2014, de 21 de outubro, alterada pelo Aviso n.º 12089/2015, de 20 de outubro, tendo a respetiva Operação de Reabilitação Urbana sido publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 14646/2018, de 12 de outubro;
- Área de Reabilitação Urbana da Redinha, cuja delimitação foi publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 10063/2018, de 26 de julho, alterada pelo Aviso n.º 13560/2021, de 16 de julho;
- Área de Reabilitação Urbana da Vila do Lourical, cuja delimitação foi publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 10064/2018, de 26 de julho, tendo a respetiva Operação de Reabilitação Urbana sido publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 13415/2021, de 15 de julho;
- Área de Reabilitação Urbana de Abiúl, cuja delimitação foi publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 10065/2018, de 26 de julho, tendo a respetiva Operação de Reabilitação Urbana sido publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 13782/2021, de 20 de julho;
- Área de Reabilitação Urbana do Seixo e Emporão da Cidade de Pombal, cuja delimitação foi publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 11882/2019, de 23 de julho, tendo a respetiva Operação de Reabilitação Urbana sido publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 13964/2022, de 13 de julho;
- Área de Reabilitação Urbana de Poios, cuja delimitação foi publicada no Diário da República sob o Aviso n.º 17758/2019, de 8 de novembro, e alterada sob o Aviso n.º 19713/2022, de 14 de outubro;
- Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Guia, publicada em 12 de outubro de 2018, sob o Aviso n.º 14647/2018, e posteriormente publicada a 18 de janeiro de 2023, sob o Aviso n.º 1277/2023, e retificada pela Declaração de Retificação n.º 84/2023, publicada a 30 de janeiro;
- Área de Reabilitação Urbana de Albergaria dos Doze, publicada em 12 de outubro de 2018, sob o Aviso n.º 14648/2018, e posteriormente publicada a 18 de janeiro de 2023, sob o Aviso n.º 1278/2023, e retificada pela Declaração de Retificação n.º 83/2023, publicada a 30 de janeiro.

O objetivo do Município de Pombal, com a delimitação de ARU's é promover um conjunto de intervenções e investimentos, que assegurem a salvaguarda do património edificado e a qualificação dos espaços urbanos, com o intuito de criar uma dinâmica de motivação geradora de iniciativa e confluência de interesses na melhoria e modernização do parque habitacional, na renovação e fixação do comércio e das funções centrais, enfim, no contributo para a permanência e instalação de residentes e atividades económicas, potenciando:

- A reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados.
- A reabilitação dos tecidos urbanos degradados ou em degradação, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas.
- Melhorar as condições de habitabilidade e funcionamento do parque imobiliário urbano e do espaço urbano não edificado.

- Proteger o património cultural e promover a sua valorização.
- Intervencionar os edifícios dissonantes segundo as regras para a sua reabilitação nomeadamente paleta de cores, materiais, cérceas, entre outros.
- Definir regras e ações relativas ao enquadramento e condicionamento da colocação nas fachadas de contadores, publicidade, toldos, palas, entre outros.
- Modernizar as infraestruturas urbanas.
- Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial.
- Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.
- Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética tanto em edifícios públicos como em edifício privados.
- Garantir que todas as intervenções assentam num modelo financeiramente sustentado.

Assim, a opção estratégica do Município tem vindo a concretizar-se através das seguintes medidas de atuação:

- Apoio à reabilitação através de benefícios fiscais, isenção ou redução de taxas municipais, aquando de uma 'ação de reabilitação urbana';
- Assumir-se como parceiro ativo e dinamizador dos processos de controlo prévio com redução dos custos e simplificação dos procedimentos de licenciamento, comunicação prévia e autorização de utilização.
- Assegurar um atendimento prioritário às respetivas operações urbanísticas estabelecendo uma relação de proximidade com todos os interessados e assegurando a monitorização dos respetivos processos não só na fase de instrução e implementação mas também durante a vigência da operação de reabilitação.

5. Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito Nacional e Regional e outros documentos de âmbito municipal

O presente relatório tem ainda como objetivo, o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito local, no entanto, identificam-se também outros instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e/ou regional com incidência neste território municipal, bem como diversos outros Planos e documentos, que confluem para a definição das estratégias municipais de desenvolvimento do Ordenamento do Território concelhio, nomeadamente os seguintes:

Instrumentos de referência nacional:

Âmbito	Documento de Referência Estratégico	Sigla
Nacional	Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	PNPOT
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e de Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	ENCNB 2030
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	ENDS
	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	ENGIZC
	Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)	ENAR 2020
	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030)	ENEAPAI 2030
	Estratégia para o Turismo 2027 (ET27)	ET27
	Estratégia Nacional para a Floresta (ENF)	ENF
	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	PSRN2000
	Plano Nacional da Água (PNA 2016-2021)	PNA 2016-2021
	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC2030)	PNEC2030
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)	PRN 2000
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2020)	PEAASAR 2020
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030)	PERSU 2030
	Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030	PNGR 2030
	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+	PETI3+
	Plano de Ação Litoral XXI (PALXXI)	PALXXI
	Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)	PDR 2020
	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)	PANCD
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	P-3AC
	Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)	PNTN
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA 2012-2020)	PNUEA
	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ADS 2030)	ADS 2030
Nova Geração de Políticas de Habitação	NGPH	
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	RNC2050	
Regional	Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) (versão maio 2011)	PROT-C
	Visão Estratégica para a Região Centro 2030	VEC.20/30
	Estratégia Regional de Especialização Inteligente	RIS3

Âmbito	Documento de Referência Estratégico	Sigla
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL)	PROF-CL
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A)	RH4A
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A)	RH5A
	Programa para a Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC-OMG)	POC-OMG
	Plano de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI-RH4A)	PGRI- RH4A
Municipal	Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra incêndios (PMDFCI)	PMDFCI
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)	PMEPC
	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	PEDU
	Agenda 21 Local de Pombal	A21
	Carta Educativa - Plano Municipal de Educação 1.ª Revisão	CE1R
	Plano Municipal e Plano Local de Acessibilidade	PMPLA
	Estratégia Pombal 2030	PBL2030

6. Planos Municipais de Ordenamento do Território de Âmbito Municipal

Atualmente o único Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor no concelho de Pombal é o Plano Diretor Municipal.

Após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM, nos termos do artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, foram revogados os restantes PMOT existentes:

- Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze, revogado pelo Aviso n.º 7318/2016, de 8 de junho;
- Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço, revogado pelo Aviso n.º 6937/2016, de 1 de junho;
- Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia, revogado pelo Aviso n.º 7035/2016, de 2 de junho;
- Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, revogado pelo Aviso n.º 9121/2016, de 21 de julho;
- Plano de Pormenor da Zona da Várzea, revogado pelo Aviso n.º 2873/2016, de 3 de março.

Plano Diretor Municipal de Pombal

A 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, foi publicada no Aviso n.º 4945/2014, do Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 10 de abril de 2014, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM e até à presente data, foram encetados alguns procedimentos previstos no âmbito da dinâmica dos IGT, tendo o Plano sido objeto dos procedimentos de retificação, correção material, suspensão parcial, alteração por adaptação e alteração, a saber:

- 1 - Retificação pela Declaração n.º 77/2015, de 20 de abril, a qual teve por finalidade a correção de lapsos gramaticais e de erros materiais nos artigos 35.º e 65.º do regulamento do Plano, respetivamente;
- 2 - Correção material, pela Declaração n.º 86/2015, 24 de abril, que incidiu sobre o artigo 96.º do regulamento do Plano e sobre a Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do

Solo, na qual foi efetuado o acerto cadastral da delimitação de uma área classificada como Área de Exploração Agropecuária do Espaço Agrícola de Produção;

3 - Suspensão parcial, publicada pelo Aviso n.º 5299/2017, de 12 de maio, a qual visou acautelar o enquadramento do Centro Escolar de Vermoil nas normas legais e regulamentares aplicáveis, abrangendo uma área territorial de 3.468 m² e incidindo sobre as disposições constantes do n.º 1 do artigo 59.º do Regulamento do referido Plano, em particular no que respeita ao índice de ocupação, índice de utilização e índice de impermeabilização definidos para a ocupação e utilização de Equipamentos de Utilização Coletiva e de Recreio e Lazer;

4 - Alteração por adaptação, publicada pelo Aviso n.º 15686/2017, de 29 de dezembro, do PDM ao Programa para a Orla Costeira Ovar-Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto;

5 - Alteração com vista à adequação do PDM ao RERAE - Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, através da publicação do Aviso n.º 12533/2019, de 6 de agosto;

6 - Alteração por adaptação à revogação dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor concretizada após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM, publicada pelo Aviso n.º 16625/2019, de 17 de outubro;

7 - 1.ª Alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal (natureza regulamentar), publicada sob o Aviso n.º 17757/2019, de 8 de novembro;

8 - 2.ª Alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal (a decorrer).

O Plano Diretor Municipal de Pombal procura regular a ocupação, uso e transformação do solo na sua área de abrangência, a qual se encontra delimitada na Planta de Ordenamento, à escala 1/25000.

Paralelamente ao processo de revisão do PDM procedeu-se também à revisão da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Pombal, tendo a aprovação da mesma completado o processo de revisão do PDM.

A REN, para o concelho de Pombal, foi publicada com a Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Estratégia e Objetivos

O Plano assume como estratégia dinamizar, de forma sustentada, os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à

promoção turística e à competitividade económica, por forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população.

São objetivos do Plano:

- a. Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico;
- b. Assumir Pombal como um destino do turismo de natureza;
- c. Valorizar de forma integrada os recursos naturais;
- d. Melhorar a qualidade de vida da população.

Baseado nos objetivos, o Plano propõe o desenvolvimento municipal assente em quatro vetores estratégicos, que partem de um objetivo geral coeso e se desdobram em linhas de orientação estratégica, consideradas prioritárias no quadro de ordenamento do concelho:

- a. Valorização do território e dos recursos naturais:
 - i) Ordenar o solo rural;
 - ii) Planear, transformar e gerir o solo urbano;
 - iii) Preservar e valorizar o património cultural e natural;
 - iv) Prevenir e minimizar riscos.
- b. Potenciação da competitividade e pulsação económica:
 - i) Revitalizar o setor agrícola e florestal;
 - ii) Promover e dinamizar a atividade económica;
 - iii) Potenciar o turismo como elemento estruturante.
- c. Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável:
 - i) Implementar políticas de coesão social;
 - ii) Promover a valorização e integração profissional;
 - iii) Otimizar a rede de equipamentos coletivos;
 - iv) Potenciar e promover mais mobilidade e acessibilidades;
 - v) Reforçar a qualificação das infraestruturas;
 - vi) Fomentar a sustentabilidade ambiental.
- d. “Co-cooperation” intermunicipal:
 - i) Maximizar a posição geo-estratégica do concelho;
 - ii) Impulsionar a coesão territorial.

Monitorização dos objetivos do plano e Avaliação Ambiental

Com o propósito de avaliar o desempenho do Plano Diretor Municipal de Pombal, a monitorização inicia-se com a avaliação dos objetivos do Plano, do programa de ações previstas no mesmo, assim como, dos indicadores de acompanhamento presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, visto que após a aprovação do Plano Diretor Municipal, o Município de Pombal, enviou à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a Declaração Ambiental decorrente da avaliação ambiental estratégica do referido Plano.

Assim, tendo por base os objetivos do PDM, anteriormente enunciados, e o disposto no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM, foram identificados os seguintes itens explicativos e de fundamentação, que concorrem para a implementação do sistema de monitorização a implementar.

- Ações a desenvolver, onde, para além dos projetos listados para cada Medida de Atuação existe um vasto conjunto de outros projetos também identificados pelo município, enquadráveis na implementação estratégica do Plano;
- Estabelecimento de prioridades para a implementação de cada ação, consoante a necessidade e a programação do município de implementação da ação em causa;
- Cronograma anual, no horizonte de 10 anos, sendo estimado o período temporal para a implementação da ação em causa;
- Estimativa da verba que o Município pressupõe necessária para a implementação/desenvolvimento da ação;
- Perspetiva do que poderão/deverão ser as realizações e os investimentos de outros agentes nas diversas ações a desenvolver.

No que concerne à Declaração Ambiental, esta define medidas de controlo em conformidade com o disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, tendo em vista uma adequada monitorização dos efeitos decorrentes do plano.

Neste sentido, a análise aos indicadores de avaliação e monitorização estão presentes na Declaração Ambiental do PDM, que consta em anexo.

Avaliação da Execução do Plano

Para além da avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados no ponto anterior e que contribuem para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDM, pretende-se, neste ponto, uma abordagem mais pragmática à execução do plano, através da avaliação da execução das ações previstas no Programa de Execução e Plano de Financiamento.

Quadro de projetos e ações estipulados na 1.ª revisão do PDM

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Comparticipação em projetos e obras em pedreiras abandonadas do Concelho														
Implementação da Agenda 21 Local														
Construção e melhoramento de caminhos agrícolas e outros														
Recuperação e Beneficiação de Regadios														
Manutenção de Galerias Ripícolas														
UOPG MEO1 – Meirinhas														
UOPG PEO1 – Pombal														
UOPG AV – Aldeia do Vale														
Reforçar o papel das sedes de freguesia na rede urbana, dotando-as de um conjunto de funções urbanas, equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas públicas														
Implementação do Programa Parcerias para a Regeneração Urbana														
Construção de passeios na CM 1054 (Pombal - Mouriscas)														
Requalificação Urbana de Governos - Vinagres														
Parque Verde da Cidade de Pombal														
Requalificação Urbana de Flandes - Parque Verde e Desportivo														
Espaço Verde na Quinta da Formiga														
Infraestruturização da Zona Industrial das Meirinhas														
Revitalização / Urbanização da Zona Industrial do Lourçal														
Urbanização da Zona Industrial dos Ramalhais de Baixo - Abiúl														
Implementação do PPIPI														
Requalificação e reestruturação do Centro Histórico da Cidade de Pombal														
Requalificação urbana do centro histórico da Redinha														
Beneficiação e conservação do Castelo de Pombal e Zona Envolvente														
Elaboração do plano de paisagem protegida da Serra de Sicó														
Integração na Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego														
Considerar e estabelecer servidões administrativas para os recursos hidrogeológicos, nomeadamente perímetros de proteção de captações e nascentes														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Definição de perímetros de proteção para todas as captações de abastecimento de água concelhia														
Construção e dinamização do CIMUSICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, no âmbito do turismo sustentável e ecoturismo e dos desportos de montanha													**	
Cartografar e monitorizar os perigos afetos ao território, definindo a probabilidade de ocorrência e expressão territorial														
Desenvolver estudos e investigação sobre o impacto das ondas de calor e frio na saúde pública, nomeadamente nos grupos de risco														
Elaborar o "Estudo de drenagem de águas pluviais a nascente da cidade de Pombal", associado à criação de uma bacia de retenção e aumento da capacidade de escoamento														
Limpeza e beneficiação das margens do rio Arunca e seus afluentes no Concelho														
Regularização do Rio Arunca entre a IC2 (EN1) e a ETAR de Pombal														
Requalificação das margens do rio Arunca entre a ponte das Barrocas e a ponte da central de Camionagem														
Analisar e avaliar a vulnerabilidade sísmica dos parques industriais, envolvendo a componente estrutural, de máquinas e equipamentos														
Identificar e monitorizar as áreas com maior declive e maior risco de deslizamento, com vista a prevenir e minimizar eventuais danos														
Avaliar e identificar movimentos de vertentes associados à falta de consolidação dos materiais nos taludes das vias que atravessam o concelho														
Sinalizar todas as cavidades naturais existentes na Serra de Sicó evidenciando as suas principais características e o grau de perigosidade a elas associado														
Identificação, avaliação e monitorização das explorações de lignito abandonadas, num quadro de estabilização e contenção, retenção e tratamento de águas e efluentes														
Caracterização geológica, hidrogeoquímica e hidrogeológica das explorações de lignito, visando a implementação de indicadores de controlo ambiental, com a definição de hierarquias de intervenção														
Construção, reparação e beneficiação de pontões e pontes em risco de colapso														
Promover o levantamento e análise dos riscos associados a unidades ou estabelecimentos industriais e comerciais, assim como a rede de gasoduto, visando implementar medidas de proteção e alerta mais eficazes e melhorar a capacidade de intervenção em acidentes com matérias perigosas														
Concretizar faixas de segurança e faixas de descontinuidade de carga combustível de forma a impedir incêndios ou acidentes com repercussões internas														
Implementar programas específicos e ações que visem a realocação de unidades ou estabelecimentos que não ofereçam condições de segurança														
Rever o Plano de Emergência Externo à REN Armazenagem														
Identificação e monitorização dos edifícios em risco de colapso														
Promover a reconstrução e reabilitação de edifícios degradados e em risco de colapso														
Elaborar Planos de Segurança e Emergência para os centros históricos														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Regulamentar a gestão ativa dos espaços florestais, de modo a aumentar o nível de segurança de pessoas e bens em relação aos incêndios florestais														
Implementação de faixas de gestão de combustível no interface rural/ urbano e em torno de perímetros de elementos relevantes expostos, nomeadamente infraestruturas, património e parques e polígonos industriais														
Identificar a rede viária existente, de acordo com o disposto na legislação em vigor, procedendo à sua setorização, maximizando o tempo de resposta, com recurso à ferramenta SIG														
Dar cumprimento ao PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, procedendo, não só à sua revisão anual, como à atualização, quando necessário, da carta de risco de incêndio														
Implementar o Regulamento Municipal de Ordenamento Florestal														
Desenvolvimento de um programa de monitorização ambiental do concelho, através de uma base de indicadores de controlo de qualidade do ambiente														
Delimitação de Zonas de Proteção a Captações de Água														
Definir regras à instalação de aterros de resíduos industriais banais (RIB) e de resíduos sólidos urbanos (RSU)														
Identificação de locais passíveis de deposição e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD)														
Identificação, extinção e recuperação de vazadouros ilegais														
Valorização agrícola do vale do rio Arunca, do Anços e ribeira de Carnide														
Melhorar as acessibilidades às propriedades agrícolas: beneficiação/ construção de caminhos rurais														
Emparcelamento da propriedade agrícola														
Elaborar o cadastro da propriedade recorrendo ao parcelário														
Construção/beneficiação de infraestruturas que estruturam e valorizam o espaço florestal														
Constituição de Zonas de Intervenção Florestal														
Impulsionar a reorganização fundiária, tendo como base relevante, as figuras jurídicas “reservas de caça” e “ZIF”														
Promover a elaboração de Planos de Gestão Florestal														
Articular políticas de gestão e ordenamento florestal com políticas energéticas (central de biomassa)														
Criar e executar planos de gestão para as áreas florestais públicas, tomando como base o tipo de gestão florestal praticado na Mata Nacional do Urso, tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados														
Criação de uma estrutura de administração e captação de investimento para os Parques Industriais														
Promover e assegurar o investimento privado na construção da Plataforma Logística de Pombal, no âmbito do CENTROLOGIS – Centro Logístico do Litoral														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Implementação do Parque Tecnológico de Pombal														
Criação de um pólo empresarial intermunicipal														
Reestruturação dos parques industriais no sentido de acomodar maior diversidade de unidades produtivas														
Construção e dinamização do parque de campismo ecológico da Mata Nacional do Urso, no âmbito do projeto ECOMATUR														
Implementar o projeto de valorização da Praia do Osso da Baleia (PROA), garantindo a manutenção da Bandeira Azul e Praia Acessível														
Criação de um gabinete que crie sinergias entre investidores e a administração local														
Requalificação do Parque de Estacionamento na praia do Osso da Baleia														
Requalificação da casa da Guarda Norte														
Requalificação dos espaços públicos da Aldeia do Vale														
Elaborar um Plano de Promoção Turística que permita articular e promover a programação de eventos, de modo a garantir a calendarização da animação cultural ao longo do ano														
Pombal - Centro Nacional de Atletismo no inverno														
Desenvolvimento do Site "Turismo Mar e Serra"														
Disponibilizar habitação a casais jovens que pretendam fixar-se no concelho														
Reabilitação de edifícios degradados, nos centros históricos, destinados ao mercado de arrendamento a custos controlados														
Beneficiação de Bairros Sociais														
Habitação Social nas Freguesias														
Divulgação mensal da agenda cultural de eventos do município														
Promover em todas as escolas do concelho educação ambiental e programa Ecoescolas														
Criação e disponibilização de ATL e prolongamentos em todas as freguesias do concelho														
Disponibilização de transporte escolar gratuito ou a custos reduzidos														
Elaboração do Plano Municipal para a Juventude														
Constituição de uma "comissão social", em cada freguesia, com o intuito de identificar e apoiar situações de carência social														
Implementação do Plano de Desenvolvimento Social concelhio														
Criação e promoção de "Lojas Solidárias"														
Elaboração do plano de ação para a inclusão social dos imigrantes														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Criação da Loja Social														
Dinamização do PEPAL - Programa de Estágios na Administração Local														
Recuperação de edifícios escolares desativados														
Ampliação do Centro de Saúde de Pombal														
Construção do Centro de Saúde de Almagreira														
Ampliação e Remodelação da Extensão de Saúde da Guia														
Elaboração e Implementação da Carta Desportiva, tendo em consideração uma visão estratégica para a atividade desportiva														
Construção da Nova Piscina de Ar Livre														
Concluir a rede de Gimnodesportivos, com a construção do pavilhão para servir as freguesias de Guia, Mata Mourisca e Ilha														
Beneficiação da Piscina Coberta Municipal														
Beneficiação e Reparação de Pavilhões Gimnodesportivos														
Beneficiação do Polidesportivo e Parque Radical da Zona Desportiva de Pombal														
Beneficiação e Conservação do Estádio Municipal de Pombal														
Requalificação de Campos de Associações Desportivas														
Revisão da Carta Educativa de Pombal, e conseqüente reorganização da rede escolar, em conformidade com o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar														
Construção, Reparação e Beneficiação de Jardins de Infância														
Beneficiação, Reparação e Conservação de Edifícios Escolares do 1.º Ciclo do ensino básico														
Ampliação e Beneficiação da ETAP														
Centro Escolar das Meirinhas														
Centro Escolar da Ilha														
Centro Escolar da Guia														
Centro Escolar de Santiago de Litém														
Centro Escolar de Vila Cã														
Centro Escolar de Almagreira														
Centro Escolar da Pelariga														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Centro Escolar da Mata Mourisca														
Centro Escolar do Lourçal														
Sede da APRAP – Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal														
Construção da Casa de Abrigo														
Núcleo Monográfico Carlos Alberto da Mota Pinto														
Centro Cultural do Lourçal														
Núcleo Etnográfico de Almagreira														
Desenvolver o projeto do Museu Nacional dos Equipamentos dos Bombeiros e do Pinhal e da Resina (Núcleo Sede, Núcleo da Indústria Resineira, Núcleo Arqueológico, Núcleo do Equipamento do Bombeiro e Reservas Museológicas) - Museu Municipal de Pombal														
Construir um Corredor Ecológico Ribeirinho ao longo do rio Arunca, entre Albergaria dos Doze e Almagreira, composto de espaços de lazer, zonas verdes, circuitos de manutenção, ciclovias, campos de jogos, jardins e parques de merendas														
Parque Fluvial do Açude														
Rede de Pistas Cicláveis														
Beneficiação da Biblioteca Municipal														
Beneficiação do Teatro-Cine de Pombal														
Beneficiação do Centro Cultural de Pombal														
Beneficiação do Arquivo Municipal														
Beneficiação do Núcleo Monográfico Marquês de Pombal														
Beneficiação do Núcleo de Arte Popular Portuguesa														
Construção e Beneficiação de Zonas de Lazer e de Recreio														
Construção, Beneficiação e Manutenção de Parques Infantis														
Casa da Juventude														
Criação de uma unidade de formação de âmbito regional, promovido pelos Bombeiros Voluntários de Pombal														
Criação do Centro Municipal de Proteção Civil														
Reparação e Beneficiação do Posto da GNR de Pombal														
Execução de novos edifícios e/ou adaptação de edifícios existentes para serviços da administração central e local, nomeadamente o Serviço de Finanças de Pombal														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Construção, Ampliação e Beneficiação de Cemitérios														
Beneficiação e Reparação do Centro de Recolha Animal														
Elaboração e implementação do Plano Local para a Promoção da Acessibilidade (PLPA), na cidade de Pombal, bem como do Plano Municipal para a Promoção da Acessibilidade														
Plano Local para a Promoção da Acessibilidade														
Plano Municipal para a Promoção da Acessibilidade														
Promover a elaboração de um Plano de Mobilidade e Transportes														
Implementar uma política de gestão eficiente de parques de estacionamento disponíveis														
Rotunda no IC2/EN1 ao km 149,510 de acesso à Zona Industrial da Formiga (antigas Oficinas Municipais)														
Implementar a rota "PombusNight"														
Ampliar o Serviço de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal (POMBUS)														
Construção do Parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde														
Construção do Parque de Estacionamento do Largo S. Sebastião														
Projeto de Abastecimento de Água integrado a partir da captação da Mata do Urso														
Implementar o sistema de abastecimento de água em alta a partir do aquífero Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso).														
Construção da Conduta Adutora entre a Mata do Urso e a Caxaria														
Construção da Conduta Adutora, Est. Elevatória e Reservatórios entre Caxaria e o Parque Industrial Manuel da Mota														
Construção da Estação de Tratamento da Mata do Urso														
Abastecimento de Água à Ranha e Lugares Limítrofes														
Construção dos Reservatórios e Equipamento Eletromecânico nas Ranhas														
Abastecimento de Água ao Travasso-Flandes														
Substituição da Adutora do Ourão														
Emissário da Formiga														
Emissário de Carnide - Ilha - Louriçal														
Emissários do Carriço - Louriçal (E.2, E.2.1, E.2.2 e E.2.2.1)														
Emissário e da nova ETAR da Redinha														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Construção da ETAR e emissários da Pelariga-Almagreira														
Construção dos Subemissários de Albergaria dos Doze e Rede de Saneamento de Fontinha (Vila Cã)														
Construção da rede de saneamento e Estação Elevatória de Seixo / Lagoa														
Construção da Estação Elevatória do Outeiro Martinho														
Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia														
Construção de rede de saneamento de Santiais e limítrofes e Emissário de Albergaria, Santiago e São Simão														
Remodelação / Ampliação da ETAR de Pombal														
Construção de redes e ETAR de Alhais e Lugares Limítrofes														
Beneficiação das Infraestruturas do Parque Industrial Manuel da Mota														
Beneficiação e Ampliação das Infraestruturas do Parque Industrial da Guia														
Beneficiação das Infraestruturas da Zona Industrial da Formiga														
Implementação de um centro de recolha por freguesia, no qual se concentre a recolha de monstros, de verdes e de resíduos de construção														
Implementação de uma rede de recolha de óleos usados, com a instalação de, pelo menos, um ponto de recolha em cada freguesia, junto ao ecoponto mais utilizado														
Promover uma solução de depósito e tratamento de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)														
Implementar o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia para o concelho de Pombal, procurando dotar todo o concelho de toponímia e número de polícia														
Ligação Rodoviária do IC8 à Estrada Atlântica														
Requalificação urbana da EN 237 desclassificada (Alto do Cabaço/Barco)														
Redimensionamento da EN 1-6														
Requalificação do CM 1045 (EN 237 - Casal Fernão João - EM 531)														
Variante da EN 109 à Rotunda da A17														
Variante da Zona Industrial da Guia à EN109														
CM1030 (Guia - Outeiro Martinho)														
Rotunda na EN 109														
Caminho e ciclovia de ligação do Grou à Estrada Atlântica														
CM 1017 (Louriçal - Cavadas)														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
CM 1016 (EN 342 - Casais Porto - Valarinho)														
Variante à EN 350 em Albergaria dos Doze/Eguins														
EM 531-1 (CM 1038 / Marco / Ilha / Guia(EN109))														
CM 1039-1 (CM 1039 - Alto dos Mendes - EM 531)														
EM 529 (IC2 - Almagreira)														
CM 1062 (Marco da Pipa - Pipa - EN 1-6)														
EM 501-1 (Vila Cã - Abiul)														
Intervenções nos Túneis das Ribeiras da Cidade de Pombal														
Construção da Bacia de Amortecimento a Nascente da Cidade de Pombal													*	
Desenvolver um programa de melhoria da eficiência energética em edifícios municipais e espaço público														
Otimizar os percursos dos transportes públicos (autocarros, veículos de recolha do lixo, ...), com o intuito da redução dos consumos de energia nos transportes														
Criação de “via verde” para a apreciação e aprovação de projetos de edificações sustentáveis														
Potenciar a supressão de todas as lâmpadas de mercúrio existentes na iluminação pública, sendo progressivamente substituídas, pelos serviços da EDP, por lâmpadas de sódio, com reduzida taxa de falha e maior durabilidade														
Substituição de luminárias tradicionais, por LED em monumentos e edifícios históricos														
Aquisição de sistemas de instalação de sinalização luminosa LED para a rede municipal														
Reconversão das instalações de sinalização e controlo de tráfego para óticas a LEDs														
Elaborar um Plano de Ação para a Sustentabilidade Ambiental do concelho														
Condicionar o acesso a veículos motorizados às áreas mais sensíveis do litoral, nomeadamente à praia do Osso da Baleia, implementando uma rede de transportes “amigos do ambiente”														
Ações de sensibilização dos cidadãos, das escolas e das empresas para a sustentabilidade														
Campanhas de informação, ações de sensibilização e de educação ambiental da população em geral e, em particular, da população escolar, nomeadamente no âmbito da “Política dos 3R’s (Reduzir, Reutilizar, Reciclar)”														
Educação Ambiental e Programa Eco Escolas														
Sensibilização para a racionalização do consumo de água														
Sensibilização e Informação sobre a Recolha, Tratamento e Reciclagem de resíduos sólidos urbanos														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Sensibilização ambiental para a proteção do Meio Ambiente														
Desenvolvimento de uma plataforma logística associada à promoção integrada da rede de infraestruturas empresariais e logísticas, no contexto regional														
Adaptar a infraestrutura que acolhe o centro de meios aéreos a aeródromo, dotando-a de uma escola aeronáutica														
Atrair equipamentos e funções regionais (Loja do Cidadão, ...)														
Criar uma estratégia de marketing territorial														

 Projetos/ ações que não se encontram executados à data, mas que se mantêm prementes no modelo territorial desenvolvido para o concelho.

* Projeto reformulado

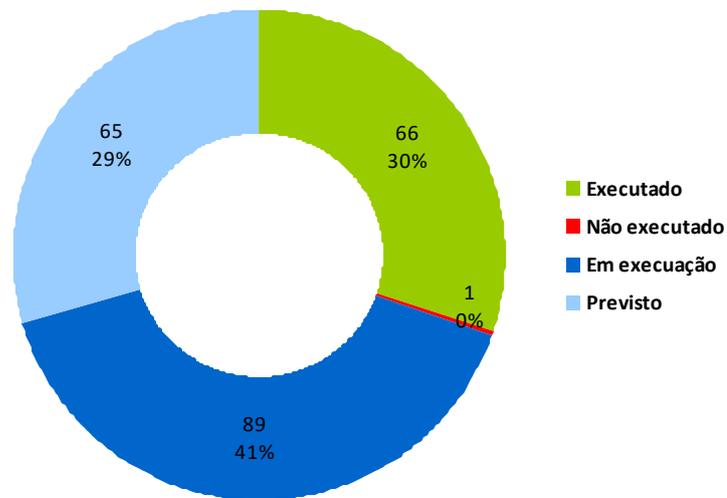
** Passou a designar-se EXPLORE SICÓ

Outros projetos/ ações desenvolvidas no período entre 2015 e 2022

Projetos e ações	Executado	Em Execução	Previsto
ARUs/ ORUs			
Bacia de Retenção			
PEDU/ PAMUS			
ZI "S. Francisco"			
ZI Pombal Sul			
Redefinição das UOPG			
Delimitação das UE			
LAVE			
Aldeias de Calcário			
Paisagem Protegida			
BUPI			

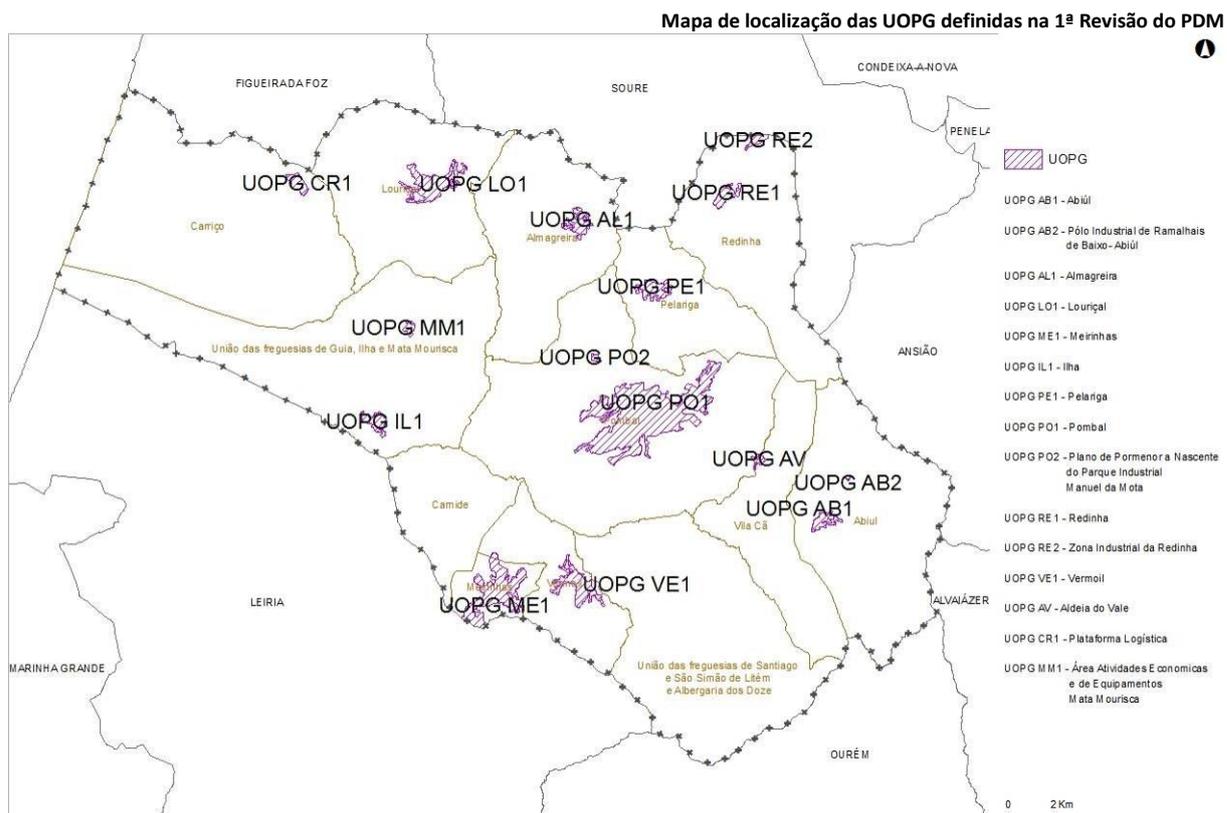
Após 9 anos de implementação e execução da 1.ª revisão ao PDM de Pombal, é possível aferir que das 221 ações apresentadas, 30% já se encontram executadas, 41% encontram-se em execução, e 29% se encontram previstas. Das ações propostas não foi executada 1 ação.

Taxas de execução das ações previstas no Plano



Unidades Operativas de planeamento e Gestão

O PDM estabeleceu 15 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão destinadas ao planeamento mais pormenorizado das áreas por elas abrangidas. Tal como expresso no Plano, estas UOPG's devem concretizar-se através de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou Unidades de execução.



7. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Considerando que, em conformidade com o estipulado no artigo 119.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), "as câmaras municipais devem manter atualizada a relação dos instrumentos de gestão territorial e as servidões administrativas e restrições de utilidade pública especialmente aplicáveis na área do município", e que desde a entrada em vigor do PDM entraram em vigor algumas servidões administrativas e restrições de utilidade pública, no próximo quadro resumem-se as servidões administrativas e restrições de utilidade pública alteradas desde a entrada em vigor do PDM.

Quadro resumo de alterações às servidões administrativas e restrições de utilidade pública (2022)

Designação	Atualização		
	Sim	Não	Novo
RECURSOS NATURAIS			
a. Recursos hídricos			
i. Domínio público hídrico	X		
1. Leito e margens de cursos de água, lagos e lagoas	X		
2. Leito e margem das águas do mar (Domínio público marítimo)	X		
ii. Captações de água subterrânea para abastecimento público	X		
b. Recursos geológicos			
i. Recursos Minerais			
1. Pedreiras (Massas minerais)		X	
2. Áreas cativas e Áreas de reserva		X	
3. Depósitos minerais			
a) Contratos de concessão mineira	X		
b) Salgema – Aproveitamento das cavidades salinas		X	
c) Contratos de prospeção e pesquisa		X	
ii. Recursos hidrogeológicos			
1. Águas de nascente		X	
c. Recursos agrícolas e florestais			
i. Reserva Agrícola Nacional (RAN)		X	
ii. Obras de aproveitamento hidroagrícola		X	
iii. Oliveiras		X	
iv. Sobreiros e Azinheiras		X	
v. Regime florestal	X		
vi. Árvores de interesse público	X		
d. Recursos ecológicos			
i. Reserva Ecológica Nacional (REN)		X	
ii. Rede Natura 2000 – Zona Especial de Conservação de Sicó/Alvaiázere (PTCON0045)	X		
iii. Rede Natura 2000 – Sítio Maceda/ Praia da Vieira (PTCON0063)			X
iv. Rede Natura 2000 – Rede Natura 2000 - Zona de Proteção Especial de Aveiro/Nazaré			X
PATRIMÓNIO			
a. Imóveis classificados e respetiva zona de proteção			
i. Monumento nacional		X	
ii. Interesse público		X	
iii. Interesse municipal		X	
iv. Zona geral de proteção e zona especial de proteção		X	
b. Edifícios e outras construções de interesse público			
i. Zonas de proteção a edifícios e outras construções de interesse público		X	
EQUIPAMENTOS			
a. Defesa nacional			
		X	
INFRAESTRUTURAS			
a. Rede elétrica nacional			
		X	
b. Gasodutos			
		X	

Designação	Atualização		
	Sím	Não	Novo
c. Rede rodoviária			
i. Rede rodoviária nacional e Rede nacional de autoestradas			
1. Rede nacional fundamental		X	
2. Rede nacional complementar		X	
3. Rede nacional de autoestradas		X	
ii. Estradas regionais, sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S. A.		X	
iii. Estradas nacionais desclassificadas, sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S.A.	X		
iv. Rede municipal			
1. Estradas regionais, sob jurisdição da Câmara Municipal	X		
2. Estradas nacionais desclassificadas, sob jurisdição da Câmara Municipal		X	
3. Estradas municipais e Caminhos municipais		X	
v. Estruturação hierárquica		X	
d. Rede ferroviária		X	
e. Servidão radioelétrica		X	
f. Vértices ou Marcos geodésicos	X		
ATIVIDADES PERIGOSAS			
a. Estabelecimentos com produtos explosivos		X	
b. Estabelecimentos com substâncias perigosas	X		
RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS			
a. Incêndios florestais	X		
a. Perigosidade de incêndio rural	X		

Foi publicado, sob o Aviso n.º 15686/2017, de 29 de dezembro, uma Alteração por Adaptação à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, referente, entre outros, à atualização das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, desde a entrada em vigor da referida 1.ª revisão.

Encontra-se a decorrer o procedimento de 2.ª Alteração à 1.ª revisão do PDM, onde são atualizadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

8. ANÁLISE SWOT (SISTEMÁTICA)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Excelentes acessibilidades rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aéreas; - Melhoria da qualificação da população residente e indicadores de analfabetismo e abandono escolar com valores baixos; - Oferta formativa e de estabelecimentos escolares que abrangem todos os níveis de ensino obrigatório e todas as freguesias do concelho; - Investimento na melhoria das infraestruturas escolares; - Presença de polo de ensino superior do IPL; - Ensino profissional de qualidade, com oferta adequada às necessidades de mão-de-obra; - Taxa de desemprego abaixo das apresentadas pelos níveis territoriais superiores; - Existência de respostas sociais para crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência - Elevada ocupação florestal, valores naturais e paisagísticos em presença; - Disponibilização de solo para a localização de diferentes usos: habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas; - Tradição e elevada dinâmica empresarial e industrial; - Elevada procura por parte de novas indústrias e empresas; - Elevada taxa de cobertura da rede de abastecimento de água; - Existência de um vasto património histórico, cultural e ambiental; - Existência de equipamentos e serviços estruturantes de âmbito regional (saúde, educação, ...); - Existência de rede municipal de transporte público coletivo (POMBUS); - Aumento da população estrangeira residente, contribuindo para o rejuvenescimento populacional e crescimento efetivo; - Indústria, construção, transportes e armazenagem, comércio e alojamento e restauração são os setores que apresentam uma dinâmica mais impactante e estratégica no território, ao nível do número de empresas, VN, VAB e pessoal ao serviço; - Maior capacidade exportadora que importadora, sendo o comércio internacional essencialmente proveniente da UE e de matérias relacionadas com metais, produtos da indústria química e plásticos; - Existência de infraestruturas de apoio às empresas, como parques empresariais estruturantes e outros de menor dimensão, bem como entidades de apoio ao setor; - Paisagem natural e clima propícios ao turismo de natureza; 	<ul style="list-style-type: none"> - Padrões de urbanização difusa e povoamento de forma dispersa; - Diminuição da população residente e elevado envelhecimento populacional; - Prevalência de níveis de ensino baixos (abaixo do atualmente obrigatório) na maioria da população residente; - Decréscimo da taxa de natalidade; - Ratio do número de alojamentos por família; - Elevado n.º de empresas maioritariamente de pequena dimensão; - Falta de oferta de lotes industriais; - Inexistência de um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; - Escassez de respostas habitacionais adequadas às diferentes tipologias de agregados e níveis de rendimento; - Elevada proporção de inscritos nos CSP sem médico de família; - Estabilidade do poder de compra <i>per capita</i>, inferior ao observado a nível sub-regional, regional e nacional; - Entidades de apoio ao tecido económico local com uma dinâmica pouco impactante na atração e captação de investimento; - Pouca oferta de equipamentos de alojamento turístico, nomeadamente de segmento médio/ superior; - Excessiva centralização de eventos culturais, desportivos e de lazer na sede de concelho; - Infraestruturas desportivas com défices de manutenção e algumas com pouca capacidade de público, criando constrangimentos no desenvolvimento e captação de eventos de maior dimensão; - Pouco impacto no desenvolvimento socioeconómico concelhio dos eventos desportivos de maior dimensão, nomeadamente pela pouca oferta de alojamento; - Poluição do rio Arunca e outros cursos de água; - Território propício a riscos, nomeadamente incêndios florestais, devido à sua orografia, e acidentes rodoviários; - Despesas municipais em ambiente inferiores às escalas territoriais de nível superior; - Aumento do consumo de água por habitante e elevadas perdas nos sistemas de abastecimento de água; - Orografia é um constrangimento no alargamento da rede de saneamento de águas residuais; - Presença de descargas efetuadas para os cursos de água, contribuindo para a sua poluição;

<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da capacidade de alojamento, nomeadamente de alojamento local; - Capacidade para atração e realização de eventos desportivos de escala nacional e internacional; - Crescente afirmação da gastronomia local e recursos endógenos; - Boas infraestruturas e equipamentos de fruição cultural (museus, Teatro cine, Casa Varela); - Evolução positiva do número de visitantes do território no período pré-pandemia; - Existência de um Plano de Desenvolvimento Turístico. - Existência de um número considerável de clubes desportivos reconhecidos pela prática e formação desportiva; - Existência de complexo desportivo na cidade de Pombal e equipamentos para a prática desportiva nas freguesias; - Realização de eventos desportivos de âmbito nacional e internacional; - Condições favoráveis à prática de desportos de natureza; - Elevada qualidade da água para consumo público; - Tendência de diminuição das perdas de água; - Consumo de água por habitante inferior ao nível nacional, regional e sub-regional; - Investimentos municipais na melhoria da rede de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais; - Aposta na sensibilização para o uso eficiente dos recursos e educação ambiental; - Aumento da deposição dos resíduos urbanos biodegradáveis em aterro; - Existência de empresa municipal que garante a manutenção e limpeza do espaço público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência de diminuição da qualidade do ar na zona Centro Litoral; - Impacto ainda pouco relevante na recolha seletiva de resíduos e reciclagem.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Posicionamento geoestratégico no território regional e nacional; - Adaptação do Plano Diretor Municipal ao novo RJIGT; - Visão integrada das condicionantes existentes como forma de valorização ambiental do território e desenvolvimento do modelo territorial; - Delimitação de ARU's e ORU's; - Novo quadro comunitário 2030; - Número de alojamentos excedentários; - Consciencialização da população para a preservação da qualidade ambiental, sustentabilidade e economia circular; - Incentivos à mobilidade sustentável e de baixo teor de carbono; - Apoios nacionais e comunitários no âmbito da melhoria das acessibilidades e da conectividade e no âmbito da melhoria e reforço do parque habitacional público e das respostas habitacionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Difusão das atividades económicas pelo território; - Aumento da poluição associada à atividade industrial; - Risco de acidentes industriais e no transporte de mercadorias perigosas (Ferrovia e Rodovia); - Pressão urbanística sobre as localizações dos valores ecológicos presentes; - Eventos climáticos extremos, com destaque para os relacionados com precipitação excessiva: cheias, inundações e deslizamentos de terras; de temperaturas elevadas/ ondas de calor; - Aumento da competitividade dos territórios limítrofes; - Linha ferroviária de Alta Velocidade sem paragem em Pombal; - Concorrência de destinos turísticos de proximidade; - Dificuldades de comunicação e articulação com as entidades regionais e nacionais; - Dificuldade de retenção e fidelização de visitantes a

<ul style="list-style-type: none">- Políticas e estratégias nacionais e regionais promotoras de um envelhecimento ativo e saudável;- Crescente interesse pela prática desportiva associada ao bem-estar e qualidade de vida;- Turismo desportivo em ascensão;- Apoios e políticas de apoio à fixação e integração da população migrante;- Criação de Unidade Local de Saúde para a Região de Leiria;- Apoios à digitalização das empresas;- Apoios ao empreendedorismo;- Crescimento evidente da procura pelo turismo de natureza e pela valorização e preservação dos valores naturais – afirmação de produtos de nicho.	<p>destinos e marcas;</p> <ul style="list-style-type: none">- Infraestruturas desportivas nos concelhos de proximidade, capazes de reter eventos de maior dimensão.
--	---

9. SÍNTESE CONCLUSIVA

O REOT – Monitorização 2022, procurou monitorizar e avaliar o grau de concretização dos objetivos e ações preconizadas e que estiveram subjacentes à definição e determinação do modelo territorial definido para o concelho de Pombal plasmado na 1.ª Revisão do PDM, desde a sua entrada em vigor, em 2014.

Incide, pois, sobre um hiato temporal marcado por alterações significativas, não só no âmbito do quadro de referência legal e estratégico em matéria de ordenamento do território, mas também no âmbito social, económico, ambiental e cultural, o que coloca em causa algumas propostas, premissas e conceitos plasmados no PDM em vigor, único instrumento de planeamento e gestão do território em vigor no território concelhio.

No âmbito do quadro de referência legal e estratégico, a publicação, da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), em 2014, e, do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em 2015, corresponde a um momento de mudança entre o quadro de referência que vigorou durante 15 anos, ao abrigo do qual foi elaborada a 1.ª Revisão do PDM, e um novo quadro, assente num modelo coerente de ordenamento do território capaz de assegurar a coesão territorial e a correta classificação do solo, minimizando a dispersão territorial em solo rural/ rústico e potenciando a consolidação dos perímetros urbanos.

De facto, a LBGPPSOTU e o RJIGT instituem um novo sistema de classificação do solo, impondo a obrigatoriedade de os planos municipais integrarem as novas regras de classificação do solo, inicialmente até 14 de julho de 2020, e posteriormente até 31 de dezembro de 2023, bem como a obrigatoriedade da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da manutenção do solo, inicialmente integrado em solo urbanizável, em solo urbano, e na transformação do solo rústico em urbano, através da análise de indicadores económicos, demográficos, sociais, urbanísticos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano.

De referir que as novas regras de classificação do solo foram integradas na 1.ª revisão do PDM de Pombal, no âmbito do procedimento de 2.ª alteração, atualmente a aguardar publicação em Diário da República.

Aqueles dois diplomas integram, ainda, um outro conjunto de orientações, a serem consideradas numa futura dinâmica dos planos municipais, tais como a obrigatoriedade dos planos integrarem orientações para a sua execução, nomeadamente no que respeita à identificação, à programação das

intervensões consideradas estratégicas, com a estimativa dos custos individuais e dos respetivos prazos de execução, à ponderação da viabilidade jurídico-fundiária e da sustentabilidade económico-financeira das propostas, à definição dos meios e dos sujeitos responsáveis pelo financiamento e à estimativa da capacidade de investimento público.

No âmbito do quadro referência legal e estratégico atente-se, ainda para os seguintes diplomas:

- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional;
- Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de setembro, que procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo;
- Decreto Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que altera o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e estabelece que as delimitações da REN devem conformar-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco anos e para a recente publicação;
- e
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que estabelece o sistema de gestão de fogos rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento, o qual, entre outras disposições, define condicionamentos à edificação dentro e fora, do que designa por áreas prioritárias de prevenção e segurança (territórios correspondentes às classes de perigosidade “alta” e “muito alta” identificados na carta de perigosidade de incêndio rural).

A nível estratégico ocorreram, dos últimos 9 anos, alterações em planos e ou programas de hierarquia superior, de âmbito nacional e regional, de incidência territorial no município de Pombal, o que é fundamental ter em consideração, atendendo a que a 1.ª Revisão do PDM em vigor data de 2014.

Neste âmbito, a publicação da 1.ª Revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), em 2019, introduziu um novo modelo territorial e novos desafios às políticas de ordenamento, bem como um conjunto de diretrizes a serem consideradas nos planos e programas de hierarquia inferior, como é o caso do PDM.

Entre outros aspetos, o PDM deve ter um conteúdo estratégico reforçado e limitar o conteúdo regulamentar, adotar orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um ordenamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão, e estabelecer princípios e regras gerais da

reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem a estratégia bem como o modelo de organização territorial definido.

Ainda neste campo, entrou em vigor o Plano de Gestão da Região Hidrográfica (RH4) do Vouga, Mondego e Lis (2016), o Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Região Hidrográfica (RH4) do Vouga, Mondego e Lis (2016) e mais recentemente, em 2019, o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, que estabeleceu normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, daqui decorrendo a sua adequação no âmbito do procedimento de 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM, em curso.

Atualmente encontram-se em curso os procedimentos de revisão do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis e do Plano de Gestão de Riscos e Inundações daquela mesma Região Hidrográfica, e em elaboração o Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) que se prevê esteja concluído no final do ano 2024.

Note-se que este programa, à data designado de plano, teve uma versão concluída em 2010, que pese embora nunca tivesse sido publicada, assumiu-se como referencial na definição dos perímetros urbanos e nas regras de ocupação, uso e transformação do solo.

O período que se seguiu à publicação da 1.ª Revisão do PDM foi também marcado por significativas evoluções e subseqüentes evoluções sociais, económicas, ambientais, e culturais que representam novos desafios ao modelo de planeamento e à gestão programada do território municipal.

Destaca-se a situação demográfica do município, que regista um decréscimo populacional nos últimos períodos intercensitários (pese embora se tenha verificado, nos últimos anos, um aumento da taxa de crescimento migratório), daqui decorrendo o progressivo envelhecimento da população residente, a diminuição de população em idade ativa, a estabilização da taxa de natalidade, entre outras dinâmicas demográficas associadas. Neste sentido, será essencial desenvolver esforços no sentido de fomentar a atração e fixação da população, especialmente de jovens ativos, sendo certo que a inversão da situação existente estará muito dependente do papel proativo no desenvolvimento de atividades económicas que permitam alterar a dinâmica de saída, atualmente registada.

No contexto económico, Pombal tem vindo a acompanhar a recuperação económica nacional, com efetivo aumento do número de empresas no território, a incidir essencialmente na indústria transformadora, comércio e construção, assim como, um elevado aumento do volume de negócios por empresa. A fixação e captação de novos investidores, é e deve continuar a assumir-se como um desígnio municipal, sendo, para tal, necessário promover a disponibilização de novas áreas devidamente infraestruturadas de localização estratégica, capazes de promover o desenvolvimento

sustentável do território, contribuindo assim para o modelo de organização do sistema urbano municipal.

No âmbito ambiental as políticas de ordenamento do território deverão ser determinantes na mitigação dos riscos existentes no território concelhio, devendo integrar, entre outras questões, as associadas às alterações climáticas, à transição energética e neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050, assim como, as associadas à economia circular.

Ao nível da execução do PDM, após 9 anos de implementação e execução da 1.ª revisão ao PDM de Pombal, é possível aferir que das 221 ações apresentadas, 30% já se encontram executadas, 41% encontram-se em execução, e 29% se encontram previstas. Das ações propostas não foi executada 1 ação.

Neste contexto evolutivo é essencial que o PDM continue a assumir-se como o instrumento estratégico essencial no desenvolvimento territorial municipal, no garante da política municipal de solo, no ordenamento do território e no urbanismo, na determinação do modelo territorial municipal, nas opções de localização e gestão de espaços, equipamentos e infraestruturas, nas relações de interdependência com municípios contíguos, articulando, integrando e congregando as orientações emanadas por IGT's de ordem superior.

A 1.ª Revisão do PDM assumiu como estratégia “dinamizar de forma sustentada os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à promoção turística e à competitividade económica, por forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população”, tendo definido como grandes objetivos “Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico; Assumir Pombal como um destino do turismo de natureza; Valorizar de forma integrada os recursos naturais; e Melhorar a qualidade de vida da população”.

Importa agora robustecer o Plano em vigor, valorizando e integrando, entre outras questões, a sua importância:

Na preparação do território, em termos de equipamentos, serviços e atividades destinados a uma população mais envelhecida, a par da manutenção e potenciação da oferta destinada à população mais jovem, potenciado a sua fixação e permanência, e assim favorecer o sentimento de comunidade e melhorar a qualidade de vida dos munícipes de forma equitativa;

Na ponderação das áreas rurais e urbanas (solo rústico e solo urbano), sem uso ou com usos desadequados, para as cadeias de valor económico e social;

Na promoção de boas práticas e determinação de soluções sustentáveis de base natural (espécies e culturas, proteção do solo, infraestruturas verdes, desenho do espaço público, climatização natural);

Na visão prospetiva do território em matéria de desenvolvimento económico-tecnológico e gestão e valorização dos recursos territoriais, naturais e patrimoniais, em presença;

Na potenciação de novas formas de acessibilidade, mobilidade, conforto habitacional, “facilidades comunitárias”, bem-estar e felicidade.

Face ao que antecede e da análise realizada no presente REOT, pode concluir-se que quase uma década após a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM, **justifica-se a revisão deste instrumento de gestão territorial**, determinante para a estratégia de atuação e para o modelo de desenvolvimento e de organização espacial do território, vinculativo para a administração e para os particulares, atento a duas premissas essenciais:

1. Alteração significativa do quadro legal e estratégico em matéria de ordenamento do território que esteve subjacente à elaboração da atual versão do PDM, o qual coloca em causa algumas propostas, conceitos e ações aí definidas.

De referir que estão em alteração e elaboração planos e programas de hierarquia superior, como é o caso do PROT C, que não poderão ser descurados no exercício do planeamento à escala municipal, devendo os mesmos ser devidamente entrosados com o eventual procedimento de 2.ª Revisão do PDM;

2. Evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que fundamentaram as opções definidas na 1.ª Revisão do PDM, sendo que a próxima revisão do PDM deverá definir uma estratégia e modelo de desenvolvimento territorial capaz de correlacionar o disposto no novo RJIGT, com o conjunto de desafios que se colocam, na atualidade, ao processo de planeamento e gestão urbanística, bem como ao desenvolvimento económico do território.

Neste sentido, as **premissas e o modelo de desenvolvimento** a preconizar no âmbito da próxima revisão do PDM, deverão assentar:

a) Na valorização sustentável dos recursos naturais, da identidade do território, do património, da cultura e tradições, potenciando os recursos endógenos num território

- que se quer singular;
- b) Na resposta ao desafio colocado pelas alterações climáticas, pela transição energética e pelo desígnio nacional da neutralidade carbónica da economia;
 - c) Nas pessoas e nas comunidades, garantindo qualidade de vida, maior igualdade de oportunidades e inclusão integral de todas as gerações, numa visão de atratividade e fixação da população;
 - d) Na diversidade e sustentabilidade da base económica, com um reforçado espírito criativo e inovador, associado à qualificação contínua da população;
 - e) No reforço da nucleação/ densificação da edificação, contenção da edificação em solo rústico, redução da pendularização e reaproveitamento de espaços abandonados, vagos ou livres em meio urbano;
 - f) No reforço dos mecanismos de promoção da reabilitação urbana e da qualificação do espaço público;
 - g) Na definição de políticas de desenvolvimento turístico, a partir da valorização da oferta existente;
 - h) Numa política de transportes orientada para novos paradigmas e novas soluções de mobilidade e logística urbana, sustentáveis, flexíveis, complementares e integradas;
 - i) Na valorização, salvaguarda e reforço da atual rede de espaços verdes e corredores ecológicos à escala municipal, bem como na valorização da paisagem;
 - j) Na potenciação da posição geográfica de Pombal, para uma centralidade económica, cultural, desportiva e turística;
 - k) Na definição de uma programação criteriosa, realista e sustentável do ponto de vista económico-financeiro de ações estruturantes para o desenvolvimento do território;
 - l) Na promoção de uma participação cidadã ativa, visando a adoção de uma metodologia claramente participativa e continuada ao longo do processo de elaboração do plano.

10. ANEXOS

Indicadores de Avaliação e Monitorização da Declaração Ambiental

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
FCD 1 - Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais								
Conservação da Natureza								
Número de habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, inseridos na área do concelho abrangida pelo SIC Sicó/Alvaiázere	n.º	ICNF/PDM	-	21	2013/PDM	Manter	= 21	2022
Área ocupada por habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 inseridos na área do concelho abrangida pelo SIC Sicó/Alvaiázere	ha	ICNF	-	3 023,9	2013/PDM	Manutenção ou aumento da área em 10% no prazo de 10 anos	= 3 023,9	2022
Espécies de flora e fauna de interesse comunitário, integrados na Rede Natura	n.º	ICNF	-	29	2013/PDM	Manter	= 29	2022
Implementação do Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional do Urso	-	ICNF	PGF	-	-	De acordo com o PGF	O referido PGF não se encontra em vigor, uma vez que foi substituído por novo PGF no ano de 2022	2022
Património								
Árvores de Interesse Público e Referenciadas	n.º	PDM	-	4 classificadas 5 (4 + 1) referenciadas	2013/PDM	Manter / Aumentar	↓ 3 classificadas (2022) + 1 Vila Cã / - 2 Carrigo (Incêndios florestais 2015)	2022
Imóveis Classificados e em Vias de Classificação	n.º	PDM	-	14	2013/PDM	Aumentar	GPU	
Sítios Arqueológicos	n.º	PDM	-	1	2013/PDM	Manter / Aumentar	=	2022
Património Paleontológico	n.º	PDM	-	1	2013/PDM	Manter	↑	2022
Definição formal de geossítios	n.º e locais	PDM	-	1	2013/PDM	No prazo de 10 anos, estabelecimento formal dos geossítios do concelho, incluindo estratégias de proteção, conservação e valorização	= 1	2022
Ações de educação ambiental	n.º e locais	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, desenvolver, pelo menos, uma ação anual de educação ambiental que inclua o património geológico e geomorfológico do concelho	↑ "À Descoberta da praia do Osso da Baleia" Anual Praia do Osso da Baleia no âmbito do programa Bandeira Azul XV Encontro de Jovens Investigadores em Paleontologia (EJIP),	2014-2022

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
							Pombal, 19 a 22 de abril de 2017	
Estudos de investigação patrocinados pelo município	n.º e locais	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, contribuir para o desenvolvimento de, pelo menos, dois estudos de investigação sobre o património paleontológico do concelho	"The Andrés fossil site: An Upper Jurassic continental ecosystem" (2017) https://museus.ulisboa.pt/pt-pt/node/495 (2015) https://museus.ulisboa.pt/pt-pt/node/1656 (2017)	2014-2022
Recursos Hídricos								
Qualidade das águas superficiais (Rio Arunca, Ribeira de Carnide e Rio Nabão)	A - Excelente / ... / E - Muito Má	SNIRH	-	Rio Arunca: C - Razoável Ribeira de Carnide: D - Má Rio Nabão: C - Razoável	2009/SNIRH	Melhorar	↑ Rio Arunca: Razoável Ribeira de Carnide: Razoável Rio Nabão: Razoável	2022
Qualidade da água da zona balnear Osso da Baleia	Classes: Má, Aceitável, Boa e Excelente	APA	-	Excelente	2013/PDM	Manter	= Excelente	2022
Água captada de captações com perímetros de proteção ou albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	%	CMP	-	24,5	2011	≥ 95%, no prazo de 10 anos	↑ 91,66	2022
Captações de água subterrânea e nascentes de água potável abrangidas por perímetros de proteção	n.º	PDM	-	23	2013/PDM	Manter / Aumentar	↓ 8 captações em funcionamento, das quais 4 com perímetros de proteção publicado	2022
Manutenção de uma base de dados atualizada que reúna informação relativa às principais fontes de poluição pontual e difusa	-	CMP	-	-	-	Atualização anual	*	*Alterar indicador, uma vez que a mesma não se

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
								encontra elaborada
Estudos hidrogeológicos patrocinados pelo município	n.º e objetivo do estudo	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, contribuir para o desenvolvimento de pelo menos um estudo sobre as massas de água subterrânea mais pressionadas	1. "Estudo hidrogeológico para definição dos Perímetros de Proteção do Sistema de Captações (furos) para Abastecimento Público de Água da Mata do Urso" (Sistema Aquífero Leirosa - Monte Real) - Realizado pelo Departamento de Ciências da Terra, da FCT da Universidade de Coimbra; Ano de 2013; publicações decorrentes do mesmo - Portaria 6/2015 de 9.01.2015; Declaração de Retificação nº11/2015 de 10.03.2015; 2. Estudo hidrogeológico/piezometria para integrar processo de legalização e ampliação do Cemitério de Claras (Sistema Aquífero do Lourçal) - Realizado pela CMP; Ano de 2019	2015 2019
Ações de sensibilização sobre a influência das atividades humanas na degradação da qualidade e na afetação da quantidade de água subterrânea disponível	n.º	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, desenvolver pelo menos duas ações	↑ 1. Ação de sensibilização "A importância da água! Como poupar água!" – periodicidade anual 2. Comemoração do Dia Mundial da Água – 22 de março - disponibilização de folhetos/materiais pedagógicos, visitas guiadas à ETA da Mata do Urso e/ou à ETAR da Guia, ações de sensibilização nas escolas, etc. – periodicidade anual	2014-2022

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
Geologia e Geomorfologia								
Manutenção da base de dados de recursos geológicos	-	CMP/Concessionários	-	-	-	Atualização anual	= Manutenção dinâmica/em permanente atualização	-
Recuperação ambiental de antigas explorações de recursos geológicos	ha	CMP/Concessionários	-	20,4	2013/PDM	Aumentar	Em fase de quantificação	-
FCD 2 - Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território								
Vulnerabilidade Ambiental								
Intervenções associadas à prevenção e minimização dos riscos de cheia e salvaguarda do domínio hídrico	n.º, tipo de intervenções e área (m ²)	CMP	-	-	-	≥ 1 / Ano	1 anual – limpeza de cursos de água (aprox. 20.000m ²)	2022
Área impermeabilizada da bacia hidrográfica, situada a montante da zona onde se verifica inundação	ha	PDM	-	Área impermeabilizada das bacias no concelho: Mondego = 8060ha Lis = 619ha Tejo = 656ha Costeiras = 323ha	2013/PDM	Atuação prioritária nestas zonas, ao nível da prevenção e minimização dos riscos de cheia (indicador anterior)	↑ Área impermeabilizada das bacias no concelho: Mondego = 8324ha Lis = 662,4ha Tejo = 660,8ha Costeiras = 323ha	2022
Manutenção de uma base de dados que reúna informação relativa à ocorrência de cheias e inundações, movimento de massa em vertentes, colapso de cavidades, incêndios florestais, acidentes rodoviários, instalação de combustíveis ou armazenagem de produtos explosivos	-	CMP	-	-	-	Atualização anual	BD em desenvolvimento por parte da Proteção Civil (PC)	2022
Movimentos de massa em vertentes e colapso de cavidades	n.º e área afetada (m ²)	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, implementar um programa de monitorização Atualização anual do inventário das características evolutivas dos locais de maior suscetibilidade e dos episódios de instabilidade de vertentes e de colapso de cavidades	1 situação – Catela (1860m ² com anomalias no solo e 500m ² que se movimentaram). BD em desenvolvimento por parte da Proteção Civil (PC)	2022
Intervenções destinadas ao tratamento de situações de instabilidade	n.º, tipo de intervenções	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, efetuar as necessárias intervenções de estabilização em áreas críticas de	Sem informação	2022

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
	ões e área intervenção (m2)					instabilidade que possam colocar em causa a segurança de pessoas e bens		
Implementação de programa de monitorização para acompanhamento do recuo da linha de costa no limite Norte do concelho	m/ano	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, realizar o acompanhamento da evolução de 5 perfis de praia ao longo da linha de costa	*	*Alterar indicador: responsabilidade da APA
População elementos expostos a risco de cheia na cidade de Pombal	(hab) (ha)	PDM	-	4 257 hab 146 ha	2013/PDM	Diminuição do número de habitantes e/ou do número de elementos expostos a risco de cheia	4 180 hab 146 ha	2022
Edifícios a necessitar de intervenções destinadas à melhoria da sua estabilidade e à minimização dos efeitos de um evento sísmico	n.º	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, inventariar áreas críticas e proposta de intervenções necessárias à minimização do risco	Sem informação	2022
N.º de ocorrências e área ardida	n.º ha	SGIF	-	Média: 97 ocorrência 255,5 ha	2005-2012/ICNF	< Média	↑↓ 82 ocorrências; 331ha	2022
Áreas ardidas em EEM Fundamental e Complementar Tipo I	ha/ano	SGIF/PDM	-	1 482	2013/PDM	Diminuir	↑ 0	2021
Áreas ardidas reabilitadas	ha/ano	CMP	-	-	-	> 50	↓ No ano de 2022 foram reabilitados cerca de 18 hectares no talhão 88, na sequência do incêndio que ocorreu no ano de 2017	2022
Estrutura Ecológica								
Manutenção de uma base de dados que reúna informação relativa às várias ocupações do solo incluídos em Área Fundamental e Complementar Tipo I da EEM	-	PDM	-	-	-	Atualização anual, com a aferição do grau de comprometimento da conectividade dos corredores ecológicos	BD em desenvolvimento DUPRU	2022
Plantação de espécies de folhosas autóctones de baixa combustibilidade na Área Fundamental e Complementar Tipo I da EEM	ha	CMP	-	976,06	2007	Aumentar	↑ No ano de 2022, de acordo com os dados disponíveis no âmbito do licenciamento municipal, foram reabilitados 1,02ha em EEM – Área Fundamental e Complementar Tipo I	2022

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
Superfície impermeabilizada na área fundamental da EEM	%	PDM	-	2,5	2013/PDM	Manter / Diminuir	= 2,5	2022
Condicionantes ao Uso do Solo								
Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas (Edificações/Infraestruturas)	%	DRAPC/CMP	-	0,3	2013/PDM	n. a.	= 0,3	2022
Percentagem de REN com ocupação compatível com o RJREN	%	CCDRC/CMP	-	0,1	2013/PDM	n. a.	= 0,1	2022
FCD 3 - Competitividade territorial e qualidade de vida								
População								
População residente	n.º	INE	-	55 217	2011	Até 2021 inverter a tendência de decréscimo populacional registada na última década	↓ 51170	2022
Equipamentos e Infraestruturas ambientais								
Equipamentos e infraestruturas programadas	%	PDM	-	-	-	100%, no prazo de 10 anos	Em fase de quantificação	2022
Áreas Edificadas e Habitação								
Preenchimento médio de perímetros urbanos (área ocupada)	%	PDM	-	66,6	2013/PDM	> 75, no prazo de 10 anos	68,5%	2021
Consolidação média dos aglomerados rurais (área ocupada)	%	CMP	-	-	-	> 60, no prazo de 10 anos	Em fase de quantificação	2022
Reocupação de edifícios devolutos em todo o concelho	%	CMP	-	-	-	Aumentar	Em fase de quantificação	2022
Operações urbanísticas em Aglomerados Rurais	n.º	PDM	-	-	-	n. a.	290	2014-2021
Operações urbanísticas em Áreas de Edificação Dispersa	n.º	PDM	-	-	-	n. a.	320	2014-2021
Operações urbanísticas que visem a reabilitação urbana em Espaço Central	n.º	PDM	-	-	-	Aumentar	↑ 12	2022
Taxa de alojamentos excedentários	%	CMP/INE	-	14,92	2011/INE	Diminuir	↑ 16	2022
Emprego e Estrutura Empresarial								
Crescimento do PIB agroflorestal (Análise: VAB das empresas)	%	INE	-	-	-	2013-2018 > 1995-2000	↑ 2013- 6.031.539€ 2020 -13.127.749€ Δ 117%	2013 2020
Crescimento do PIB industrial (Análise: VAB das empresas)	%	INE	-	-	-	2013-2018 = 1995-2000	↑ 2013-98.980.811€ 2020 - 138.377.981€ Δ 39,8%	2013 2020
Crescimento do PIB turismo (Análise: VAB das empresas)	%	INE	-	-	-	2013-2018 > 1995-2000	↓ 2014 - 1.302.000€ 2020 - 773.000€ Δ - 40,6 %	2014 2020

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
							(Proveitos totais alojamentos turísticos)	
Taxa de ocupação do espaço de atividades económicas	%	PDM	-	55	2013/PDM	Aumentar	58,82%	2021
Desenvolvimento Rural								
Superfície agrícola utilizada (SAU)	ha	INE	-	4018	2009/INE	Aumentar	↑ 4268	2019
Atividade agropecuária (Explorações pecuárias e instalações agroindustriais)	n.º	PDM	-	Explorações = 537 Instalações = 58	2011/PDM	Aumentar	(Alterar o indicador em conformidade com RA 2019) Explorações agrícolas por orientação técnico-económica Produções vegetais: 656 Produtos animais: 501	2019
Mobilidade e Acessibilidades								
N.º de edifícios municipais com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	n.º	CMP	-	-	-	Aumentar	↑ 27 edifícios	2022
Extensão da rede existente de "Pombus" (Transporte Público Urbano)	km	PDM	-	31,81	2013/PDM	Aumentar	↑ 127,420km	2022
Utilizadores do "Pombus"	n.º/mês	PDM	-	25 000/mês	2011/PDM	Aumentar	↑ 27665/março	2022
Taxa de utilizadores dos transportes públicos nos movimentos pendulares	%	TRANSDEV/ CP/CMP	-	-	-	Aumentar	↑ 7,3	2021
Taxa de utilizadores de modos suaves nos movimentos pendulares	%	CMP/INE	-	6,19	2011/INE	Aumentar	↑ 12,9	2021
Dinâmica Turística								
Empreendimentos Turísticos em Solo Rural, nas tipologias previstas	n.º	Turismo/ CMP	-	2	2013/PDM	Aumentar	↑ 3	2022
Reconhecimento dos empreendimentos turísticos como empreendimentos de turismo de natureza	n.º	Turismo/ CMP	-	0	2013/PDM	Aumentar	=	2022
Taxa de ocupação dos empreendimentos turísticos	%	Turismo/ CMP	-	25,5	2011/INE/GEE	Aumentar	↑ 33,1	2022
Camas de estabelecimentos hoteleiros / 1.000 hab	%	INE	-	4,78	2011/INE	No prazo de 10 anos > 10%	↑ 7%	2021
Qualidade de Vida								
Taxa de perdas de água na rede pública de abastecimento	%	CMP	PEAASAR (≤ 15%)	37	2008/ERSAR	≤ 25%	↑ 46%	2020

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/ Fonte	Metas a atingir	Avaliação	Ano a que se refere o Valor
Consumo de água per capita	l/hab/dia	INSAAR	-	170	2009/INSAAR	Diminuir	↓ 110	2020
Resultados de análises à água tratada para abastecimento público, em conformidade com a legislação	%	CMP	PEAASAR (> 99%)	98,6	2012/ERSAR	> 99%	99,20	2021
Alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água	%	INE	PEAASAR (> 98%)	99,3	2011/INE	Manter / Aumentar	↑ 99,5	2022
Cobertura da rede de drenagem das águas residuais	%	INSAAR	PEAASAR (>90%)	39	2009/INSAAR	> 70%	↓ 57	2021
Reutilização de águas residuais tratadas	%	CMP	-	-	-	≥ 10%, no prazo de 10 anos	↓ 3,9	2020
Águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	%	CMP	-	-	-	≤ 20%	↓ 23,8%	2022
Eficiência no tratamento das águas residuais em ETARs Municipais (considerando os parâmetros CBO, CQO e SST)	%	CMP	-	-	-	> 90%	↑ >95	2022
Cobertura da rede de recolha indiferenciada de resíduos	%	CMP	PERSU APA RASARP ERSAR	92%	2013	98%	↓ 64%	2022
Cobertura da rede de recolha seletiva resíduos	%	CMP/Valor rlis	PERSU APA RASARP ERSAR	45%	2013	51%	↓ 29,1%	2021
Proporção de resíduos sólidos recolhidos seletivamente (taxa de desvio de aterro)	%	CMP	PERSU APA	8,5%	2013	10%	↑ 12,41%	2022
População exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB para o Lden e para o Ln	hab	PDM	-	Lden = 280 Ln = 726	2013/PDM	Diminuir	A aferir em plano de monitorização de ruído ambiente a desenvolver (2023)	-
Edifícios municipais com certificação energética ≥ B-	n.º	CMP	-	0	2013	Aumentar	↑ 18 Edifícios - B- 6 Edifícios - B 3 Edifícios - A	2022
Balço entre as emissões de CO2 de sequestro florestal (-)/ emissões de incêndios (+) e da mobilidade (+)	coeficiente e numérico	CMP/APA	-	-	-	> 1 nos anos seguintes à aprovação da revisão do plano	Sem informação	
Taxa de concretização do programa de reordenamento do parque escolar (Carta Educativa)	%	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos > 50%	96%	2022

